63565

DIÁRIO DA MANHÃ

Director: ANTONIO DE SOUSA GOMES

Propriedade da Companhia Nacional Editora — EDITOR: JAIME TORRES — *Escrt. e Ofic.:* — *Preço: 30 cts.*

ANO II — END. TELEG.: DAMANHA — LISBOA — SABADO, 18 DE MARÇO DE 1933 — TELEF.: 2 9088 — NUMERO 702

Exposição Colonial Portuguesa — Pavilhão de Honra — Comissariado — Repartição Central — ISBOA

AOS PORTUGUESES

Sem retaliações, sem ódios, com os olhos postos na Pátria:

O Exército e a Armada, interpretando a vontade clara da Nação, estabeleceram em 28 de Maio de 1926 a Ditadura Nacional e encerraram um ciclo político caracterizado pela instabilidade da Presidência da Republica e dos Govêrnos, pela exaltação partidária, pelo parlamentarismo absorvente e incapaz de legislar, pela desordem administrativa.

A Ditadura firmou a ordem publica, dominou as revoltas, restaurou as finanças, a moeda e o crédito, reparou e expandiu todos os meios de comunicação, deu incremento á economia geral, reformou e alargou a instrução, melhorou as condições do Exército, iniciou a renovação da Armada, lançou com o Acto Colonial as grandes bases da nova administração do Ultramar, e promoveu a agremiação cívica denominada UNIÃO NACIONAL.

Com os alicerces já existentes, cheia de prestigio no País e no estranjeiro, a Ditadura julgou chegada a hora de ser promulgada uma nova Constituição, dado que a de 1911, pelos princípios em que assentava e pela defeituosa organização dos poderes detentores da soberania, nunca poderia resolver o nosso problema político. Essa Constituição presidirá á completa organização e evolução futura de Portugal e do seu Império e á actividade construtiva dos Ministerios no campo das reformas morais, sociais, militares, económicas e coloniais, e isto não só depois de funcionar a Assembleia Nacional, mas ainda antes, durante o periodo em que têm de ser elaborados e decretados, em harmonia com a sua letra e o seu espírito, o Código Administrativo, o Regimento das Corporações e as leis eleitorais necessárias.

A Constituição que vai votar-se aproveitou os ensinamentos da própria existência e acção da Ditadura em quasi sete anos decorridos, e os ensinamentos que a vida política de muitos Estados põe hoje á consideração de todos os homens. Ela compreende os mais altos princípios e normas que neste momento da civilização e nas presentes circunstancias do Mundo e especiais de Portugal, podia e devia reunir para assegurar os direitos e garantias do cidadão, da família, das Corporações, das autarquias locais, da administração geral, da propriedade, do capital, do trabalho, coordenando convenientemente todos os factores de tradição, conservação e progresso da Pátria portuguesa.

Aprovar a Constituição é, pois, querer o fortalecimento e a consolidação da autoridade, da defesa nacional e da ordem, a segurança das verdadeiras liberdades individuais, a restauração familiar, o desenvolvimento da nossa economia, uma ordenação racional de toda a nossa vida publica e privada. E' querer impedir a anarquia e decadencia para onde as lutas das facções e as correntes subversivas tenderiam a arrastar Portugal.

São escuros e temerosos os tempos que correm por todo o Universo. Por toda a parte terá de buscar-se a salvação na existencia de Govêrnos estáveis e fortes, que, livres do partidarismo e parlamentarismo desordenados, norteados pelas ideias superiores de justiça e de elevação patriótica, apoiados na consciencia dos bons cidadãos e na disciplina e honra da força armada, exerçam acção vigilante, vigorosa, profundamente reformadora.

Ha no nosso Portugal males antigos de organização económica e social que devem ser atacados. Ha para trás vícios e êrros políticos e administrativos que não devem reaparecer. Ha diante de nós perigos graves que têm de ser vencidos, e a prosperidade e prestígio do País que devem ser procurados ainda com mais ardor.

Perante as deficiências e contingências actuais, é cada um de nós obrigado a preguntar no íntimo da sua consciência onde teriam chegado a calamidade e desgraças de Portugal, se não houvessem sido mandadas calar as desordenadas e estéreis paixões partidárias, e se a Ditadura não tivesse feito o que até agora pôde fazer. Cada um de nós deve considerar o abismo para onde iriamos ainda, se fôsse possível que os revolucionários profissionais e os seus sequazes de destruição voltassem a ter nas mãos o Govêrno do País. No fim, cada um de nós deve calcular quanto farão, apesar de todas as contrariedades, para a regeneração de Portugal, aqueles que o têm sustentado, engrandecido, prestigiado pela Ditadura, e o podem dirigir e melhorar ainda mais, com o mesmo espírito, se o concurso da Nação os acompanhar. A esta compete dar na resposta á consulta plebiscitária o impulso de primeira grandeza que o pensamento do Estado Novo lhe reclama nesta vertente da história pátria.

Cada voto favorável revelará um entendimento e um coração que repudiam a cumplicidade com todos os agentes da desordem, da revolução e da ruína portuguesa, e afirmam querer todos os esforços que tendam á reorganização, estabilidade e progresso do seu País. Cada voto favorável reconhecerá que o ilustre Chefe do Estado, conduzindo Portugal no mais alto posto desde 1926, assegurou pelas suas qualidades excepcionais a continuidade e equilibrio governativo e o exito da obra que a Ditadura se propôs.

PORTUGUESES:

Votai a Constituição!

Votai a prorrogação do mandato do Chefe do Estado!

Votai pelo futuro de Portugal!

O GOVERNO

A OBRA IRREFUTAVEL DA DITADURA

Um milhão de contos para estradas
Cem mil contos para melhoramentos rurais

Dentro de breves dias será publicado, pelo Ministerio das Obras Publicas um importantissimo decreto, pelo qual o Governo atribue á Junta Autonoma de Estradas, no decenio de 1933-34 a 1942-43, as seguintes verbas:

Um milhão de contos—Escudos (1.000.000.000$00) para os serviços de construção, grande reparação e conservação das estradas nacionais.

Com mil contos (100.000.000$00) para os serviços de melhoramentos rurais.

A preferencia para a inclusão das obras no plano anual será dada tendo principalmente em vista os **interesses economicos do Pais** e será estabelecida dentro das seguintes categorias:

Estradas ligando a capital com as sedes de provincia e de distrito e centros urbanos mais importantes;

Estradas ligando os grandes centros produtores com as principais vias de comunicação, ou directamente aos centros de consumo;

Estradas até vinte quilometros de extensão, drenando para o caminho de ferro o trafego de produtos de uma região, centros agricolas ou industriais de valor economico;

Estradas ligando portos comerciais ou de pesca ao caminho de ferro ou a centros exportadores;

Estradas ligando os principais centros de turismo á rede principal ou ao caminho de ferro;

Estradas ligando estações de aguas, cura, repouso, desportos, praias etc. aos centros populacionais visinhos e ao caminho de ferro.

Este importantissimo diploma resolve definitivamente o problema das estradas de Portugal as quais, como é sabido, ainda ha cinco anos eram o pesadelo das comunicações, atrofiando o desenvolvimento economico do País.

A seu tempo o publicaremos na integra, realçando-lhe, como merece, o seu alto valor e a sua importancia fundamental para o progresso de Portugal.

Mais 3.150 contos para melhoramentos rurais e reparações de monumentos nacionais

O sr. ministro das Obras Publicas e Comunicações assinou portarias concedendo a comparticipação do Estado para as seguintes obras de melhoramentos rurais:

Agueda, construção de uma fonte, bebedouro e marco fontenario, em Vila Mendo, freguesia de Agadão 4.812$00; Oliveira de Azemeis, construção de uma estrada entre a E. D. n.º 32 (á feira da Alumeira) e a igreja paroquial, 14.350$00; Oliveira do Bairro, construção de uma fonte e lavadouro no lugar do Rego, 7.600$12; Vale de Cambra, construção da estrada entre o largo da Torregueira, atravessando a antiga E. N. 42 até á antiga E. D. 68, no sitio do ponte do Coronado, 18.564$84; Braga, pavimentação do caminho que liga a E. D. 19, no lugar de Sobreiro com a E. N. 2-1.ª no lugar do Jogo da Bola, 9.380$88;—construção da variante para melhoramento do lacete que a E. D. 18 com a estrada do Sameiro, no sitio da Mata do Bom Jesus, 12.798$93;—pavimentação em calçada á portuguesa, do caminho que parte da E. N. 4-1.ª, no lugar de Barros e termina na E. M. de Gualtar, 5.130$00; Barcelos, terraplanagem, alargamento e alinhamento do caminho que parte da E. N. 4-2.ª, no lugar do Pinheiro Grande, freguesia de Corujães e termina na freguesia de Bastuço, (Santo Estevão), 89.025$61—reconstrução do pavimento da E. M. do lugar do Cruzeiro ao lugar de Enchate, da freguesia de Vila Cova, 19.059$00—alinhamento e alargamento do caminho que parte do lugar de Crestes freguesia de Salvador do Carmo e termina no lugar de Corujo, E. M. da Alheira, freguesia de Arcozelo, 46.382$75; Esposende, empedramento e construção dos pontões da estrada que vai do lugar da igreja ao limite do concelho do Rio Tinto, 48.610$00—construção do 2.º troço da E. M. entre Gois, freguesia de Marinhas e a freguesia de Vila Chã (terraplanagens), 52.862$00; Fafe, construção da E. M. ligando a E. D. 16 á freguesia de S. Miguel do Monte (2.º lanço do lugar de Sanfins a S. Miguel do Monte), 50.429$00.

Guimarães, construção do troço de estrada compreendido entre a E. M. 5-1.ª e a E. M. que passa em Campelo 32.211$23; Bragança, construção da estrada transversal da estação de Rossas-Bragança (K. 117 da E. N. 5-1.ª) até ao Castro de Cidadelha Pinela (K. 22 da E. N. 23-2.ª) 100.401$18; construção de terraplanagens e obras de arte da E. de L. da E. N. 4-1.ª com a povoação de Quintanilha, esc. 18.300$70.

Freixo de Espada-á-Cinta, abastecimento de aguas á povoação de Ligares, 2.575$00; Oleiros, construção da estrada de ligação da sede da freguesia de Isna de Oleiros com a E. N. 14-1.ª, troço de Isna de Oleiros á Lomba dos Conqueiros, 85.731$40; construção de uma fonte no lugar da Cava, 5.702$34; abastecimento de aguas á povoação de Tranqueiros, 4.443$23; construção de calçada em 4 lanços de caminhos na povoação de Orvalho, 11.340$00.

Penamacor, captação e canalização de aguas, 2.425$60; Proença-a-Nova, construção (terraplanagens e obras de arte) do 1.º troço da E. N. da Sobreira Formosa á E. N. 12-1.ª 59.745$41; Coimbra, reconstrução da estrada de Alcarraques a Vil de Matos, 52.447$6; Arganil, construção de um chafariz e bebedouro no lugar de Pombeiro, 6.881$30; construção da estrada de Portela da Cerdeira á Lomba da Moura, 1.ª troço de perfil O (Portela da Cerdeira) ao perfil 96 (Vale do Busão), 66.447$34.

Captação de agua, sua condução e construção de um fontenario, chafariz e bebedouro na povoação da Povoa, 2.453$98; alargamento e calcetamento do caminho que liga a estrada do serviço da Bemfeita á estação do caminho de ferro de Arganil á povoação de Folques pelo Senhor dos Aflitos, esc. 7.079$80; Cantanhede, reparação da E. M. entre Febres e Corticeiro, esc. 92.425$00.

Alcoutim, construção de um poço no Monte de Vasão 1.740$85;—Loulé, reparação de um troço da E. M. entre a vila de Loulé e o povo de Salir, 60.038$00; construção de um lavadouro com cobertura na Vila de Loulé, 6.065$00; reparação de um troço da E. M. que vai da E. M. na Portela da Nave e vai até ao sitio da Nave do Barão, 21.506$25;—Aguiar da Beira, construção de um chafariz e lavadouro no lugar da Ponte do Abade, 11.324$14—Fornos de Algodres, construção de chafarizes, lavadouros e captação de agua, nas freguesias da Vila Soeiro, Vila Chã e estação do Caminho de Ferro, 11.133$40;—Alcobaça, construção das terraplanagens e 4 pontões na E. de S. entre o lugar da Povoa e a E. M. de Alcobaça a Pataias, 3.835$95; construção da E. entre o lugar da Moita e a E. M. e o da Martingança, na extensão de 2.376 metros, 19.219$76;—Castanheira da Pera, construção de um chafariz, tanque e

ENGENHEIRO DUARTE PACHECO
Ilustre titular da pasta das Obras Publicas

marco fontenario no lugar do Coentral das Barreiras, 4.296$00; construção de um chafariz no lugar de Sarzedas do Vasco, 6.398$30;—Pedrogam Grande, empedramento (macadam) da E. S. do lugar da Picha ao lugar de Louriçal, 27.828$00;—Pombal, construção (conclusão) da E. M. que partindo da E. N. 59, 2.ª, passando pela Vila de Abiul, vai terminar no lugar do Cabaço, concelho de Alvaiazere, 19.135$60;—Cascais, reparação da E. M. do Monte Estoril a Bicesse, na extensão de 1.220 metros, 29.249$50;—Vila do Conde, pavimentação da estrada ligando o lugar da Igreja com a E. D. n.º 30, ramal da freguesia de Aveleda, 3.367$65;—Almeirim, construção da estrada que liga a povoação de Benfica de Almeirim com a Serra de Almeirim, 19.403$95,—Chamusca, construção de uma estrada dentro da povoação de Carregueira, 2.201$30;—Tomar, modificação da fonte no lugar da Serra, 390$73; construção da fonte, lavadouro e bebedouro, no lugar de Montes (Fontainhas) da freguesia de Olalhas, 1.902$00.

Vila Nova da Barquinha, construção da estrada que liga o lugar da Moita com a E. N. 14-1.ª; 20.144$27; construção de uma fonte em Tancos, 4.023$36;—Viana do Castelo, pavimentação do caminho do Moreno, 5.982$52; construção de um lanço de estrada ligando a E. N. 2-2.ª com o Rio Lima, no lugar de Passagem, 12.041$66; reparação e transformação da fonte do Piolho, 560$86; conclusão das terraplanagens, obras de arte (excluindo a ponte ao perfil 199) e muros de vedação na extensão de 2.006 metros, empedramento de 800 metros da estrada entre E. N. 3.ª-1.ª e o lugar do Trogal, da freguesia de Lanhezes, 52.559$48;—Melgaço, construção de um bebedouro, em Cousso, 526$81;—Vila Rei, construção de terreplanagens e obras de arte do 2.º lanço da estrada de Vila Rei a Amendoa, 20.343$50;—Mangualde, abastecimento de agua á freguesia de Mesquitela, 8.321$38;—Moimenta da Beira, construção de uma fonte e lavadouro, 2.545$00;—S. Pedro do Sul, empedramento da E. M. entre a Foz do Zela e o Calvario de Santa Cruz — troço entre a Ponte Antim e o Calvario, 12.349$50;—Vouzela, construção de uma fonte e condução de agua na povoação de Fiães, freguesia de Campia, 3.285$00; empedramento do caminho que liga a E. N. 33-2.ª, em Queirã, com a povoação de Vasconha (E. N, 42), 17.238$40—Ponta do Sol, calcetamento do caminho do Lombo de S. João entre Lugarinho e os Terreiros, 40.503$16;—Santa Cruz, alargamento da estrada do Bom Jesus, na extensão de 780,40 metros, 52.689$53;—Macedo de Cavaleiros, abastecimento de agua á povoação de Cortiços, 12.338$00;—Miranda do Douro, construção da E. M. de Miranda do Douro á Fronteira, troço de Miranda do Douro á Pena Branca (terraplanagens e obras de arte), 56.365$94;—Montemor-o Novo, reparação da Estrada M. do Calção, 23.133$60;—Azambuja, reparação da estrada de Azambuja e Texuga, por Malcurado, 2.036$00; reparação da estrada de Vila Nova de S. Pedro, 9.082$00; reparação da estrada de Vale do Paraiso á E. D. n.º 71, 3.360$50.

SANTAREM, reconstrução da E. M. 13 entre a estrada da Moita (E. M. 12) e o Arneiro das Milhariças Esc. 32.886$80;—ALCANENA, construção de terraplanagens da estrada de Monsanto á Serra de Santo Antonio, Esc. 28.917$00;—CHAMUSCA, construção da E. M. desde a E. N. 86-2.ª pela Ribeira de Ulme até á povoação de Simideiro, entre perfis 272 e 422, 29.735$26.

Tambem foi concedida a comparticipação para a realização dos seguintes melhoramentos publicos: Viana do Castelo, reparação no edificio dos Paços do Concelho, 15.000$00;—Mealhada, ampliação do Hospital, Esc. 14.554$80;—Viseu, adaptação do antigo edificio da Cadeia Civil para Arquivo Distrital, 20.000$00;—Setubal, limpeza e regularização da parte superior do Rio Sado, 1.000.000$00;—Continuar as arborizações: Portalegre, Serra de S. Mamede, 4.000$00;—Almada, Dunas da Trafaria e Costa de Caparica, 4.500$00.

O sr. ministro das Obras Publicas e Comunicações assinou as portarias concedendo comparticipações do Estado, pelo Fundo do Desemprego, para a realização de reparações nos seguintes monumentos nacionais; Guimarães: Ponte Romanica das Taipas, 15.000$00; Igreja de Nossa Senhora da Oliveira, 10.000$00;—Castelo de Guimarães, 20.000$00;—Braga, Igreja de S. Frutuoso, 10.000$00;—Sé de Braga, 20.000$000;—Barcelos: Igreja Matriz, 20.000$00;—Porto, Igreja de Cedofeita, 20.000$00;—Sé Catedral, 20.000$;—Muralhas de D. Fernando, 10.000$;—Santo Tirso, Igreja de S. Pedro de Roriz, 10.000$00;—Povoa de Varzim, Igreja Matriz de S. Pedro de Rates, 10.000$00;—Lagos, Igreja de S. Antonio, 25.000$00;—Silves, Sé de Silves, 20.000$00;—Coimbra, Sé Velha de Coimbra, 20.000$00;—Igreja de Santa Clara a Velha, 15.000$00;—Alcobaça, Mosteiro, 20.000$00;—Caminha, Igreja Matriz, 20.000$00,—Mafra, Carrilhões do Convento, 30.000$;—Bragança, Castelo, 20.000$00,—Tomar, Convento de Cristo, 30.000$00;—Santarem, Igreja de Santa Clara, 20.000$00.

OS CATOLICOS e o plebiscito nacional

Em conformidade com a doutrina que temos expendido, devem os catolicos afirmar o seu direito civico, votando a nova Constituição.

Conquanto ela não satisfaça todas as legitimas reivindicações da consciencia catolica, é incomparavelmente superior, nesse aspecto, á de 1911.

O voto afirmativo dos catolicos marcará por outro lado o seu apoio justo aos principios fundamentais nela consignados, opostos ás ideologias subversivas que descrientam a sociedade dos nossos dias.

(Das Novidades)

Devo votar a Constituição

1.º—Porque me garante o livre exercicio da Religião de meus antepassados em que fui educado e na qual me desejo manter e a meus filhos.

2.º—Porque me assegura o direito á casa que meus pais edificaram e respeita a gleba que rego com o suor do meu rosto.

3.º—Porque é a morte dos partidos que tiveram a «Nação a saque» e a ressurreição da verdadeira politica nacional (TUDO PELA NAÇAO, NADA CONTRA A NAÇAO).

4.º—Porque Portugal é de todos e não apenas de alguns falsos portugueses.

5.º—Porque, assim como desejo o respeito na familia de que me orgulho de ser chefe, quero respeitada a freguesia, comunidade com meus vizinhos mais proximos, o municipio, o distrito, a provincia e a Nação—comunidade maior de todos quantos tiveram a ventura de nascer Portugueses.

6.º—Porque desejo o Bem-estar e a prosperidade de quantos trabalham e não a dos mentores que fomentavam greves e revoltas para se governarem.

7.º—Porque desejo legar a meus filhos uma Pátria melhor do que a que me deixaram meus pais.

8.º—Porque a familia, base de toda a sociedade, tem na Constituição a sua garantia seria e eficaz.

9.º—Porque o respeito e a disciplina social são outra vez uma verdade incontestavel.

9.º—Porque desejo a minha Patria, que muito prezo e amo, respeitada e engrandecida pelas Nações que, antes do 28 de Maio, escarneciam e zombavam de Portugal, a Terra Bendita que me foi berço e hei-de legar melhor e mais nobilitada aos que vierem após mim.

Em virtude de recentes deliberações do Conselho de Administração da Caixa Geral de Depositos, Credito e Previdencia deverá realizar-se muito proximamente a compra de terrenos para a construção de bairros economicos por parte daquela instituição de credito em Lisboa, Porto e Setubal.

No fim do proximo mês ou principios de Maio deverão ter inicio os trabalhos respectivos.

Como já foi dito as verbas votadas pelo Conselho de Administração da Caixa Geral de Depositos, Credito e Previdencia para o referido fim montam a 28.000 contos, dos quais 23.000 á construção de habitações para operarios.

NA SEDE DA UNIÃO NACIONAL

O sr. presidente do Ministerio leu a Proclamação do Governo da Ditadura ao País

O sr. ministro do Interior proferiu um notavel discurso sobre a Nova Constituição Politica da Republica

A radio-difusão transmitiu a todo Portugal a proclamação e o discurso, sendo delirantemente aplaudidos por muitos milhares de pessoas

Na sede da Junta Consultiva da União Nacional, ao Largo Trindade Coelho, proferiu, ontem á noite, um discurso sobre o plebiscito que amanhã se realiza o sr. dr. Albino dos Reis, ministro do Interior, lendo tambem a sua proclamação ao País o sr. dr. Oliveira Salazar, ilustre Presidente do Ministerio.

*

Como sucedera ante-ontem, foram os dois discursos radio-difundidos em todo o País por intermédio da Administração Geral dos Correios, Telegrafos e Telefones que fez ligações directas a alto-falantes colocados em Lisboa, Porto, Braga, Coimbra, Setubal, Evora e Faro; pelas estações nacionais radiofonicas: C. T. 1 A A, de Lisboa; C. T 1 G L (Radio Club Português) da Parede; Sonora-Radio, do Porto; Radio-Mondego, de Coimbra e Radio-Algarve de Faro e pela «Philips Portuguesa» em ligação directa com a sua sala de audições.

*

Haviam noticiado os jornais da manhã de ontem que os srs. drs. Albino dos Reis e Oliveira Salazar só falariam ao País na noite de hoje.

Mas foi suficiente que os *placards* dos jornais anunciassem, em Lisboa, queos discursos seriam hoje proferidos para que uma grande multidão acorresse aos locais onde os alto-falautes tinham sido colocados, a fim de escutar os dois estadistas da Ditadura Nacional.

Demonstra este facto o extraordinario interesse da população da capital, das populações do País, pelo acto plebiscitario que amanhã se realiza.

*

O *Diario da Manhã* tambem radiou o discurso e a proclamação, por intermedio dos aparelhos receptores «Emerson Radio», que a casa Costa & Brito, l.td.ª, da rua da Conceição, 35, representante desta afamada marca, gentilmente nos cedeu.

E defronte das instalações deste jornal aglomerou-se uma grande multidão que escutou em silencio as palavras que foram proferidas, prorompendo, no final, em aclamações entusiasticas.

*

A's 21 horas era tambem enorme a afluencia nas salas da União Nacional.

Aguardava-se com ansiedade, com interesse.

Numa nota de modernismo, de civilização, numa nota — diremos — da *epoca de hoje*, viam-se microfones, amplificadores radiofonicos, aparelhos diferentes de T. S. F., por sobre as mesas da sala.

*

O sr. dr. Oliveira Salazar chegou ao edificio ás 21 horas—prefixas. Acompanhavam o sr. Presidente do Ministerio os srs. Leal Marques, tenente Assis Gonçalves e Fernando Teixeira.

A's 21,30 horas davam entrada nas salas das sessões os srs. drs. Salazar, Albino dos Reis, Manuel Rodrigues Junior, engenheiro Sebastião Ramires, dr. Cesar Mendes, comandante Mesquita Guimarães, ministros do Governo da Ditadura Nacional.

Na parte reservada ás personalidades de maior relevo, viam-se ainda os srs. dr. Martinho Simões, dr. Osorio de Castro, tenente-coronel Esmeraldo Carvalhais, coronel Lopes Mateus, tenente-coronel João Luiz de Moura, engenheiro Carlos Santos, dr. Nunes Mexia, capitão Maria Loureiro etc., etc.

*

A' entrada dos ministros estrugiu uma formidavel ovação.

Os «vivas» e aplausos duraram minutos.

E o sr. Joaquim Lança anunciou:

«Portugueses—vai falar o sr. ministro do Interior».

Silencio. Espectativa. Os reporteres fotograficos fixam o acontecimento com sucessivos *tiros* de magnesio.

E o sr. ministro do Interior principiou:

Senhor presidente; meus senhores:

Tendo recebido esta manhã a sugestão de v. ex.ª para fazer uma breve alocução nesta nossa casa da União Nacional sobre a nova Constituição Politica da Republica Portuguesa, entendi esta sugestão como uma ordem, porque entendo que v. ex.ª tem neste momento direito de dar ordens a todos os portugueses. E nenhum português tem o direito de deixar de obedecer a essas ordens. Resolvi, pois, muito gostosamente cumprir essa ordem.

«Mas senti-me embaraçado perante a grande dificuldade de falar aqui, diante de v. ex.ª e depois da conferencia altamente brilhante que v. ex.ª ontem fez, conseguindo aquilo por v. ex.ª tão desejado: a maxima simplicidade, aliada a extraordinaria beleza.

E pensando no que poderia dizer ao publico e ao País resolvi frisar oportunamente o aspecto fundamental do regime politico perante a nova Constituição.

Achei oportuno frisar essa nota porque desde o movimento glorioso de 28 de Maio não faltaram neste País, profetas da desgraça vaticinando um mau e funesto fim, um desfecho infelis ao sistema que o Exercito criou.

Não faltou quem preguntasse como se havia de sair da situação criada.

Necessariamente—diziam—vai repetir-se a historia. Acontecer o que sempre tem acontecido em situações identicas. Isto não terá outra saida, senão a que tem tido varias vezes.

Os elementos republicanos—continuavam—afastar-se-ão da situação, enquanto os elementos monarquicos se apoderarão dela. E o movimento não trará á Patria Portuguesa mais do que uns dias de luto. Dias de tristeza, dias da negra tragedia, serão inscritos nas paginas da historia politica da Nação.

A votação do estatuto fundamental do País vai ser o desmentido mais formal a esses clamores funebres.

«O Estado português é uma Republica unitaria e corporativa, baseada na igualdade dos cidadãos perante a lei, no livre acesso de todas as classes aos beneficios da Civilização e na interferencia de todos os elementos estruturais da Nação na vida administrativa e na feitura das leis» — Assim reza textualmente o artigo 5 da Nova Constituição Politica. Assim se desvanecem de vez e para sempre no espirito dos homens bons e leais que sinceramente amam a Republica, ou dos que simplesmente por oportunismo politico receiam as consequencias de uma mudança de regime, os cuidados, as inquietações pela segurança da Republica as apreensões injustificadas sobre a desenvolução e o desfecho da politica da Ditadura, cuidados e inquietações que eram um escrupulo para essas consciencias timidas mas leais.»

Deixa de haver consequentemente o motivo que a muitos obstava poder servir a situação implantada em 28 de Maio—e até amá-la.

E' motivo para aqueles que a defendem desde o seu inicio, se sintam contentes, felizes e mesmo orgulhosos. E é motivo para aqueles que a têm acompanhado — crentes na honestidade dos homens que superiormente a servem, republicanos e monarquicos, de mãos dadas, unidos — que construiram um Mundo novo, uma Republica nova em Portugal razão de contentamento.

Desvaneceram-se esses receios, e tanto só deve orgulhar os que souberam cumprir o seu dever.

Assim se submerge irremissivelmente, no meio do desespero dos naufragos da velha politica, essa tábua de salvação, que era ainda para eles o tal perigo da Republica, em que fiavam as suas melhores esperanças.

Ninguem os acreditará já. A Republica não está em perigo. E esse grito que nos recorda tantos dias maus do regime, será lançado em vão e recebido com um sorriso ironico de desprezo pela sua insinceridade.

Não está em perigo a Republica! Está, sim, em pergio, a republica deles. A republica das propotencias, a republica do despotismo, a republica dum partido mandando sobre a Nação, a republica simbolo da intransigencia e da perseguição religiosa,—essa mesmo não está em perigo porque morreu em 28 de Maio.

A republica sonhada pelos idialistas que não contam os dias da Patria desde Outubro de 1910, mas se sentem honrados com as heranças dos seculos e querem, mais prestigiada, transmiti-la aos vindouros, com tantos martires e herois, não acreditam já nos arautos do Mundo velho.

Os seus processos de intolerancia, os seus abusos, os odios que semearam, ainda hoje perturbam a nossa vida politica.

Ninguem acredita nos seus processos administrativos que trouxeram o escarneo do estranjeiro sobre o nosso País.

Ninguem quere a luta das facções, as perseguições de outrora. Ninguem acredita neles.

As grandes palavras do romantismo politico, palavras sonoras de liberdade ilusoria e de democracia que agitaram tanto os corações e trouxeram tantos apostolos e martires, já hoje nos deixam absolutamente indiferentes.

São idolos que cairam abandonados e aos quais a mão irreverente do tempo despedaçou a carcassa, expondo ás vaias do publico a sua inanidade interior.

Eles são bem um simbolo da politica do passado.

Os povos desiludidos de muitos enganadores, querem finalmente ser servidos por uma politica de verdade e de sinceridade como tem sempre preconizado o sr. Presidente do Ministerio.

A Republica que nós vamos construir com a nova Constituição é nova é diferente das outras.

Querem v. s ex. as vêr: diz o povo, e bem, que a arvore se conhece pelos frutos que dá. Por isso não preciso de dizer quais as diferenças que ha entre os dois regimes—a Republica do passado e a Republica Ditadura.

Basta que chame a atenção de v. ex. as para a diferença dos frutos.

Que frutos produziu a arvore do passado?

O País desmantelado. As greves perturbando o ritmo da produção e provocando a desordem publica. Financeiramente os «deficits» acumulando-se de ano para ano, sem outra forma de solução senão o recurso á emissão dos bilhetes de Tesouro e á inflacção fiduciaria.

E quais são os frutos do regime implantado em 28 de Maio?

Eu não quero fazer a sua enumeração porque para tanto teria de encarecer a obra de alguem aqui presente, porque dada a situação em que esse alguem se encontra e eu me encontro seria suspeito. De resto não quero nem devo ferir a alta sensibilidade do seu espirito.

Mas sempre lhes apontarei dois dos frutos mais salientes dessa arvore: as obras de Leixões, colossal empreendimento, velha e legitima aspiração do norte do País que desejadas, reclamadas, durante dezenas de anos, só agora vão ser uma realidade; e os novos navios da nossa gloriosa marinha de guerra que em breve vão começar a entrar periodicamente no nosso Tejo altivo e saudoso das antigas caravelas. Estes são os frutos do Estado Novo.

Republica, sim. Mas Republica que não seja a figuração juridica de um clan partidario, nem o instrumento de seitas, mas a expressão juridica e forte da Nação reflectindo na sua organica e no seu pensamento a natureza como Deus a criou, o homem como o criador e a natureza o moldaram, o passado com os seus clarões de epopeia e as suas escuridões de tragedia, o presente cheio de realidades e de promessas, e o futuro pleno de esperanças, porque tudo isso compõe a fisionomia adoravel da Patria.

Vamos, pois, contruir esse regime, esse Mundo novo, para gloria do Exercito e felicidade da Nação.»

*

Foram as palavras do sr. dr. Albino dos Reis interrompidas, numerosas vezes, por quentes aplausos.

E quando o discurso terminou esses aplausos atingiram o auge.

«Vivas» clamorosos estrugiram uns após outros—durante minutos, largos minutos.

*

De novo, aos microfones foi comunicado pelo sr. Joaquim Lança que o sr. dr. Oliveira Salazar ia lêr a sua «Proclamação ao País», proclamação que publicamos em lugar de honra e com o destaque merecido.

*

O sr. dr. Salazar foi escutado com respeito religioso.

No final repetiram-se as ovações—que o sr. presidente do Ministerio agradeceu, sorrindo.

O «Radio Club Português» durante todo o dia de ontem recebeu numerosas cartas de todo o País, dizendo que a conferencia do sr. dr. Oliveira Salazar, retransmitida por aquela estação fôra ouvida com admiravel nitidez e muita intensidade.

Tambem logo que se soube dos discursos de ontem, muitas pessoas telefonaram dando iguais informações.

A empresa do Teatro de S. Carlos abriu as suas portas ás 20,30 horas, a fim de que os espectadores pudessem ouvir os discursos de ontem. Para isso fez instalar alto-falantes na sala de espectaculos.

O publico manifestou-se, por vezes, com aclamações entusiasticas.

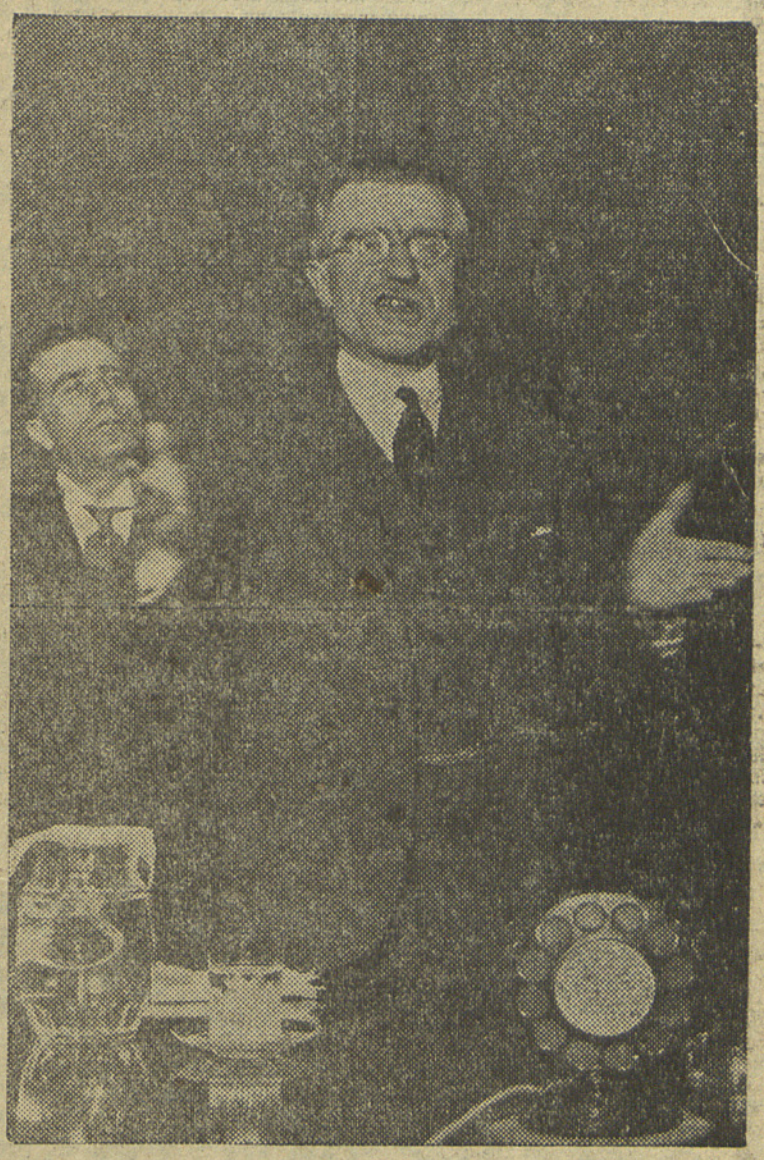
A proclamação e o discurso despertaram grande interesse na capital do norte

PORTO, 17.—*(Pelo telefone)*—Despertaram o maior interesse nesta cidade, a proclamação ao País, do sr. dr. Oliveira Salazar, Presidente do Ministério e a conferencia do sr. dr. Albino dos Reis, ministro do Interior, que tiveram a escuta-los com verdadeira fé, uma formidavel multidão, que se apinhava nas ruas e praças onde tinham sido colocados os alto-falantes.

Como no dia anterior funcionou na nossa delegação um aparelho R. S. A. «R. C. A.» com amplificador, gentilmente montado pela Estação Radio-Porto, da firma A. Sousa Rodrigues que foi na verdade a melhor audição.

Foram tambem colocados em varios locais, alto-falantes, assim como na Central dos Corresos, Estação de S. Bento, Palacio da Bolsa e algumas estações de radio.

Entre todas a que mais se destacou, quer pela sua perfeição quer pela nitidez, foi a instalação P. S. A «R. C. A.».



O sr. dr. Albino dos Reis, ilustre titular da pasta do Interior pronunciando a sua vibrante alocução na sede da U. N.

Uma multidão enorme juntou-se na Praça do Geraldo, em Evora

EVORA, 17.—*(Pelo telefone)*—A Praça do Geraldo era pequena para comportar a multidão, composta por pessoas de todas as categorias sociais, que ali acorreupara ouvir os srs. Presidente do Ministério e ministro do Interior.

A cidade ficou entusiasmada com o eloquente e claro discurso do ilustre estadista.—C.

O povo bracarense aplaudiu com delirio a Ditadura Nacional

BRAGA, 17. — *(Pelo telefone)* — Ouviu-se distintamente nesta cidade a proclamação ao País, do sr. dr. Oliveira Salazar e o discurso do sr. ministro do Interior.

No edificio do Governo Civil, foi montado um aparelho radio, tendo ali comparecido muitas pessoas, que aplaudiram delirantemente o Chefe do

Estado, presidente do Ministerio e Governo da Ditadura Nacional.—C.

Em Viana do Castelo

O povo manifestou-se com grande entusiasmo

VIANA DO CASTELO, 17.—*(Pelo telefone)*.— Foi ouvida com grande entusiasmo, na Praça da Republica, a proclamação ao País, feita pelo ilustre Presidente do Ministerio, sr. dr. Oliveira Salazar, o qual foi entusiasticamente aclamado por grande numero de pessoas, que o escutaram religiosamente.—C.

Em Coimbra

Milhares de pessoas escutaram a audição

COIMBRA, 17,—*(Pelo telefone)* — Podem-se contar por milhares as pessoas que ontem se reuniram para escutar os discursos transmitidos de Lisboa.

As palavras da proclamação do sr. Presidente do Ministerio causaram funda impressão, assim como o brilhante discurso do sr. ministro do Interior.

No final a Ditadura foi aclamada. — C.

A impressão dos discursos na cidade de Santarem

SANTAREM, 17 (pelo telefone).— Despertou grande interesse a proclamação ao País lida pelo sr. Presidente do Ministerio, dr. Oliveira Salazar e que aqui foi nitidamente ouvida pela T. S. F.—C.

Em Faro tambem se ouviram nitidamente os dois discursos

FARO, 17 (Pelo telefone).—A população agrupada em frente dos altos-falantes da Radio-Algarve e dos Correios e Telegrafos ouviu com o mais vivo entusiasmo as palavras transmitidas ao País pelo Presidente do Ministério, sr. dr. Oliveira Salazar, e ministro do Interior, dr. Albino dos Reis.

A conferencia do sr. dr. Oliveira Salazar foi muito apreciada na Figueira da Foz

FIGUEIRA DA FOZ, 17—A conferencia do ilustre estadista sr. dr. Oliveira Salazar, tem sido o assunto do dia, dado o interesse que havia em todos quantos desejam o ressurgimento de Portugal.

Durante a conferencia, grande numero de pessoas estacionou em frente da Casa Havaneza, onde o aparelho «American Bosch», de que esta casa e o sr. Vasco Mendes são representantes transmitiu ao publico.

781 contos

para a construção dum sanatorio para tuberculosos em Monte Alto

O sr. ministro das Obras Publicas e Comunicações concedeu, ontem, á Assistencia aos Tuberculosos do Norte de Portugal uma comparticipação de Esc. 781.912$30, pelo Fundo do Desemprego, para a construção de um sanatorio para tuberculosos em Monte Alto, distrito do Porto.

Desta forma se consegue dar trabalho a grande numero de operarios da construção civil daquela região, ao mesmo tempo que se dá mais uma aplicação de grande interesse, sob o ponto de vista social, dos dinheiros cobrados pelo imposto de 2 %.

A fiscalização das obras fica entregue á Direcção Geral dos Edificios e Monumentos Nacionais e a construção deve estar concluida antes de 30 de Junho de 1934.

GAZ-OIL, OLEOS CANFIELD, 68, Rua S. Julião, 70 Tel. 28903

A Associação Comercial do Porto felicita o sr. Presidente do Ministerio

Ao sr. Presidente do Ministerio foi ontem dirigido o seguinte telegrama: «Em meu nome pessoal e no da direcção da Associação Comercial do Porto, felicito v. ex.ª pela sua notavel conferencia e agradeço as amaveis referencias por v. ex.ª feitas á Corporação a que tenho a honra de presidir. Respeitosos cumprimentos.—(a) *Antonio de Oliveira Calem.*

Listas eleitorais

Os eleitores filiados na União Nacional, que por qualquer motivo não tenham recebido listas, podem requisitá-las na secretaria da Comissão Municipal da União Nacional, rua da Palma, n.º 264.

Amanhã, Domingo, encontram-se abertas as Juntas de Freguesia, onde tambem podem ser requisitadas as listas ás Comissões da União Nacional.

AS HEMORROIDAS

Um dos maiores flagelos da humanidade é sem duvida as hemorroidas, ela são a origem de graves perturbações intestinais e provocam por vezes insuportaveis dores na região lombar e da cabeça, especialmente no inicio de crises graves. Para evitar esse terrivel incomodo usae sem perda de tempo O ADRENAL que prontamente fará cessar as dôres por mais violentas que sejam: para as hemorragias e reduz os tumores. Uma ou duas aplicações do ADRENAL bastam para vos assegurar um repouso tranquilo. O ADRENAL é recomendado pelos mais distintos clinicos, de preferencia aos produtos similares estranjeiros, não so pela sua esplendida composição como tambem pelos benéficos resultados obtidos nos seus doentes. Estes, graças ao ADRENAL, puzeram de parte a idéa de se operarem, e de outros tratamentos dolorosos.

DEPOSITO GERAL

FARMACIA OLIVEIRA — Rua da Prata, 240 — Lisboa

ROTTERDAM LLOYD

ROYAL MAIL LINE

Serviço rapido de passageiros

Para TANGER, GIBRALTAR, MARSELHA, PORT SAID, COLOMBO, SABANG, BELAWAN, DELI, SINGAPURA E BATAVIA

o navio-motor

«INDRAPOERA»

em 10 de Abril

Para SOUTHAMPTON E AMSTERDAM

o navio-motor

«DEMPO»

em 7 de Abril

Para passagens e todos os esclarecimentos tratar com os Agentes Gerais em Portugal:

OREY ANTUNES & C.ª L.DA

4, P. DO DUQUE DA TERCEIRA

TELEPH. 22271/2

Instruções sôbre o funcionamento das assembleias ou secções de voto

Nos termos do decreto n.º 22.229, de 21 de Fevereiro ultimo, foram publicadas as seguintes instruções sobre o funcionamento das assembleias ou secções de voto:

Nas assembleias primarias: O presidente nomeado pelo governador civil comparece na sala que a Camara Municipal, em seu edital, indicou para realização do plebiscito; faz dispôr os moveis e a urna, de forma a que todos possam fiscalizár o acto e, ás 9 horas em ponto, convida, entre os presentes que sejam eleitores na assembleia, os cidadãos que devem fazer parte da mesa, que se compõi de presidente efectivo, do presidente suplente (ambos nomeados pelo governador civil), dum secretario, dum escrutinador e de dois suplentes. Feita a escolha, o presidente convida-os, assim como o representante da autoridade, que se apresentar munido de documento comprovativo dessa qualidade, a tomarem os lugares da mesa.

Seguidamente, pratica-se o seguinte:

1.º—Preenche-se e afixa-se, na porta da rua o edital (mod. 310) da constituição da mesa, e da afixação se passam as certidões que forem requeridas (mod. 317).

2.º—Se estiver presente um oficio do presidente da Camara Municipal (mod. 320) com a nota dos individuos falecidos, a mesa traça os nomes nos cadernos de descarga, e na coluna destinada á descarga, escreve «Falecido». Inicia-se a votação e:

3.º—Em primeiro lugar votam o presidente e os demais membros da mesa; o representante da autoridade, se o houver; os magistrados e as autoridades, quer estejam inscritos, quer apresentem certidão de capacidade eleitoral, passando-se a fazer a primeira chamada dos eleitores que constem dos cadernos de descarga, os quais, votarão desde que não haja impedimento ou reclamação legal que a mesa defira.

4.º—Quando na mesma assembleia votem eleitores de mais de uma freguesia, são chamados em primeiro lugar os das freguesias mais distantes.

5.º—Lido o nome do eleitor, este entrega o boletim ao presidente, que verifica se tem sinal ou marca exterior. Feita primeiro a descarga em ambos os cadernos, o presidente lança-o na urna. A descarga é feita pelos membros da mesa detentores dos cadernos, por meio de rubrica na coluna propria, ao lado do numero.

6.º—Concluida a primeira chamada, faz-se a segunda, e

7.º—Concluida que seja esta, o presidente declara, em voz alta, a hora a que findou, e que, a partir desse momento e durante duas horas, podem votar todos os cidadãos, associações de classe e corporações administrativas de assistencia que, para esse efeito, se apresentem ou que, não estando recenseados, sejam portadores de certidões bastantes. Verificada esta hipotese, os seus nomes são acrescentados no final dos cadernos de chamadas. As associações e corporações votam por intermedio dos seus presidentes que, por documento bastante, mostrarem a sua qualidade.

8.º—Terminadas as duas horas, o presidente pregunta em voz alta «Está dentro da assembleia algum cidadão que deseje votar?»

Aceita os boletins dos eleitores que compareçam perante a mesa e declara em voz alta: «Está encerrada a vota, ção».

9.º—Procede-se á contagem das descargas, em presença das rubricas lançadas nos cadernos de chamadas, usando como auxiliar as listas de numeros (mod. 319). Afixa-se o edital (mod. 311). Da contagem se passam as certidões que os eleitores requeiram.

10.º—Procede-se á contagem das listas e afixa-se o edital (mod. 312). Da contagem se passam certidões que os eleitores requeiram.

11.º—O presidente declara em voz alta: «Nos termos da lei considera-se como tendo dado tácitamente voto de aprovação ao projecto de Constituição Politica, os eleitores que não concorreram ao acto plebiscitario, salvo se neste momento forem entregues documentos comprovativos de qualquer das circunstancias dos n.os 1.º, 2.º e 3.º do § 1.º, do artigo 4.º, do decreto n.º 22.229».

12.º—Recebidos os documentos que sejam apresentados, e reconhecidos que seja o seu valor a mesa anotará, na linha para descarga, a nota de «Impossibilitado» para que o voto não seja contado. Se a mesa não lhe reconhecer valor juridico, exara, nos mesmos documentos, o competente acordo, e de tudo fará menção na acta. (Chamada 10).

13.º—Descarregam-se, como votantes, todos os eleitores que não compareçam a votar, e contam-se com o auxiliar das listas numericas (mod. 319).

14.º—Concluidas as descargas, ambos os cadernos são fechados, lacrados e rubricados pela mesa, em envelopes separados, exarando-se no exterior «Distrito de... Concelho de... Caderno de chamadas da assembleia de...

15.º—O presidente passa a retirar os boletins da urna, entregando os, um por um, e alternadamente, ao escrutinador e a um suplente ou a qualquer outro membro da mesa que, em voz alta, diz «Aprova» ou «Reprova», conforme o voto do boletim.

16.º—Os boletins que forem encontrados nulos são rubricados pela mesa e juntos ao processo eleitoral, para serem enviados á assembleia de apuramento.

17.º—Concluida a leitura dos boletins, e apurados os votos de «aprovação» ou «reprovação», adiciona-se, áqueles, o numero de eleitores que, por não terem votado, tácitamente aprovaram o projecto de Constituição. Do resultado do apuramento se afixa edital (mod. 313).

18.º—Do resultado da votação se passam as certidões aos eleitores que as requeiram (mod. 318).

19.º—Na presença da mesa, são queimados todos os boletins que não forem considerados nulos ou viciados.

20.º—Terminado, assim, o acto plebiscitario, lavra-se a acta (mod. 308), que é assinada pela mesa e por todos os eleitores presentes que o requeiram. Os documentos têm o seguinte destino:

21.º—Uma acta e um caderno de chamadas são fechados num envelope, e, lacrado este e rubricado pela mesa e demais eleitores que o requeiram, é endereçado ao ex.mo sr. director geral de Administração Politica e Civil, «mas entregue em mão ao presidente» da assembleia de apuramento, que é o presidente da Câmara Municipal do concelho da sede do distrito, no dia 26, com os demais documentos da assembleia.

22.º—Todos os documentos da assembleia, ou seja o envelope para o Ministerio do Interior, o outro caderno de chamadas, a outra acta, os boletins considerados nulos ou viciados, os documentos apresentados pelos eleitores e quaisquer outros documentos, são enviados em envelope lacrado e rubricado pela mesa e igualmente entregue em mão ao presidente da assembleia de apuramento, mas acompanhado de oficio (mod. 314).

23.º—O portador dos documentos da assembleia é o escrutinador efectivo da mesa, que comparecerá na sala das sessões da Camara Municipal da sede do distrito, ás 9 horas do dia 26 de Março.

Onde funcionam as secções de voto na cidade de Lisboa

1.º Bairro Administrativo—Anjos—1.ª Secção—Na sede da Junta Geral do Distrito—Rua dos Anjos n.º 209—Os eleitores de Abeilárd de Vasconcelos a João Luiz da Silva Torres; 2.ª Secção—No edificio da Cozinha Economica—Os eleitores de João Machado Toledo a Zulmira Coutinho; Beato—Na Escola 20, «vila» Maria Luiza—Xabregas; Castelo—No largo de Santa Cruz, n.º 15; S. Cristovão—Na Costa do Castelo, Escola n.º 10; Escolas Gerais—No edificio de S. Vicente, Casa do Recensiamento Militar; Graça—Na calçada de Santo André, n.º 45, 1.º; Sanlo Estevão—Na rua dos Remedios n.º 51; S. Miguel—No Largo da Cantina Escolar n.º 10; Monte Pedral—1.ª Secção—Na Escola n.º 4—Campo de Santa Clara—Os eleitores de Abel Eurico da Silveira Almendro a Jesus Maria Ferrador; 2.ª Secção—Na Escola 70 Campo de Santa Clara—Os eleitores João Abren a Vitorino Henriques Godinho; Olivais—Na Escola n. 54—Braço de Prata; Sé—Nas Cruzes da Sé, n.º 29-C; Socorro—No edificio do Amparo—Rua da Mouraria; Sant'lago—Na escola Patricio dos Prazeres—Largo do Contador Mór, n.º 3.

2.º Bairro Administrativo—Arroios—1.ª Secção—Na Cantina Escolar, Rua Carlos José Barreiros, n.º 4—Os eleitores de A a J (Jacinto); 2.ª secção—Na Escola Oficial n.º 25—Rua de Ar-roios, n.º 170, 1.º — Os eleitores de J (Jaime) a W.) Conceição Nova—Na Camara Municipal de Lisboa; Encarnação—Na Escola Oficial n.º 12, Rua da Rosa n.º 168; Madalena—Na Escola Municipal n.º 44. Rua da Madalena n.º 199; Martires—Na Escola das Belas Artes, Largo da Biblioteca; Pena—Na Faculdade de Medicina, Campo dos Martires da Patria; Penha de França—1.ª Secção—Na sede da Junta de Freguesia, Rua Morais Soares n.º 32—Os eleitores de A a J (Jeronimo); 2.ª Secção—Na Escola Oficial, Rua Barão de Sabrosa, n.º 189—Os eleitores de J (João) a W; Restauradores—No Teatro Nacional, Largo D. João da Camara; Sacramento—No Liceu Feminino, Largo do Carmo n.º 32; S. José—Na Escola Oficial n.º 29, Rua Alves Correia n.º 191; S. Julião—Na Camara Municipal, Praça do Municipio; S. Nicolau—Na sede da Junta de Freguesia, Rua dos Douradores, n.º 57.

3.º Bairro Administrativo—Ameixoeira—Na sede da Junta de Freguesia; Benfica—Na Estrada de Benfica, n.º 549; Camões—Na Escola Municipal, Rua de Santa Marta, n.º 204; Campo Grande—No Chalé das Canas; Carnide—Na Escola Oficial n.º 46, Largo das Pimenteiras; Charneca—Na sede da Junta de Freguesia, Campo das Amoreiras; Lumiar—Na sede da Junta de Freguesia, Calçada do Picadeiro; Marquês de Pombal—No Tribunal dos Arbitros Avindores, Rua da Boa Vista, n.º 9; Mercês—Na Academia das Ciencias; Santa Catarina—No Liceu Passos Manuel, Largo de Jesus; S. Mamede—Na Assistencia Publica, Praça do Brasil; S. Sebastião da Pedreira—1.ª secção—No edificio do Liceu Camões—Os eleitores de Aurão Coelho Ribeiro a Domingos Bento Rodrigues; 2.ª secção—No edificio do Liceu Camões—Os eleitores de Domingos Bonifacio da Silva a José Coelho; 3.ª secção—No edificio do Liceu Camões—Os eleitores de José da Conceição Ramos a Zeferino Fernandes da Silva e todas as Associações de Classe recenseadas pela freguesia.

4.º Bairro Administrativo—Ajuda—1.ª secção—Na Abegoaria Municipal—Os eleitores de Abel de Almeida a Ismenio da Costa; 2.ª secção—Na Abegoaria Municipal—Os eleitores de Jacinto Maria Gomes a Vivaldo Magno Fernandes; Alcantara—1.ª secção—Na sede da Junta de Freguesia—Calçada da Tapada—Os eleitores de Augusto Brito a Jorge Pais de Oliveira Mamede; 2.ª secção—Na Escola Primaria, Largo do Calvario—Os eleitores de José a Zeferino dos Santos Carvalho; Belem—1.ª secção—No edificio dos Jeronimos—Os eleitores de Abel Augusto de Almeida a João Vitorino da Costa; 2.ª secção—No edificio dos Jeronimos—Os eleitores de Joaquim Afonso Catorze a Zeferino Salvador da Costa; Lapa—Na Escola Oficial, Rua das Trinas; Santa Isabel—1.ª secção—No edificio do Congresso—Os eleitores de Abel Acurcio a Ezequiel Barreto; 2.ª secção—No edificio do Congresso—Os eleitores de Fabio Dionisio Almeida a José Zacarias Nunes; 3.ª secção—No edificio do Congresso—Os eleitores de Josué Brito Ribeiro a Zofimo Rodrigues Lima; Santos-o-Velho—1.ª secção—No Quartel dos Bombeiros—Avenida Presidente Wilson—Os eleitores de Abel Barreto Carvalho a Lupo Alberto Candido; 2.ª secção—No Quartel dos Bombeiros, Avenida Presidente Wilson—Os eleitores de Macario Caroço a Wladimiro Menezes Moreira.

Pelo Ministerio do Interior vai ser publicada a seguinte portaria:

Considerando que no acto plebiscitario do dia 19 do corrente intervem militares e civis desde que para tanto estejam inscritos no recenseamento politico de 1932 ou satisfaçam as demais condições legais; considerando que no dia do acto plebiscitario a força publica se encontra nos quarteis devendo no entanto facilitar-se aos militares de Terra e Mar e aos agentes da autoridade, o exercicio de um direito que a lei impõi; tendo em vista o disposto no art. 22.º do decreto-lei n.º 22.229, de 21 de Fevereiro ultimo:

Manda o Governo da Republica Portuguesa, pelo Ministerio do Interior, que aos militares de Terra e Mar e aos agentes da força publica seja permitido votar nas assembleias e secções de voto para o plebiscito sobre a Constituição politica da Republica Portuguesa, fardados mas não armados.

PROPAGANDA DO ESTADO NOVO

O sr. dr. Ulisses Cortez, chefe do gabinete do sr. ministro da Justiça, realizou em Portalegre uma brilhante conferencia

A obra da Ditadura e a nova Constituição da Republica — Palavras de fé nos destinos de Portugal

PORTALEGRE, 16.—Perante muitas centenas de pessoas realizou ontem, por 21 horas, no Teatro Portalegrense, desta cidade, uma interessante conferencia o sr. dr. Ulisses Cortez, subordinada ao titulo «Renovação dos serviços de justiça—o passado e o presente», que foi muito apreciada, sendo o orador muito aplaudido.

A mesa foi presidida pelo ilustre governador civil do distrito, sr. capitão Vaz Monteiro, secretariado pelos srs. dr. Fernandes de Carvalho, dr. Honorio de Freitas, dr. Luiz Roma Alves de Sousa, José da Silva Telo Rasquilha e João de Monte Empina.

O teatro estava completamente cheio, ficando muitas pessoas cá fóra por não terem conseguido ali lugar.

No palco via-se ao lado da mesa da presidencia um busto da Republica coberto com a bandeira nacional.

Logo após a constituição da mesa levantou-se para fazer a apresentação do conferente o prestigioso governador civil, que foi delirantemente aclamado ouvindo-se muitos «vivas» á Patria, á Republica, á Ditadura Nacional e ao governador civil.

O sr. capitão Vaz Monteiro começou por dizer que a cidade de Portalegre, a capital do Alto Alentejo, cidade cheia de encantos e belezas naturais, recebia ilustres visitantes vindos não só dos concelhos deste distrito, que estavam ali largamente representados, mas tambem vindos de Lisboa de junto do Governo da Ditadura. Sabia que os portalegrenses são essencialmente hospitaleiros e reconhece que mais uma vez o demonstraram acorrendo em massa áquela reunião, numa assistencia tão numerosa e selecta, para ouvir a palavra dos representantes do Estado Forte.

Continuando, disse que o conferente dr. Ulisses Cortez não precisava apresentação, conhecido como é pelas suas qualidades de inteligencia, saber profissional e trabalho que, apesar de novo, o levaram a ocupar um lugar de destaque e bastante responsabilidade junto do eminente homem publico e grande reformador dos serviços de Justiça que é o sr. dr. Manuel Rodrigues.

Fala o sr. dr. Ulisses Cortez

Começou o conferente por dirigir as suas efusivas homenagens ao sr. governador civil, de quem traçou um caloroso elogio, salientando que essas homenagens eram extensivas ao Governo que ele representava, ao Exercito de que ele é um dos mais distintos oficiais e á provincia do Alentejo, que o recebera com primorosa hospitalidade, que profundamente o sensibilizara.

Referiu-se tambem á acção politica e social do chefe deste distrito, afirmando-lhe a sua solidariedade e a sua concordancia, pela sua obra de util e eficiente doutrinação.

Entrou depois no assunto da sua conferencia, começando por delimitar e definir o tema que escolhera. Considera o assunto complexo, pondo do em relevo que não pretendia produzir um trabalho de ordem exclusivamente juridica, porque se o fizesse resultariam frustrados os objectivos destas conferencias, que devem ser essencialmente de divulgação e popularização da obra da Ditadura.

Referiu-se á arguição que tem sido feita á Ditadura de ter legislado com excessiva exuberancia pela pasta da Justiça, salientando que, apesar disso, ela tem corrigido os excessos de legislação de outros periodos, codificando varios diplomas reguladores de diferentes institutos, citando entre eles os Codigos do Registo Civil, do Notariado, do Registo Predial, do Processo Penal e o Estatuto Judiciario, analisando largamente e enaltecendo o valor destes dois ultimos diplomas.

Continuando na sua exposição referiu-se ao decreto n.º 11.716, que estabeleceu novas regras para o provimento de lugares dependentes do Ministerio da Justiça e que exigiam a aprovação em concurso.

Descreveu o arbitrio que dominava as nomeações anteriormente a 1926 e os absurdos e iniquidades a que um tal regime dava lugar.

Demonstrou a incompatibilidade desse sistema com os principios da idoneidade e competencia que deviam regular o provimento de cargos publicos e depois de condenar, sob varios aspectos, os inconvenientes do arbitrio ministerial e de fazer a apologia das novas normas, exclamou com veemencia:

«Se a democracia é, como a definia Montesquieu, *o regime de virtude e de justiça*, o decreto a que me refiro constitui indubitavelmente realização de Democracia e da melhor, porque representa a consagração legal dos mais puros e elevados principios democraticos».

Aludiu, tambem, em traços largos, a varios diplomas da Ditadura que estabeleceram limites de custas e que baratearam varios actos judiciais, como as emancipações e suprimentos de consentimento, citando ainda os decretos que instituiram a insolvencia civil, o processo sumario de falencia e a limitação de custas no projecto de reforma do processo de falencias, ha pouco publicado na Imprensa.

Demonstrou, em seguida, que as reformas da Ditadura não têm determinado o cerceamento dos interesses dos funcionarios de justiça, provando com mapas e elementos estatisticos que na plena vigencia dessas reformas os emolumentos daqueles funcionarios têm aumentado consideravelmente.

Continuando, afirmou com eloquencia:

—No que se refere á magistratura toda a legislação publicada posteriormente a 1926 revela o proposito de a dignificar, de elevar o seu nivel intelectual e moral e de garantir em termos eficazes a sua independencia.

Outra afirmação:

A magistratura portuguesa deve á Ditadura um serviço inestimavel, que foi o de entregar os seus destinos a si propria, libertando-a de toda a ingerencia da politica corruptora e tornando-a verdadeiramente autonoma em relação ao Executivo.

Consignar na Constituição o principio da independencia do Poder Judicial, mas confiar ao ministro da Justiça as nomeações e transferencias dos juizes, é manifestamente estabelecer a subalternização de um poder em relação a outro, é transformar essa autonomia numa palavra sem sentido, numa mistificação e numa mentira.

E com energia:

Quem se não recorda ainda do espectaculo deprimente e confrangedor de juizes que pretendiam determinadas comarcas, terem de solicitar o *agréement* de comissões politicas, as boas graças do influente local, em cujos litigios amanhã teriam de sentenciar, o patrocinio de potentados que mais tarde se julgariam no direito de influir nos seus julgamentos e de violentarem a sua consciencia?

E quem se não lembra tambem de magistrados que tendo a religião da Justiça, fazendo da sua nobre função um sacerdocio, querendo guardar obediencia ao principio de que sómente se deviam guiar pelos «ditames que a lei consigna e a consciencia inspira», eram os eternos sacrificados, fazendo a sua carreira por comarcas longinquas e pobres, enquanto os acomodaticios, os subservientes, os juizes politicos disfrutavam situações de privilegio, ocupando os melhores lugares, quer no ponto de vista da comodidade, quer no ponto de vista do rendimento.

E vigorosamente:

«Aos homens de boa fé que me escutam, aos magistrados com sensibilidade e inteligencia, com o culto religioso da sua toga e devotado amor á dignidade da sua profissão eu pregunto:

¿Era decorosa esta situação? era justa? era sequer compativel com o brio e o prestigio da classe judicial?»

Acentuou, depois, que a independencia moral foi completada pela garantia da independencia material, que o orador considera como condição indispensavel.

Descreveu, tambem, as formas de recrutamento, nomeação e transferencias adoptadas, construção de casas de magistrados, desenvolvimento de circulação de riqueza e aumento do dominio publico e de vantagens para os serviços judiciarios dela resultantes, passando depois a analisar as reformas processuais nos seguintes termos:

«Em obediencia ao plano que estabeleci e pelo qual procuro nortear-me, vou referir-me agora ás reformas de processo analisando nos seus aspectos essenciais os respectivos diplomas, isto é, o decreto n.º 12353, promulgado em 1926 pelo sr. ministro da Justiça e o decreto n.º 21694, publicado recentemente e que estabeleceu a oralidade nas causas civeis.

A partir da vigencia do Codigo do Processo Civil ou seja desde 1876 nada mais se legislara em materia processual, exceptuando o decreto de 29 de Maio de 1907, que estabeleceu o processo sumario.

O Codigo de Processo, que é sem duvida um diploma de transcendencia, adoptava, porem, modalidades processuais conformes ao espirito da epoca e aos habitos então consagrados, mas que—alguns anos volvidos—se mostravam singularmente antiquadas e duma rigidez incompativel com a variedade das novas relações juridicas e com o ritmo exigido pelas novas circunstancias economicas e sociais.

Os litigios estavam inçados de formalismos e solenidades desnecessarias e até grotescas, o ritmo processual caracterizava-se por uma excessiva lentidão; era possivel enxertar nos pleitos inumeros incidentes dilatorios; e a consequencia era que as acções se eternizavam nos tribunais, chegando a ultrapassar a vida dos litigantes, e a transmitirem-se, como pesada herança, de pais a filhos.

Não ha no Ministerio da Justiça elementos estatisticos que permitam indicar com precisão o tempo medio durante o qual as causas se arrastavam nos tribunais.

Mas não é dificil calculá-lo, desde que nos socorramos um pouco da nossa memoria e desde que apelemos para informações fragmentarias, que é possivel reunir.

Num mapa, relativo a 1932, que ha pouco compulsei, pude verificar que acções propostas ha 15 e ha 20 anos, só agora foram decididas no Supremo Tribunal.

Esta morosidade foi tambem acentuada no relatorio do decreto n.º 12.353, no qual se computou em 5 anos a duração media de um pleito nos tribunais.

A justiça, pois, entre nós era lenta.

Carecia de ser remodelada, no sentido de se lhe imprimir maior rapidez, e consequentemente, maior eficiencia.

Isto decididamente não podia manter-se.

Mas é tal o nosso espirito de rotina que tudo continuaria na mesma, se a Ditadura não tivesse trazido consigo uma aragem salutar de renovação.

Foi precisa uma grande coragem, uma grande intrepidez para romper com o existente, para demolir o velho e carcomido edificio processual.

E quando o camartelo implacavel realizou a sua obra de necessaria destruição, ouviu-se por todo o País um clamor imenso de protesto, como se um feroz iconoclasta tivesse profanado sagrados canones e impiamente houvesse consumado um grande sacrilegio.

Mas, em breve, a pratica forense e a experiencia dos Tribunais se encarregaram de demonstrar os beneficios incontestaveis da reforma, que hoje são reconhecidos por todos, podendo pois considerar-se absolutamente consolidada.

E' que mercê dos novos principios consignados na nossa legislação, a chicana foi proscrita dos tribunais, o despacho saneador depura quasi inicialmente o processo de questões prejudiciais e a maquina processual liberta de dilações e de entraves, adquiriu o rendimento e o ritmo que lhe eram indispensaveis.

Mas, este aperfeiçoamento era ainda relativo.

Uma outra etape havia a percorrer e essa era talvez mais audaciosa.

Criara-se entre nós o preconceito de que só a forma escrita do processo oferecia garantias aos litigantes e que sem ela a justiça era insegura e carecia de sua base substancial.

Entretanto a nossa evolução processual era no sentido da oralidade.

Escritos eram tambem a principio os processos crimes e comerciais, depois transformados em processos orais.

A mesma tendencia se notava lá fora, na Inglaterra, na França, Suiça, Alemanha, Austria e Hungria, onde a oralidade era executada com exito.

E, naturalmente, ao nosso espirito ocorria esta observação: porque não havia de se ensaiar o sistema entre nós?

Pois se, em processo oral—o processo crime—se pode discutir o que possuimos de mais valioso e de mais sagrado—a nossa liberdade pessoal—porque se não hão-de debater pela mesma forma os nossos mesquinhos interesses materiais?

Pois, se, em processo oral, se podem discutir causas comerciais, tantas vezes complexas e de elevado valor, porque se não havia de adoptar um processo identico para as causas civeis, nalguns casos tão simples e de valor irrisorio?

O decreto n.º 21.694 estabeleceu a oralidade.

O ministro que decretou a reforma fe-lo reflectidamente, conscientemente, após um estudo de anos, realizado sobre os nossos costumes judiciais e sobre a legislação de outros países mais adiantados do que o nosso e que ele, como talentoso professor do processo, conhecia em todas as suas virtudes e em todos os seus detalhes.

O clamor, porem, ha-de passar e, em breve, a pratica sagrará mais esta reforma que é, em meu entender, a mais profunda que se efectuou no nosso país, a partir do Codigo do Processo Civil.

A hora de justiça soará, em breve, e ela já aliás se desenha, já se anuncia, como bem proxima.

De facto o juiz Vasco Borges, numa serie de artigos que está publicando no *Diario de Noticias* não hesita em afirmar com o brilho da sua inteligencia e com notavel independencia critica a sua concordancia com a obra realizada.

E' de um alto significado, por todos os titulos, a atitude deste ilustre magistrado.

Esta atitude — exclamou — tem para mim o valor de um simbolo.

Ela demonstra-me que a falange nova da magistratura, aquela que tem a necessaria elevação de espirito para compreender a reforma efectuada, se encontra integrada no seu pensamento orientador e a aplaude.

Que importa, pois, a hostilidade de tantos que, possuindo uma outra formação profissional, tendo sido educados numa escola preconceituosa e rotineira, movendo a sua inteligencia dentro de um estreito circulo mental, não atingem a finalidade da reforma nem podem ter, ante ela, outra atitude que não seja de incompreensão e, portanto, de discordancia?

Comparou, em seguida, o estado dos serviços no passado e no presente e após varias considerações adequadas, terminou por fazer o elogio caloroso, veemente e emocionante da obra da Ditadura Nacional, apontando a figura do sr. dr. Oliveira Salazar, como o expoente mais representativo da Ditadura e a mais forte garantia do Resgate Nacional.

No final o orador foi larga e delirantemente aplaudido, tendo-se ouvido vibrantes «vivas» á Ditadura, sr. dr. Oliveira Salazar, sr. dr. Manuel Rodrigues, Governo e capitão Vaz Monteiro.

Fala o sr. capitão Vaz Monteiro

Em seguida a esta ovação tomou de novo a palavra o sr. governador civil que disse felicitar o conferente pelo brilho que imprimiu á sua oração; felicitava a comissão da União Nacional de Portalegre por ter promovido aquela sessão publica e felicitava tambem os portalegrenses no numero dos quais se incluiu, pela atenção e carinho com que ouviram o ilustre chefe do gabinete do sr. ministro da Justiça.

Agradeceu as palavras de homenagem que lhe foram dirigidas pelo conferente e que fica devendo á bondade do orador. Mas agradece, diz, do coração as que ele dirigiu principalmente ao brioso Exercito português. E' militar por indole e por educação. Honra-se muito em pertencer ao Exercito que é orgulho da Patria e da Republica. E as homenagens que o dr. Ulisses Cortez lhe dirigiu como governador civil endereça-as ao Governo da Ditadura Nacional, a quem de facto pertencem.

Continuando disse ter ouvido com aprazimento toda a conferencia que versou principalmente expôr de uma maneira clara, eloquente e sucinta, a obra realizada pela Ditadura, lamentando que pelos restantes Ministerios não tivesse sido feita tão util propaganda. O ilustre conferencista, disse, revelou-se-nos um brilhante orador, de palavra facil e arrebatada, com profundo conhecimento de assuntos juridicos, pelo que a assembleia o escutou com crescente interesse.

A nova Constituição da Republica

E com energia:

«A obra renovadora e extraordinariamente progressiva que a Ditadura imprimiu á vida nacional está toda consubstanciada na nova Constituição Politica da Republica, que vai ser plebiscitada no proximo dia 19. Esse diploma encerra todo o pensamento politico, economico e social dessa grande figura de português que é o sr. dr. Oliveira Salazar que não é hoje, apenas, uma grande figura nacional, mas tambem um inconfundivel estadista, que marca brilhantemente no conceito internacional e que nós, com muita honra, e, numa hora de grande felicidade, elegemos nosso Chefe, e chefe de todos os bons portugueses que quiseram redimir e alicerçar uma grande Patria».

Impunha-se a necessidade, diz, de dar ao País o novo estatuto constitucional, porque era preciso renovar, actualizar e estabelecer uma melhor ordem juridica da Nação, procurando dar-lhe uma maior unidade, e coordenando, impulsionando e dirigindo todas as actividades sociais, atendendo principalmente ás exigencias do momento presente, que é de sabia lição e ensinamento para todos».

Prosseguindo:

Disse que a organização economica da Nação é um elemento essencial da organização politica, pelo que se torna necessario organizar a sociedade social em corporações economicas. Estas serão superiormente orientadas pelo Estado e é com a familia e as corporações administrativas do Municipio e da freguesia que se constituem os elementos politicos do Estado.

Dirigindo-se aos operarios:

Por isso é que eu tantas vezes vos tenho incitado á organização das associações de classe, de mutualismo, de assistencia e de solidariedade. E' que nelas encontrareis sempre o melhor meio de conquistardes a alegria, o conforto e a felicidade.

A nova Constituição promove e auxilia as corporações morais ou económicas, e as associações ou organizações sindicais, de assistencia, beneficencia ou de caridade, de aperfeiçoamento técnico ou solidariedade de interesses, porque não é proposito do Governo da Ditadura Nacional permitir a luta sempre perniciosa das classes, mas antes estabelecer o laço moral entre elas de modo a conciliá-las, tornando-as mais eficientes ao interesse geral.

A terminar:

Podeis pois votar conscientemente a nova Constituição porque assim praticareis um dever patriotico e ajudais a constituir um Estado Forte que nos ha-de dar uma Patria prospera e dignificada.

Antes de concluir propôs o envio de uma saudação a Sua Excelencia o Senhor Presidente da Republica, com os votos mais ardentes pelas suas melhoras. Outra saudação ao sr. Presidente do Ministerio envolvendo nela todo o Governo da Ditadura Nacional. E por ultimo, disse, vai a saudação dele, orador, para todos os portalegrenses que interpretaram tão sinceramente os seus deveres civicos, e seu arraigado bairrismo e a nobreza da sua hospitalidade, vitoriando com entusiasmo as ideias reformadoras que constituem a base indestrutivel do Estado Novo.

Ao terminar o seu brilhante e eloquente discurso, que deixou a melhor impressão na assistencia, ouviu-se uma prolongada e interminavel salva de palmas sendo muito aclamada a Ditadura, a Republica, o Senhor Presidente da Republica, o sr. dr. Oliveira Salazar e o sr. capitão Vaz Monteiro.

(Segue na 15.ª página)

Propaganda do Estado Novo

As sessões de ontem no Liceu de Camões, na Escola Primaria n.º 16, na Junta — — de Freguesia de S. Miguel e na Assistencia Infantil de S. José — —

Sob a presidencia do sr. dr. Albino dos Reis, ilustre titular da pasta do Interior realizou-se ontem no vasto ginasio do Liceu de Camões a sessão de propaganda da nova Constituição Politica da Republica Portuguesa, promovida pela junta de freguesia e Comissão da União Nacional de S. Sebastião da Pedreira.

Na mesa da presidencia tomaram lugar os srs. tenente coronel Linhares de Lima, coronel Lopes Mateus, tenente-coronel João Luiz de Moura, dr. José Antonio Marques, dr. Lopes da Fonseca e dr. Ramos Pinto.

O sr. dr. Albino dos Reis que falou primeiro principiou o seu brilhante discurso por dizer que embora convidado poucos minutos antes, não quiz deixar de satisfazer o convite da junta promotora da sessão por assim mais facilmente se pôr em contato com o publico que tão carinhosamente tem acompanhado as sessões de propaganda da nova Constituição.

Desmentiu categoricamente uma afirmação feita por alguem, que disse que a Ditadura ia pôr á votação a nova Constituição porque o ideal nacionalista se encontrava cançado, e afirmou que a aprovação do novo Estatuto vai marcar um traço decisivo entre duas idiologias.

Com entusiasmo o sr. ministro do Interior disse ser necessario que todos os portugueses votem a nova Constituição para que o Mundo inteiro veja que o povo soube apreciar o movimento de 28 de Maio e o esforço do Exercito.

A terminar, o sr. dr. Albino dos Reis elogiou os oradores que se seguiram e deu a palavra ao sr. tenente-coronel Linhares de Lima.

O sr. presidente da Camara Municipal de Lisboa saudou o Chefe do Estado e afirmou não ser necessario explicar o que é a Constituição porque o que é necessario é fazer um exame de consciencia antes desse acto solene.

Numa passagem disse:

«A um espirito livre e atento não será dificil verificar que toda a obra realizada pela Ditadura se inspira num alto ideal cristão de equidade e de justiça; numa viva fé nacionalista; estreitando os laços morais que podem avigorar a nacionalidade, e contrapondo-se á corrente de materialismo ceptico e de internacionalismo ignaro, que negam a natureza e as realidades da vida humana».

Em seguida leu e comentou alguns artigos da Constituição, explicou os fins do movimento de 28 de Maio e as vantagens que dele obteve o País.

E a terminar disse ainda:

«A acção vai continuar a desenrolar-se sob a vigilancia prudente e desinteressada do Exercito Português.

Ele será segura garantia para todos nós de que a missão redentora que tomou sob sua responsabilidade em 28 de Maio, será integralmente cumprida».

*

Seguiu-se no uso da palavra o sr. dr. José Antonio Marques, vice-presidente do Supremo Tribunal de Justiça que se referiu ao discurso do orador antecedente e cumprimentou no sr. ministro do Interior todo o Governo.

Saudou os dois antigos ministros presentes, dr. Lopes da Fonseca e Lopes Mateus, de quem fez um rasgado elogio e afirmou que não há monarquicos nem republicanos, mas nacionalistas.

«Falar da obra de Salazar—disse o orador—é uma vergonha para nós porque todos os estranjeiros a conhecem».

Disse ser necessario a organização da União Nacional porque os inimigos da Ditadura tambem se estão a organizar, e mostrou ser o dever de todos auxiliar o Governo e principalmente o sr. dr. Oliveira Salazar porque ele levará o bem estar a todos os lares.

Aconselhou os presentes a votarem a nova Constituição.

*

O sr. dr. Lopes da Fonseca saudou o Governo e disse que o sr. Presidente da Republica, num alto exemplo de civismo sairá pela primeira vez no proximo domingo para votar a Constituição.

Afirmou que não tem outro ideal que não seja o Nacionalismo, elogiou a obra gigantesca do sr. ministro das Finanças, que está perfeitamente no seu lugar visto que reformou as finanças porque era professor dessa cadeira.

Disse que se agora sofremos depois teremos a consolação de uma vida mais desafogada e acrescentou que o sr. Presidente do Ministerio com a salvação do País tem perdido a saude e talvez anos de vida.

Citou varios artigos da Constituição e disse bastar a parte em que ela se refere á familia para que seja aprovada.

Terminou por afirmar que se entrou na campanha da propaganda da Constituição apenas o moveu a voz de um chefe.

*

Falou ainda o sr. Ramos Pinto, presidente da comissão paroquial da União Nacional que agradeceu a comparencia do sr. ministro do Interior e a das pessoas presentes e finalmente o sr. dr. Albino dos Reis que se refere aos discursos dos oradores que o antecederam e disse que todos os antigos batalhadores da causa da Ditadura aguardam apenas que o chefe os chame para qualquer lugar de combate.

*

Todos os oradores foram delirantemente aplaudidos pela multidão que enchia por completo aquele gimnasio.

*

Tambem na Escola Primaria Oficial n.º 19, á Ajuda, se realizou ontem á noite, uma sessão de propaganda do Estado Novo, organizada pela comissão da União Nacional da respectiva Junta de Freguesia.

Usou da palavra, em primeiro lugar o sr. Joaquim Lança, ilustre governador civil do distrito de Setubal, que manifestou a sua satisfação por ver na sua frente uma assembleia numerosa e interessada, a quem ia dizer o sentir da sua inteligencia acêrca do Estado Novo em organização.

Referindo-se aos 16 anos de existencia da Republica, antes do 28 de Maio, disse que a administração do regime durante esse tempo deixou em todos os portugueses pessimas recordações e quasi ia fazendo sucumbir o Estado Republicano, estabelecido pela vontade nacional na manhã de 5 de Outubro de 1910, para pôr termo aos erros da Monarquia.

Não faz acusações individuais, mas reconhece que os partidos prat caram o crime de deixar ao abandono os mais instantes problemas do País, não dando satisfação a justissimas aspirações do povo.

O movimento glorioso levado a cabo pelo marechal Gomes da Costa surgiu, como resultado inevitavel dum longo periodo de martirio e de ansiosa espera de vãos prometimentos.

O orador que foi constantemente interrompido por aplausos e apoiados fez, depois, a analise da acção dos Governos da Ditadura em prol da instrução primaria, permitindo que na população escolar infantil ingressassem mais 36 mil crianças e abrindo mais 2 mil escolas em todo o País, o que representa um grande passo na campanha contra o analfabetismo.

Fez a apologia do novo Estatuto Organico da Nação, do qual leu alguns artigos referentes ao trabalho, á propriedade e ao capital, que passarão a desempenhar uma nova função social, mais nobre e consentanea com os direitos dos trabalhadores e dos cidadãos em geral.

O sr. engenheiro Carlos Santos, que usou em seguida da palavra, começou por dizer que ia explicar á assembelia as razões por que, na sua qualidade de antigo operario, convitamente votará a nova Constituição no proximo domingo.

E na sua forma habitual, em tom ameno de conversa com os seus antigos camaradas que o escutavam ali, disse o que observou durante a sua vida de aprendiz de oficina na Alemanha onde as garantias das classes operarias já são um facto ha perto de 25 anos.

No entanto, os homens que em Portugal andavam oferecendo mil e uma coisas bonitas ao operariado, mais tarde, quasi nada lhe deram de facto.

Actualmente, porém, as coisas passam-se de forma diversa, porque o sr. presidente do Ministerio já demonstrou, sobejamente, que é capaz de cumprir, visto que já muito realizou. Acresce que não tem interesses proprios a defender e portanto só cuida das regalias dos seus concidadãos.

Não tenham os portugueses duvidas porque a obra social afirmada na nova Constituição far-se-ha, pelo que todos, confiadamente, devem votar amanhã o novo Estatuto Fundamental.

Este, pelo simples facto de ser apresentado ao País pelo sr. dr. Oliveira Salazar, deve ser considerado como uma coisa honesta e util a todos nós. (*Apoiaaos*).

Tambem na Junta de Freguesia de S. Miguel se realizou uma sessão de propaganda do Estado Novo.

Presidiu o sr. governador civil, secretariado pelos srs. presidentes da Junta de Freguesia e da U. N. da mesma.

O sr. chefe do distrito, depois de saudar a assistencia, falou da cruzada de propaganda da U. N.—organismo constituido por portugueses sem distinção de credos, e que só têm em mira o engrandecimento do País.

Disse que era preciso não esquecer os erros do passado, sem pensarmos em violencias para olharmos ao presente.

Enaltecer a figura grandiosa do sr. dr. Oliveira Salazar e ir ao encontro dos seus desejos é querer ser bom Português.

Aconselhou que todos votassem, no domingo, e, lamentando não poder continuar a presidir á sessão, concedeu a palavra ao sr. major Pedroso, que falou da data gloriosa de 28 de Maio.

Lembrou que nos tempos dos politicos Portugal estava num caos: não havia estradas, navios, portos etc.—e hoje devido ao esforço dos Governos da Ditadura e sobretudo á obra formidavel do sr. dr. Oliveira Salazar, tudo felizmente temos.

Analisou a Constituição, que observa o principio da familia como base para a consolidação da nacionalidade, pois que ela prevê e cuida dos trabalhadores.

Terminou aconselhando que todos votem no Estatuto Nacional—porque votar nesse diploma é querer o engrandecimento da Patria e mostrar ao estranjeiro que a Ditadura não tem atrás de si apenas o Exercito mas sim o povo.

A seguir o sr. dr. Henrique Cabrita começou por afirmar a onda do internacionalismo devastador que vai por esse Mundo—o que não se pode dizer do Nacionalismo puro que assenta em principios sagrados da familia.

Referiu-se ás varias reacções que se têm dado por alguns países, apontando Mussolini na Italia, Hitler na Alemanha e em Portugal a Ditadura nascida em 28 de Maio, já iniciada pelo dr. Sidonio Pais.

Falou da obra da Ditadura, da obra do ressurgimento, da criação de escolas, da reorganização da nossa marinha, etc—e tudo devido ao esforço da figura respeitavel de português dr. Oliveira Salazar.

Termina pedindo a todos que comparem a situação actual com a situação anterior a 28 de Maio, e pede a todos que no domingo votem um Estatuto que classifica de notavel.

No final houve muitos vivas á Patria e á Ditadura e ao sr. dr. Oliveira Salazar, sendo em seguida encerrada a sessão.

*

Na Assistencia Infantil da Junta de Freguesia de S. José, realizou-se ontem uma sessão de propaganda do Estado Novo.

Presidiu o sr. dr. Alvaro Reis Torgal, secretariado pelos srs. Vitor Lagos, presidente da Junta de Freguesia e Alvaro Rafael Macedo e Santos, secretario da U. N. da freguesia.

Aberta a sessão o sr. Zuzarte de Mendonça, começou por saudar a numerosa assistencia, dizendo ser necessario cuidar da educação da criança, para que ela amanhã possa corresponder á obra de reconstrução que se iniciou em 28 de Maio.

Lembrou que infelizmente nos ultimos anos a esta parte, o povo tenha esmorecido pelas datas celebres de Portugal e pelos feitos dos seus filhos—estando hoje á mercê os seus elogios, a certos agrupamentos e a certas colectividades que nas datas respectivas se esforçam por enaltecer e mostrar ao povo a grandiosidade do momento que passa.

Citou depois o valor de Camões, a figura veneravel de Nun'Alvares e do Infante a quem vai ser prestada justiça—estranhando que Nun'Alvares, santo e heroi—admiravel figura da nossa historia, continue esquecido, porque nem sequer ainda tem uma estatua em Lisboa.

Abordou depois o dever que todos os portugueses teem de, votar a Constituição—que traz a maxima harmonia adentro das fronteiras — e que afinal nos traz tambem o engrandecimento e a prosperidade do Pais.

Com energia:

«Todos temos o dever de trabalhar eficazmente, acompanhando aqueles que se sentam nas altas cadeiras do Governo e da União Nacional—como um só homem—e focou a grandiosa figura do sr. dr. Oliveira Salazar, que com a sua ciencia impôs a regeneração do País—por um Portugal Maior e sobretudo e sob aspecto educativo melhor».

Depois do sr. presidente ter focado o momento que passa, deu a palavra ao sr. dr. Joaquim Reis Torgal, depois de agradecer o caloroso acolhimento que lhe fizeram, relembra as lutas partidarias antes de 5 de Outubro e 28 de Maio—declarando que está de alma e coração com a Ditadura.

Prestou gloria á data de 28 de Maio e ao Exercito que soube comprcender o momento de descalabro em que se navegava e aplaudiu por fim a obra grandiosa dos Governos da Ditadura.

Sobre a Nacionalismo, o sr. dr. Reis Torgal leu á assistencia alguns trechos que pronunciou numa conferencia ha 27 anos na Associação dos Advogados, em que já defendia o Nacionalismo puro, tal qual como o interpreta a grandiosa figura do sr. dr. Oliveira Salazar.

Com a data de 28 de Maio mudaram os processos de governação—pois que as finanças puseram-se em ordem, resolveu-se a questão dos tabacos e solucionou-se as dividas de Guerra—e isto tudo se deve á administração consciente do sr. dr. Oliveira Salazar. (Muitos apoiados).

Aconselha que todos devem ir votar no domingo.

Nesta altura entra na sala o sr. governador civil, que foi recebido com uma estrondosa salva de palmas.

O chefe do distrito depois de agradecer a espontaneidade da manifestação, aconselha que todos no domingo concorram ás urnas, dando assim um exemplo de verdadeiro civismo e patriotismo.

O sr. governador civil depois de declarar que nada pede para ele, nem para o sr. dr. Oliveira Salazar, mas sim para o País, acrescenta:

Ninguem deve ir atrás das atoardas que por aí dardejam—e essas motivadas pelos inimigos da Ditadura—todos devem aprovar a Constituição—mesmo para mostrar aos diplomatas estranjeiros que a Ditadura não tem só o Exercito ao seu lado mas tambem um grupo de civis que a apoia e que está pronto a colaborar nesta grandiosa obra.

A terminar, o sr. governador civil exige que se faça justiça aos homens que nos governam.

Muitos aplausos e apoiados.

Em seguida foi encerrada a sessão.

VIDA ARTISTICA

Sociedade Nacional de Belas Artes

Os expositores que concorrem á 30.ª exposição anual, a inaugurar no proximo mês de Abril, elegeram para seus representantes no juri os artistas Martinho da Fonseca, Emilio de Paula Campos, Maximiano Alves e José Neto, respectivamente das secções de pintura e escultura. Há um grande interesse por este certame ao qual concorrem os artistas novos e da velha guarda.

O prazo para a entrega dos trabalhos termina amanhã.

NECROLOGIA

FALECIMENTOS

Manuel José Martins Nogueira

Faleceu ontem o sr. Manuel José Martins Nogueira, de 71 anos, fiscal da Camara Municipal aposentado, pai do sr. Henrique Martins Nogueira, chefe de repartição da Camara Municipal.

O funeral realiza-se hoje ás 15 horas, da casa da rua das Pedras Negras, para o Cemiterio Oriental.

FUNERAIS

Realizam-se hoje os funerais: da sr.ª D. Rita Firmina da Silva, ás 15, da Costa do Castelo, 18, 3.º; da sr.ª D. Maria das Mercês Nobre, ás 14,30, do Necroterio; do sr. Manuel Calmas Correia, ás 15,30, da rua do Bemformoso, 129; da menina Berta Maria Bastos Gomes da Silva, ás 15, do Campo Grande, 77, 1.º; da sr.ª D. Irene Martins, ás 14, da rua do Norte, 50; do sr. Paulo Campos, ás 13, da rua Carlos da Maia, 10; do sr. José Carvalho da Silva, ás 15 do Hospital de S. José; do sr. Alfredo Cardoso Leite, ás 14,30, da rua dos Douradores, 32, 4.º; do menino José Manuel Calmas Correia, ás 15,30, da rua do Bemformoso, 129, 1.º.

TRASLADAÇÃO

Efectuou-se ante-ontem do Cemiterio da Ribeira de Santarem para jazigo de familia, no Cemiterio do Alto de S. João, a trasladação dos restos mortais da sr.ª D. Maria da Conceição, saudosa mãe do nosso querido amigo e acreditado comerciante desta praça sr. Antonio Pedro da Silva.

TELEFONE 489
AGENCIA MAGNO
R. SANTA MARTA, 172-174—LISBOA

Funeraes e Trasladações
Joaquim Ferreira Alves
44—Rua Nova da Trindade
Telefone 2 7623
Serviço permanente

ANUNCIO

A Administração Geral do Porto de Lisboa faz publico que pelas 15 horas do proximo dia 15 de Abril se procederá publicamente á abertura das propostas que forem recebidas para a construção de guindastes electricos.

As condições do concurso estarão patentes todos os dias uteis das 10 ás 16 horas, na séde da Administração Geral do Porto de Lisboa, ao Caes do Sodré.

Lisboa, 14 de Março de 1933.

O Administrador Geral

(a) *S. de Sá Nogueira*

«Chá-dansante de Beneficencia»

Um grupo de estudantes de Direito realiza amanhã, nos salões do Royal Cine, um «chá dansante» cuja receita reverte para a assistencia.

O preço de cada entrada é de 7$50.

CAMPINO
Peçam esta finissima Bolacha da
FABRICA CONFIANÇA

COUSAS BONITAS PARA PRESENTES.
Cigarreiras, carteiras, bolsas para moedas, tabaqueiras, boquilhas, etc., etc.
João Cardozo
RUA DO CARMO

POMBOS CORREIOS

O Conselho Técnico da Sociedade Columbófila do Centro de Portugal previne todos os sócios que por motivo de força maior, não se realiza amanhã o concurso Figueira da Foz-Lisboa, ficando adiado para o próximo domingo, 26 do corrente.

CLINICA DO
Dr. Ferreira Pires
das Faculdades de
PENSYLVANNIA (Philadelphia, E. U. D'A) e de LISBOA
DENTAL SURGEON DO BRITISH HOSPITAL
DOENÇAS DA BOCA, DENTES MAXILARES
R. da Escola Politecnica, 77, 1.º
TELEFONE N. 7280
Especial para classes menos abastadas

DIARIO INTERNACIONAL

CONFERENCIA DO DESARMAMENTO

O PROJECTO MACDONALD

não recebeu as boas mercês dos jornais franceses

PARIS, 17.—Os jornais, referindo-se ao plano apresentado por Macdonald na Conferencia do Desarmamento, louvam a boa vontade do primeiro ministro inglês, mas frizam que o plano que visava a satisfazer toda a gente, não satisfaz completamente a ninguem. Sob o ponto de vista francês, os jornais são unanimes em declarar que as garantias de segurança previstas no projecto britanico são insuficientes em relação ás concessões e que equivalem á completa destruição do exercito francês. O plano de Paul Boncour constituia um todo e o plano de Macdonald aproveita dele apenas umas partes, que inutilizam o seu objectivo.

Le Journal interpreta esplendidamente a opinião geral da Imprensa, ao escrever: «O plano britanico comporta elementos suficientes para servirem de base de discussão, mas contem tambem numerosos pontos que devem ser emendados e revistos».—*Havas.*

Nos Estados Unidos admite-se a proposta de Macdonald como ponto de partida para a discussão

NOVA YORK, 17.—O «New York Times» diz que o Departamento do Estado declarou duma maneira terminante que os Estados Unidos aceitarão provavelmente o plano de Macdonald relativo ao desarmamento, como base de discussão. Por seu turno, o «Herald Tribune» informa que os altos funcionarios do ministerio dos Estranjeiros se mostram inclinados a supor que aquele plano servirá provavelmente de base a um acordo. Roosevelt informou os embaixadores de que o Governo americano insiste na necessidade de um acordo relativo ao desarmamento e que está disposto a cooperar largamente nesse sentido.—*Havas.*

Os jornais alemães são prodigos no seu acolhimento

BERLIM, 17.—A Imprensa acolhe friamente o projecto MacDonald. Frisa a desproporção entre os efectivos consentidos á Alemanha e os do plano francês. Nota o valor mais teorico que pratico do plano britanico. Alguns orgãos da direita declaram-no inaceitavel. Outros são de opinião que poderia constituir uma base de discussão. —*Havas.*

A delegação inglesa em face do projecto

LONDRES, 17.—O plano britanico está sendo cuidadosamente estudado por todas as delegações que se encontram em Genebra. A delegação britanica, como MacDonald acentuou ontem, não nutre ilusões quanto á missão ingrata que lhes incumbe na apreciação do projecto.—*Havas.*

Daladier vai a Londres?

GENEBRA, 17.—Corre que Daladier irá em breve visitar MacDonald, a Londres, após o regresso deste da Italia.—*Havas.*

O embaixador inglês em Washington mostra-se bastante optimista

LONDRES, 17.—Sir Ronald Lindsay, embaixador da Grã-Bretanha em Washingtom, discutiu ontem com Roosevelt o novo plano de desarmamento. Declarou depois que estava muito animado com a entrevista que tinha tido com o presidente dos Estados Unidos.—*Havas.*

A entrevista MacDonald, Simon e Mussolini

LONDRES, 17. — MacDonald e Sir John Simon partem esta noite de Genebra para Roma, a fim de se avistarem com Mussolini.

Miss MacDonald acompanha seu pai. O Primeiro ministro e Sir John Simon demorar-se-ão em Roma até segunda-feira e no seu regresso avistar-se-ão em Paris com Daladier, devendo chegar a Londres na quarta-feira. Sir John Simon partirá novamente para Genebra no dia seguinte, data em que deve começar na Conferencia do Desarmamento a discussão do plano britanico apresentado ontem, e ali permanecerá até ao fim da discussão. A visita dos ministros ingleses a Roma foi cordialmente acolhida não só nos circulos ingleses e italianos, mas tambem em todas as delegações representadas em Genebra, onde é olhada como de pleno acôrdo com os esforços feitos pelo Primeiro ministro britanico para melhorar a situação europeia e conseguir resultados positivos na questão do desarmamento.—*Havas.*

Em Toquio «não se vê nada de novo»

TOQUIO, 17.—O porta-voz do Ministerio da Marinha declarou que não via nada de novo nas propostas de desarmamento que MacDonald acaba de apresentar. No entanto julga que a limitação proposta para a aviação militar é coisa pouco mais ou menos impossivel.—*Havas.*

NO PAÍS VIZINHO

Prosseguem as manifestações anti-fascistas, em Madrid

MADRID, 17.—Ontem á noite, pequenos grupos percorreram as ruas principais desta cidade, soltando gritos contra o fascismo. A Policia não interveio. Num cinema onde se exibia um filme sobre o movimento hitlerista, numerosos espectadores assobiaram-no.—*Havas.*

O incidente de Casas Viejas

MADRID, 17. — O capitão Rojas, que é acusado de excessos na repressão do movimento de Casas Viejas, chegou de Cadiz, onde esteve preso no forte de Santa Catarina. Depois de interrogado pelo director da Segurança Geral, recolheu á prisão militar. —*Havas.*

ALMAS DO OUTRO MUNDO...

O espectro de Ana Bolena

surge nas muralhas da Torre de Londres e prega um tremendo susto á sentinela

Actualmenle, a Torre de Londres passou a ser uma reliquia historica de museu. De dia está franqueada aos olhos profanos do visitante; de noite, ainda conserva um ar acastelado e guerreiro. E dentro do seu recinto rasgam o silencio os toques militares das cornetas, enquanto a Lua se espelha nas baionetas dos soldados que ali prestam sentinela.

Há poucas noites, um destes soldados, que estava de guarda em frente da Torre de São Martinho, foi actor do dramatico acontecimento cujo relato veio nos jornais ingleses, e que supera pelo seu caracter misterioso e estranho á invenção do mais original folhetim.

*

Seria perto de meia noite quando, ao posto da guarda instalado num dos edificios anexos á Torre Branca, chegaram gritos de terror, seguidos de uma voz que pedia insistentemente socorro. Sem perda de tempo seguiu para lá uma força, comandada por um oficial. Estendido no chão, imovel e sem sentidos, estava o soldado que fazia sentinela em frente da Torre de São Martinho.

As sombras da noite debruavam o cenario. Sobre o ceu negro recortavam-se as linhas da muralha. «A primeira cena do «Hamlet» de Shakespeare»—escreve textualmente o correspondente em Londres do jornal donde traduzimos esta cronica—parecia ter tomado caracter de realidade com o que ali se acabava de passar.»

O corpo inanimado da sentinela foi conduzido para o posto, onde lhe foram prestados os socorros medicos.

*

Ao principio, ainda mal reposto do sobressalto, coordenava dificilmente as ideias, receando-se até que perdesse a razão. Mas horas depois, interrogado habilmente pelo oficial, a sentinela contou como a poucos metros do seu posto surgiu uma pessoa.

Apontando a espingarda, preguntou: «Quem vem lá?»—não obtendo resposta.

Quando ia a dar ao gatilho, reparou, com natural surpresa, que a silhueta era a de uma mulher vestida á moda usada ha quatro seculos e que o corpo mantendo-se acima do chão, e rodeado de uma luz estranha, era acefalo. Era certamente o espectro de um decapitado.

Então, foi quando o soldado gritou por socorro e perdeu os sentidos.

*

Quem era o fantasma que com a sua aparição esteve a ponto de enlouquecer asentinela? Precisando os detalhes obtidos durante o interrogatorio, chegou-se á conclusão de que o espectro não podia ser outro senão o de Ana Bolena, a rainha do tragico destino, que foi coroada em Westminster no dia de Pentescostes do ano de 1533, e que depois de ser adorada com paixão pelo rei Henrique VIII, vitima dos ciumes do marido segundo uns testemunhos historicos, acusada por outros como imoral protagonista, de amores inconfessaveis, morreu no cadafalso, sob a acha do verdugo, depois de haver sofrido prisão e vivido as horas angustiadas dos seus ultimos dias entre esses muros da torre de Londres, a cuja sombra surge de novo com fantastica aparencia.

*

E o cronista remata as suas impressões com este fecho:

«Conto inverosimil e fantastico? Alucinação visionaria de um espirito febril? O soldado da torre de Londres, segundo a opinião dos medicos é uma pessoa absolutamente normal.

«As autoridades militares não acreditam em historias de fantasmas e intervieram no caso. Mas não conseguiram apurar mais nada.

«Os soldados que fazem serviço na torre aparentam uma grande serenidade e continuam cumprindo normalmente os seus deveres. Mas no amago dos espiritos atormentados pela duvida do mistério subsiste a crença de que as fantasmas se assenhorearam do historico castelo de Londres.

Explosão a bordo de um vapor

COLOMBO, 17.—Consta que morreram 15 pessoas numa explosão que se deu a bordo do vapor norueguês «Hinnoy», no dia 14 do corrente, a 300 milhas ao largo de Colombo. Dos 13 sobreviventes, 5 encontram-se gravemente feridos.

O vapor japonês «Naplesmaru», que é aqui esperado esta noite, recolheu a maior parte dos naufragos.—*Havas.*

A crise bancaria norte-americana

tende para uma melhoria

WASHINGTON, 17.—Começaram a circular no Estado de Nova York novas notas de Banco emitidas pelo Banco de Reserva Federal, no montante de 3.000.301 dolares.

Segundo impressões colhidas nos centros bancarios de Wall-Street, em Nova York, esta pequena emissão de papel moeda indica que as condições bancarias e financeiras dos Estados Unidos melhoraram consideravelmente.—*United Press.*

Foi autorizado o levantamento de depositos

NOVA YORK, 17.—O ministro das Finanças autorizou os depositantes de ouro nos Bancos e Caixas Economicas a levantarem desde hoje os seus depositos, desde 25 a 250 dolares por semana. Em casos especiais, as retiradas poderão exceder aquelas quantias.—*United Press.*

Na Bolsa de Nova York

NOVA YORK, 17.—Continua o movimento de alta nos valores da Bolsa desta cidade, desde a sua reabertura.—*United Press.*

NA ALEMANHA «NAZI»

OS PARTIDOS ESQUERDISTAS

não devem participar da Mesa do Reichstag

BERLIM, 17.—E' provavel que os partidos da esquerda não sejam admitidos a fazer parte da Mesa do Reichstag e do Landtag da Prussia. No ultimo Reichstag, Loebe foi eleito terceiro vice-presidente e um outro membro da Mesa era tambem um socialista.

Varios deputados socialistas tambem faziam parte da Mesa do Landtag da Prussia.

O jornal bavaro independente *Munchner Neueste Machrichten* diz que uma das decisões politicas de maior importancia consiste em esclarecer definitivamente a atitude dos partidos catolicos para com o novo regime. O mesmo jornal faz votos para que o partido do centro e o partido populista catolico se entendam com o Governo Hitler depois de terem votado a lei de plenos poderes, entrando assim na frente nacional pela Baviera.—*Havas.*

A permanencia dos deputados comunistas na Camara Municipal de Berlim

BERLIM, 17.—Em virtude da ordem dada pelo ministro do Interior da Prussia para prender todos os deputados comunistas que tentassem entrar na Camara Municipal, a Policia prendeu dois deputados comunistas que hoje tentaram entrar naquele estabelecimento.—*Havas.*

O novo embaixador em Washington

BERLIM, 17.—Julga-se que Von Neurath será nomeado embaixador em Washington em substituição de Von Prittwitz, actual embaixador que pediu a sua demissão.

O jornal *Boersen Kurjer* julga que no caso de Von Neurath ser nomeado embaixador em Washington, Von Papen tomará conta da pasta dos Estranjeiros.—*Havas.*

A campanha contra a nova ocupação do Ruhr

BERLIM, 17.—O partido social democrata desmente a informação proveniente do estranjeiro dizendo que dois membros do partido dos socialistas alemães foram a Paris a fim de fazer a campanha contra a nova ocupação do Ruhr.—*Havas.*

Schacht e contrario á inflação fiduciaria

ESTOCOLMO, 17.—Schacht, novo director do Reichsbank, que se filiou no partido de Hitler, concedeu uma entrevista ao correspondente do jornal *Allehandara* desta cidade, em Berlim. Disse o famoso financeiro alemão: «Sou adversario de uma inflação fiduciaria. Entendo que é preciso realisar uma oposição energica aos boatos duma possivel inflação. Seria ridiculo que eu pensasse em tal coisa, eu que consegui inutilizar a inflação anterior. De qualquer maneira as dividas privadas devem ser pagas até o ultimo real. A principal enfermidade da divida comercial dos nossos dias é a estagnação completa do movimento dos cambios. Acho que a principal tarefa de um Banco de emissão é suscitar o renascimento do comercio mundial.—*Americana.*

Um novo gigante do ar

NOVA YORK, 17.—Foi fixado para o dia 21 do corrente o primeiro vôo de experiencia do novo dirigivel da Marinha de Guerra norte-americana, «Macon». Esse vôo de experiencia realizar-se-ha em Akron. — *United Press.*

A cura da tuberculose

ESTOCOLMO, 17. — O professor John Reenstierna, de Varberg, anuncia que depois de sete anos de trabalhos continuos encontrou a formula dum novo soro para a cura da tuberculose que dá excelentes resultados.—*United Press.*

NA CIDADE DO VATICANO

O 19.º centenario da morte de Jesus será comemorado ás 3 da tarde de sexta-feira santa, pela hora de Roma, com 19 badaladas

CIDADE DO VATICANO, 17—As autoridades pontificias, para que ficasse assinalada a hora historica da redenção do genero humano, ordenaram que nas igrejas de todo o orbe catolico os sinos dessem 19 badaladas, ás 3 horas da tarde de sexta-feira santa, pela hora de Roma, em comemoração do 19.º centenario da morte de Cristo, e como convite aos catolicos para um recolhimento espiritual e uma oração de poucos minutos.

Foi sugerido tambem aos governos catolicos de todos os países do Mundo que nas capitais e cidades principais dos seus respectivos países, batarias de artelharia dessem 19 tiros de salvas pelo mesmo motivo.—*United Press.*

Um novo conflito vai surgir?

ARICA, 17.—Anuncia-se que reapareceram as guerrilhas peruanas na provincia de Tacna e nas cidades de Tarata e Coruca, sob a direcção dos srs. Arce e Neuhans, o primeiro, antigo oficial, e o segundo, antigo deputado, ambos exilados politicos.

Essas guerrilhas têm por objectivo criar dificuldades entre os governos peruano e chileno, pois como se sabe, Arica foi atribuida ao Chile em 1924 por acordo com o governo de Lima.—*United Press.*

NAS PEQUENAS AMERICAS

SANTIAGO DO CHILE, 17.—O Banco Central resolveu consagrar a soma de 9 milhões de pesos mensal á protecção da industria do salitre, enquanto durar a liquidação da Cosach.

O ex-ministro chileno em Londres, que acaba de ser substituido pelo sr. Agostinho Edward foi nomeado representante da organização comercial e industrial dos nitratos chilenos na Europa.—*Americana.*

——NOVA YORK, 17. — Correu que se tinham iniciado negociações para um emprestimo argentino a longo prazo, nesta cidade. A noticia foi desmentida. Os banqueiros declaram que as condições no mercado são desfavoraveis para qualquer operação de importancia.—*Americana.*

——WASHINGTON, 17.—Realizase este ano em Montevideu o Congresso Pan-Americano. Resolveu-se que qualquer emenda ao programa estabelecido seja apresentada ao Conselho Directivo da União Pan-Americana antes da sessão de Abril—*Americana.*

——MONTEVIDEU, 17.—Os jornais uruguaios referem que em Novembro do ano passado, quando das eleições para o Conselho Nacional de Administração, esteve preparado um movimento revolucionario, para o qual foram convidados o dr. Luiz Alberto Herrera, chefe do partido nacionalista, e Villanueva Saravia. A conspiração era dirigida por Nepomuceno Saravia, que vivia na povoação brasileira fronteiriça de Três Ventas e que, a pedido do Governo de Montevideu, foi internado em Porto Alegre, pelas autoridades do vizinho país. Dessa conspiração são consequencias os preparativos revolucionarios de Nepomuceno, que se acabam de considerar oficialmente malogrados, devido á mediação do Presidente da Republica e do dr. Luiz Alberto Herrera, que naquela epoca, segundo uma carta do chefe da policia de Cerro Largo e as proprias declarações do conhecido politico, não foi favoravel á revolução.—*Americana.*

Ás ilhas Malvinas novo pomo de Páris

BUENOS AIRES, 17.—Os jornais comentam desagradavelmente a emissão dum novo selo britanico comemorativo da ocupação das ilhas Malvinas pela Inglaterra. O ministro do Interior ordenou que seja dada como não franqueada a correspondencia chegáda á Argentina com aquele selo. Como se sabe, a Argentina disputa aquelas ilhas á Inglaterra.—*Americana.*

«A ORGANIZAÇÃO DA JUSTIÇA NA DITADURA»

O sr. ministro da Justiça pronunciou a sua brilhante conferencia, em Santarem, perante um auditorio de mil pessoas,

que não se cansaram de vitoriar o ilustre homem publico e a sua obra, o sr. presidente do Ministerio, a Republica e a Ditadura Nacional — No banquete oferecido ao sr. dr. Manuel Rodrigues tomaram parte 170 pessoas, tendo sido proferidos discursos de acendrado patriotismo e de inabalavel fé nos destinos da Patria sob a égide do Estado Novo

SANTARÉM, 16. *(Do nosso enviado especial)*. — A noticia de que o sr. ministro da Justiça viria hoje a esta cidade fazer uma conferencia sobre a «Organização da Justiça na Ditadura», despertou o maior interesse, sendo grande a ansiedade em ouvir o ilustre homem publico.

Dos concelhos limitrofes vieram a Santarem muitas pessoas, o que dava á cidade um movimento desusado.

A conferencia estava marcada para as 18 horas.

A's 15 horas realizou-se, nos Paços do Concelho, a posse dos membros das comissões de freguesia da União Nacional, do concelho.

Presidiu o sr. governador civil substituto, José Serrão de Faria Teixeira, secretariado pelos srs. presidente da Camara Municipal, capitão Luiz Valente, dr. Carlos Borges, presidente da Comissão Distrital da União Nacional; capitão Lino Valente, presidente da Camara; tenente Antonio Baptista, administrador do concelho e comandante da Policia; tenente Antonio Baptista; Antonio Bastos, vice-presidente da União Nacional; e vogais, tambem da União Nacional, Guilherme Amorim, dr. Guilherme Coelho dos Reis e Libano Monteiro.

Depois de o sr. Francisco Cordeiro, secretario da União Nacional, ter lido o auto da posse, tomou a palavra o sr. dr. Carlos «Borges, que começou por afirmar não ser preciso fazer a apologia da Ditadura perante as pessoas que ali se encontravam, porque todos estavam dispostos a cumprir o seu dever, por saberem o que querem e para que vêm. Todos desejam colaborar no trabalho grandioso da reconstrução nacional, colocando acima do bem pessoal o bem comum.

O sr. dr. Carlos Borges aconselhou depois todos os presentes a cumprirem o seu dever, fazendo politica de conjunto e não politica de individuo, e apontou os deveres dos componentes das comissões de freguesia da União Nacional, entre os quais avulta a organização de recenseamento eleitoral de todos os que concordam com a obra da Ditadura.

Disse depois que havia três pontos a nortear a acção dos que abencoadam com a Ditadura: o trabalho, o exemplo da tolerancia e mostrar que não é com violencias e assaltos á propriedade alheia que se faz a felicidade dum povo, e terminou por aconselhar os presentes a propagandearem nas suas terras que é com sangue e lágrimas que se pagam os desvaires dos governantes. Concluiu com um hino ao sr. dr. Oliveira Salazar, salvador da terra portuguesa, e com «vivas» á Patria, á Republica, ao sr. dr. Oliveira Salazar e ao Exército português, francamente correspondidos por todos os assistentes.

Falaram depois os srs. capitães Romeu Neves e Lino Valente, que exortaram todos ao cumprimento dos seus deveres civicos e de patriotas, pois em caso contrário terão de contar com a tropa para os escorraçar.

O sr. presidente encerrou, depois, a sessão, manifestando-se todos os presentes com «vivas» e aplausos, seguindo-se a assinatura do auto da posse por todos os componentes das comissões de freguesia da União Nacional.

A chegada do sr. dr. Manuel Rodrigues

Muito antes da hora marcada para inicio da conferencia, já o Teatro Rosa Damasceno se encontrava repleto de pessoas de todas as categorias sociais — mil, sem exagero — desde as mais modestas até ás mais representativas, não só do concelho como de outros do distrito, que vieram expressamente.

O sr. dr. Manuel Rodrigues Junior, que se fazia acompanhar do chefe de gabinete sr. dr. Ulisses Cortez e dos seus secretarios srs. dr. Alfredo Luso Soares, dr. Ferreira Monteiro, e Emilio Salgueiro, e dr. José Alçada, chegou de automóvel ao edificio do Governo Civil, pelas 18 horas. Noutros carros, acompanhavam tambem S. Ex.ª os srs. capitão Veloso, seu secretario, e dr. José Cabral, administrador e inspector geral das Prisões; dr. Antonio Branquinho, médico das Cadeias Civis; dr. Manuel de Barros, contador da Relação de Lisboa; Amilcar Lizardo, Santos Pereira, Alfredo Ramalho, Sebastião Vilarinho, e dr. Eurico Serra, conservador do Registo Civil em Loures.

O ilustre visitante era aguardado nos limites do concelho pelos seguintes srs.: dr. José Caldas e José Serrão Faria Pereira, respectivamente governador civil e governador civil substituto de Santarém; dr. Carlos Borges, presidente da Comissão Distrital da União Nacional; capitão Lino Valente, presidente da Camara; tenente Antonio Baptista, administrador do concelho e comandante da Policia; Henrique Augusto da Silva Martins, presidente da União Nacional de Abrantes; capitão Costa Andrade, administrador do concelho de Abrantes; major Matos Raimundo, vice-presidente da Camara de Abrantes; e França Machado, vogal da União Nacional também de Abrantes.

O sr. dr. Manuel Rodrigues Junior, depois de uns minutos de repouso, no Governo Civil, onde já se encontravam as pessoas mais representativas da terra, com as autoridades civis e militares não mencionadas, e representantes da União Nacional local, seguiu para o Teatro Rosa Damasceno, onde foi recebido com uma estrondosa salva de palmas e «vivas» á Republica, a S. Ex.ª, ao sr. dr. Oliveira Salazar e á Ditadura Nacional.

O elogio do sr. ministro da Justiça feito pelo sr. dr. Carlos Borges

Feito silencio, o sr. dr. Manuel Rodrigues Junior assumiu a presidencia, tendo á direita os srs. coronel Cardoso dos Santos, comandante militar de Santarém, e dr. Carlos Borges, e á esquerda os srs. dr. José Caldas, governador civil, e capitão Lino Valente, presidente da Camara.

Tomou então a palavra o sr. dr. Carlos Borges, para apresentar as boas vindas ao sr. ministro da Justiça, em nome da União Nacional de Santarém.

Disse que S. Ex.ª não precisava ser apresentado, pois era um dos filhos mais ilustres do distrito. A prova do saber de S. Ex.ª — afirmou — está em que logo após o «28 de Maio» foi chamado a colaborar na obra da Ditadura, para a pasta da Justiça, uma das mais dificeis.

E' possível que a sua obra tenha algumas incorrecções — continuou — mas do que não há duvida é de que ela é modelar e há-de ficar nas páginas da nossa sa Historia. *(Palmas)*.

O orador fez, depois, o elogio da obra do sr. ministro da Justiça, pondo termo á instituição do juri para o substituir por três juizes togados, que ficaram com a liberdade de julgar em consciência, quando lhes parecia necessário; o estatuto judiciário; a Ordem dos Advogados; regulamentação da assistencia judiciária; o processo judiciário, que é um monumento da Ditadura; a reforma do processo civil; e a oralidade em todas as causas civeis.

— Digo-o para honra de V. Ex.ª e para honra da Magistratura — afirmou — O magistrado tem hoje um conceito e independencia que jámais tivera. O magistrado tem hoje como garantia de que lhe será feita justiça a sua própria pessoa!

— V. Ex.ª é um homem dos de mais coragem da Ditadura. Bem haja V. Ex.ª. (Palmas). Peço-lhe e formulo um voto, sr. ministro: Peço-lhe a publicação de novos códigos. Acabe V. Ex.ª com a Babel das leis! Acabemos com as muitas leis, substituindo-as por poucas e boas e inteligentes, como V. Ex.ª as sabe fazer.

O orador terminou fazendo votos por que o sr. dr. Manuel Rodrigues se conserve no Governo até completar a sua obra, para afirmar que a Ditadura é a vitória da União Nacional.

As ultimas palavras do sr. dr. Carlos Borges foram para soltar «vivas» á Republica, ao sr. dr. Oliveira Salazar e ao sr. ministro da Justiça, «vivas» que foram francamente correspondidos pela assistencia em peso, que também se não cansava de dar palmas.

Fala o sr. ministro da Justiça

Levantou-se, depois, para falar, o sr. ministro da Justiça.

O auditório recebeu-o com uma quente salva de palmas.

Feito silencio, o sr. dr. Manuel Rodrigues leu, perante o mais religioso silencio e extraordinária atenção, algumas vezes, apenas interrompido com palmas e apoiados, a sua brilhantissima conferencia, cujo extracto damos a seguir, na integra:

As primeiras palavras

Em 1926 todos os sectores da vida da Nação se encontravam profundamente desorganizados. Fôralento o progresso dos 30 anos anteriores á guerra. A morte tinha levado ou mutilizado os grandes estadistas que não souberam ou não puderam deixar quem os substituisse.

Veio a guerra e muitos homens pensaram que ela teria talvez o condão de despertar as energias latentes da raça e que era possivel que esta pudesse fazer surgir os grandes espiritos, os grandes condutores dos povos e que estes conseguiriam, ajudados por toda a grei, organizar o País e projectá-lo á altura das nações progressivas.

Uma tal ilusão em breve se desvaneceu. Viu-se logo o País profundamente dividido, os ódios mais fortes e violentos, e o germen da desorganização não só impediu o progresso da vida publica, mas, pouco a pouco, foi dissolvendo todos os instrumentos de riqueza e todos os organismos sociais.

A paz, em vez de evitar tanta desordem, mais a agravou. Alguns homens publicos viram o mal e procuraram pôr-lhe termo, mas a confusão da vida portuguesa em breve os desenganou; e tão alta e tão crescente era a ruina, que um presidente do Ministerio, declarou no Parlamento *que o País estava a saque*. Esta frase, dita por um presidente de Ministerio, que para mais era chefe da maior força politica do País, é o grito mais clamoroso da historia de um povo. Já tinha sido ouvido em outros passos da historia, mas a Nação, ao ouvi-lo, olhava logo as fronteiras e via o inimigo assolando a terra de Portugal. Agora não. As fronteiras estavam intactas. O inimigo estava entre nós e era dos nossos: Era a desordem, a intriga, a incompetencia, a selecção invertida. Os homens velhos já não tinham energia para reagir; mas a gente nova, a mocidade das escolas, a mocidade de todas as classes, com a imaginação cheia dos fastos da historia, não compreendia o desastre da Nação e muito menos a impotencia da grei, para a restituir á posse dos seus altos destinos. Tinham-lhe dito muitas vezes que ela era a esperança da Patria e ela não quis, sem batalhar, trustar essa esperança, e por toda a parte, deflagrou a revolta e o protesto.

Mas, a tarefa era grande demais — o peso morto dos vicios e da desorganização é sempre um enorme peso. Só uma grande força o podia remover e por isso todos se voltaram para o Exercito — ultimo reduto da alma nacional — para que ele interviesse, para que, por meio dele, o povo tomasse a direcção dos seus proprios destinos.

E foi assim que o Exercito fez o 28 de Maio.

Foi o Exercito quem o fez, mas foi a Nação e sobretudo a gente nova, verdadeira interprete da alma nacional, quem o impeliu.

Os politicos ignoravam ou fingiram ignorar este estado de alma e consideraram a revolução como uma simples querela dos partidos para a conquista do Poder e pensaram que facilmente a podiam vencer. Foi o seu êrro. A gente nova e com ela a Nação tinha lançado, como nos melhores dias de Aljubarrota e de 1810 a aventura do ressurgimento da Patria — a grande aventura de uma geração e que ela ia viver em pleno.

A Justiça em 1926

2 — (a) *A mecanica processual e os seus efeitos*

Coube-me a mim a direcção dos serviços da Justiça. Do que existia do que se fez e dos seus resultados falo a v. ex.as, excluindo os serviços penais apenas parcialmente revistos.

Sempre se criticou a justiça. A literatura anda cheia de historias umas puramente maliciosas outras acerbas, mas em 1926 aqueles que conheciam a vida dos serviços tinham ultrapassado ha muito o periodo da ironia e a si mesmos perguntavam apavorados, como se vivessem a vespera de um cataclismo — o que é que vai ser de tudo isto? Como acabará? E efectivamente a vida judiciaria de então revelava-se por efeitos diametralmente opostos áqueles que resultariam de uma sã justiça — da Justiça. Assim:

3 — A justiça ha-de ser *rapida*. E compreende-se. Se o direito que se pretende fazer valer não é respeitado, logo em seguida á violação, se não se entrega, dentro de curto prazo, o que a cada um pertence; se não se evita a lesão dos direitos de outrem ou não se indemnizam imediatamente os prejuizos causados, o direito deminui-se, aniquila-se no seu proprio valor, porque o tempo é, na realidade, um elemento essencial desse valor.

Quantos desastres, quantas desgraças resultam de não ser cumprido o contrato ou entregue a indemnização que se convencionou, de não ser entregue a propriedade, ou respeitada a honra do homem sobre que se lançaram suspeitas?

Na vida todas as actividades são interdependentes e intercruzadas e só pode cumprir aquele que por sua vez obteve em tempo o cumprimento das obrigações que para com ele outros assumiram.

Aquele que é acusado de um crime, se não é rapidamente julgado e imediatamente ilibado, perde a consideração publica e vê a sua vida tornar-se dificil e angustiosa.

A propria defesa social sofre, pois se não é julgado em pequeno prazo aquele que comete um crime, o efeito deste, os vestigios e testemunhas desaparecem, dilúem-se e assim a culpabilidade não é apreciada devidamente, porque os seus efeitos já não são tão intensamente sentidos.

Ora as causas arrastavam-se longamente pelos tribunais. Pode calcular-se, sem sombra de exagero, que só na primeira instancia os litigios demoravam uma media de 5 a 6 anos e muitos deles ficavam eternos — passavam de pais a filhos como se fossem bens de uma herança.

Muitas causas, muitisssimas mesmo, não eram julgadas — ficavam abandonadas nos tribunais, porque um dos litigantes morria sem sucessão, porque um deles se esgotava de bens suficientes para a fazer caminhar; outras concluiam como na Guerra das Duas Rosas pelo casamento dos filhos, dos netos ou dos bisnetos dos litigantes.

Quando em 1926 dispus que nenhum juiz podia tomar posse dos lugares para que fosse transferido ou promovido sem apresentar certidão comprovativa de haver proferido sentença nos processos conclusos, encontraram-se muitos pendentes ha 40 e 50 anos, e certo juiz até julgou um processo que tinha entrado no tribunal no dia em que ele fizera exame de instrução primaria!

4 — A acção judicial desenvolve-se através de uma serie de formalidades e prazos necessarios para dar certeza e publicidade aos actos do processo. Mas ha uma regra fundamental a que na sua organização deve obedecer, e já formulada por Montesquieu:

— E' necessario não dar a um litigante o que pertence ao outro, sem o exame serio da questão; mas é tambem necessario não os arruinar a ambos á força de a examinar — Quero dizer, a justiça deve ser administrada sob formulas simples, claras e economicas. Ela deve actuar certamente por meio de processos tecnicos através dos quais se possa descobrir a verdade dos factos e o sentido da lei, e nunca utilizar meios tortuosos, emaranhados que dificultem em vez de facilitarem o conhecimento da verdade. E contudo não sucedia assim. O processo era constituido por um labirinto de formalismos, vindos uns do passado e que em tempos remotos tiveram a sua justificação, mas hoje sem sentido algum; outros introduzidos pela acção legislativa de certos profissionais do direito que, orientados por falsos criterios que frequentemente provocavam a sua nulidade, obrigando a recomeça-lo, ou a optar pelo abandono do direito que se pretendere fazer valer. O processo a cada momento se suspendia ou se desviava do seu fim ou se inutilizava por uma serie de vicios que a par e passo se invocavam: — as excepções — as nulidades — a ilegitimidade — os incidentes — os adiamentos frequentes — os actos propositadamente frustrados e os recursos interlocutorios de caracter suspensivo, etc.

Depois de 10 ou 12 anos de andar nos tribunais e quando tudo já tinha sido dito de uma parte e da outra; quando a prova já se havia produzido e tambem já se haviam proferido sentenças na 1.ª instancia e na Relação, o processo ainda podia ser anulado ou considerado de nenhum efeito no Supremo Tribunal, por muitas razões, porque uma das partes não tinha sido ouvida... apesar de ter vindo a juizo e de ter assistido ao desenrolar de todo o processo; ou porque se vinha a reconhecer então que não era parte legitima na causa ou ainda porque o processo não era o que a lei propriamente indicava; porque a procuração passada ao advogado o fôra por notario em comarca diversa daquela em que a acção corria e o notario da comarca do tribunal não a tinha reconhecido. A comedia judiciaria!

Instaurava-se o pleito e passado algum tempo o advogado chamava o litigante por quem advogava e dizia-lhe — ganhámos. Já terminou a questão? Não, ganhámos unicamente a questão da incompetencia do tribunal que o reu tinha levantado. O julgamento definitivo é mais tarde. Daí a meses, novas noticias do advogado — Perdemos, mas não faz mal. Foi um simples despacho de que vamos recorrer. O juiz não admitiu um documento que quiz juntar ao processo. Anos depois inicia-se a prova, por testemunhas — uma teoria indefinida. Feita esta nova espera de meses e de anos, de quando em quando adiada á espera da decisão de recursos suspensivos, até o julgamento, vinha por fim a sentença. Ganhámos. Está terminada a questão? Ainda não. A parte contraria apelou. Ganhava-se a apelação e nova noticia chegava aos ouvidos do litigante. Triunfou-se definitivamente? Ainda não. O reu embargou. Ganhava-se os embargos. Mas ainda havia o recurso para o Supremo, que por vezes decidia em contrario das regras que anteriormente fixara. Um ano depois: perdemos, mas já embargámos. Perdemos outra vez, mas não faz mal, porque a questão pode voltar ao principio, visto o processo ter sido anulado, por falta da primeira citação do reu. O constituinte, ou o filho do constituinte ou mesmo o neto dizia ao advogado — mas o reu esteve sempre em juizo — e o advogado, ou novo advogado, ás vezes filho do primeiro respondia: efectivamente o reu esteve sempre no processo, defendeu-se, disse o que quiz... — Tudo isso é assim, mas a verdade é que houve falta de citação. E como na legenda de Sisifo, a causa recomeçava... a consumir a fazenda dos litigantes.

5 — A justiça deve-se poder obter com uma despesa comportavel e de harmonia com o direito em causa. Mas a verdade é que a justiça constituia um sorvedouro cruel da fortuna e da fazenda dos litigantes.

Este exagero de encargos resultava da forma como é tributada a justiça e da falta de elementos de correcção.

O pagamento era e é ainda em muitos processos feito por um sistema de taxas a pagar por cada acto. Distribuiu-se o processo — um tanto; cita-se o reu — um tanto; junta-se um requerimento ao processo — um tanto; ouve-se uma testemunha — um tanto; e assim indefinidamente.

As taxas são fixadas em uma tabela que estabeleceem uma importancia para cada acto. Mas eu posso afirmar que até hoje todas as tabelas, todas as alterações foram feitas por palpite, sem o menor dado, pois não havia até ha pouco tempo uma estatistica que permitisse fixar o custo médio dos processos, nem qual a remuneração efectiva dos funcionarios. Aumentavam-se as tabelas porque os funcionarios pediam, porque parecia que os termos processuais deviam reduzir o valor dos processos — nunca com base em qualquer dado serio.

E' claro que no sistema das taxas quantos mais actos houver mais recebem os funcionarios, visto aquelas importancias serem divididas por eles. Por consequencia, o tribunal sentia uma natural tendencia para aumentar os actos e permitir que aqueles que litigavam por capricho, ou com desejo de vencer por qualquer meio o adversario, os aumentassem sem limite.

Rezultava daqui que quando a causa terminava, a fazenda consumida com a justiça era muitas vezes igual ou superior ao valor da causa.

Passo a ler alguns numeros que denunciam as custas nos inventarios:

GRUPOS	Numeros de inventarios	Custo médio
de 1 a 5 contos	88	350$00
de 5 a 10 contos	69	1.199$10
de 10 a 20 contos	43	1.810$15
de 20 a 50 contos		2.946$00
de 50 a 100 contos		5.096$70
de 100 a 500 contos		6.933$00
de 500 a 1000 contos		9.377$00

Nos processos de falencia, o mesmo exagero.

Em 25 processos examinados a média das custas foi de 39 %, sendo o máximo 85 % e o minimo 16,9 %, mas em 17 destes processos os credores nada receberam e em 8 foram apenas pagos os privilegiados.

Este caracter fiscal tem sido muitas vezes considerado pernicioso mas todas as tentativas, até ha pouco, se frustraram no embate contra os interesses criados.

Tais são as formas por que se revela a mecanica processual em 1926.

5 — (b) *A situação dos magistrados e funcionarios*

Passemos agora a examinar a situação dos funcionarios.

Em primeiro lugar, consideremos a do juiz.

E' fora de duvida que a magistratura portuguesa é honesta, no sentido em que não vende as decisões; contudo a sua obrigação de julgar algumas vezes fletia em virtude da dependencia criada pelo sistema das transferencias, a quem se não resignava andar sempre pelas comarcas mais pobres. Em alguns casos o juiz não julgava porque a sua consciencia dizia-lhe que devia decidir em favor de um litigante; como porem o outro era mais poderoso, guardava o processo e assim não ofendia a sua consciencia e não era prejudicado. O poderoso entretanto aguardava a chegada de um juiz que interpretasse de um modo diferente a lei e sobretudo de um juiz substituto em regra bastante docil e complacente para os poderosos, porque não estava sujeito a qualquer pena disciplinar.

Passemos agora á competencia e diligencia da magistratura judicial, e examinemos estes problemas tais como eles se punham em 28 de Maio.

Havia muitos juizes competentes; mas havia tambem muitos juizes e até de elevada categoria oficial, que se retratavam assim: (Lê em seguida alguns relatorios dos inspectores judiciais que expõem as qualidades profissionais de alguns juizes de então e onde se descreve a vida de alguns tribunais).

6 — A organização burocratica dos tribunais era profundamente viciosa.

Ha nos tribunais um certo numero de pessoas que se destinam a auxiliar os magistrados na administração dos serviços da justiça — é a burocracia dos tribunais, constituida na generalidade das comarcas, por contadores, escrivães, oficiais de justiça e, bem assim, pelos assalariados destes funcionarios.

O primeiro que apareceu foi o escrivão e porque em tempos distantes o pessoal do tribunal era constituido apenas pelo escrivão e juiz, para que o juiz tivesse de algum modo junto de si quem lhe limitasse as funções, no que respeita aos elementos do processo, deu-se ao escrivão uma grande importancia.

Tudo isto, porem, é uma sobrevivencia, um residuo inutil do passado.

Mais tarde vieram os contadores, quando o genio da complicação, descendo sobre os processos, os encheu de mil e uma coisa inuteis — e para contar tanta coisa foi preciso um funcionario especial.

Estes funcionarios vivem sem subordinação alguma, pois bem fragil é mesmo a que liga os oficiais de diligencia aos escrivães. A sua remuneração é constituida por emolumentos: — O contador um tanto por cada um de certos actos do processo; o escrivão e o oficial do mesmo modo. E como há mais do que um escrivão e mais do que um oficial, distribuem-se as causas segundo o valor, para que fiquem igualados, visto terem a mesma categoria. Mas por mais perfeita que seja essa distribuição, nunca ficam igualados, de modo que ha entre eles profundas injustiças.

Uns recebem muito, outros pouco, e como cada um recebe segundo os actos dos processos em que intervem, são os processos adjudicados por todos os seculos ao escrivão de determinada secção, que é proprietrio deles e que por isso os guarda para colher os frutos que eles vieram a produzir.

Não ha por isso nos tribunais um arquivo unico, cada escrivão tem o seu arquivo, donde a dificuldade de instalações para a conservação dos processos, sua fiscalização e, principalmente, a sua facil consulta.

A desordem em relaçãoaos processos revela-se no seguinte quadro descritivo dum cartorio no qual se puderam dar os seguintes factos: — Muitos processos relativos a réus condenados em prisão, multa e indemnização não mostram se estas foram pagas, ou se os reus cumpriram as penas em que foram condenados, pois os reus foram soltos sem qualquer despacho, bastantes processos de fianças sem depoimentos, nem promoções, nem sentenças, mas contendo as assinaturas das pessoas que intervieram como testemunhas, fiadores e réus; desaparecimento de 23 policias, 4 processos correccionais além dos que já tinham sido reformados pelo anterior escrivão.

Não ficam porém aqui as consequencias lamentaveis desta desorganização. Como todos estes funcionarios são independentes não se substituem nos impedimentos e faltas uns aos outros; cada qual tem um ou mais empregados de cujas condições de idoneidade moral ou profissional o Estado se desinteressou.

Têm ajudantes e outros empregados os contadores, os escrivães, e até os proprios oficiais de diligencias.

De modo que o serviço que podia ser feito pelos funcionarios do quadro é reparfido por eles e sobretudo pelos ajudantes. Desta circunstancia resultam varios inconvenientes.

Nas comarcas de grande rendimento, os emolumentos dão para tudo; mas, nas de pequeno rendimento, os empregados recebem uma insignificancia, estiolam-se dia a dia ou pedem aos favores ilicitos, por vezes, o suplemento do ordenado que lhes é necessario para poderem viver.

Depois, as taxas eram recebidas pelo escrivão-banqueiro de depositos obrigatorios e gratuitos, que recebia os rendimentos da parte que pertencia ao Estado e aos outros funcionarios e ás vezes... até o proprio capital!

Por ultimo, o Estado desinteressa-se da averiguação das qualidades morais e profissionais dos ajudantes e empregados dos contadores e escrivães que exercem funções importantes, mais importantes do que as dos oficiais de diligencia.

7 — Um dos vicios mais graves dos serviços da justiça era o absenteismo. Os funcionarios umas vezes não viviam nas comarcas e, quando viviam não frequentavam as repartições.

Os juizes e delegados iam ás segundas e quintas-feiras aos tribunais, estavam lá uma hora salvo se havia um serviço excepcional, e depois regressavam ás terras onde residiam.

Em Coimbra, por exemplo, residiam juizes de 6 ou 7 comarcas á volta, e desta cidade só se ausentavam, durante o dia, nas segundas e quintas feiras.

A tal ponto chegou o escandalo que o presidente da Relação de Coimbra só ás segundas e quintas-feiras podia descer á baixa para evitar um encontro com um tal numero de juizes fugidos do cumprimento do seu dever, porque o dever era estar na comarca. Um juiz administra justiça até com a sua presença, porque dá aos povos um amparo moral, que resulta da sua assistencia e do temor da actuação que a cada momento ele possa exercer naqueles que têm tendencia para perturbar a ordem.

Havia delegados que advogavam permanentemente em comarcas distantes, ausentando-se por largo tempo.

O abandono de funções era extraordinariamente generalizado entre os conservadores do registo predial e do registo civil.

Tomavam posse e, em seguida, ausentavam-se entregando as repartições aos ajudantes que nos fins dos meses lhes enviavam os cheques com as importancias recebidas. E quanto mais rendimento davam as repartições menos as frequentavam. Recebiam afinal uma pensão para viver despreocupadamente.

Tudo estaria bem se não fôsse á custa do povo, e se o povo, para o pagar, não fizesse tão grandes sacrificios.

8 — Mas a imoralidade ia mais longe: fazia-se, de facto, a venda de lugares em certos serviços, embora esta fôsse aparentemente proibida.

Com efeito, para os oficiais de justiça, conservadores, notarios e oficiais do registo civil não havia aposentação. Criou-se uma forma de assegurar a velhice ou a incapacidade de tais funcionarios: a substituição.

Um destes funcionarios, quando incapaz, passava o lugar a outro com o qual fazia um contrato de partilha dos emolumentos.

Pois sabem v. ex.as o que fizeram das substituições?

Um individuo obtinha uma nomeação para um lugar, ás vezes, para um grande lugar; porque era incompetente ou não queria trabalhar substituia-se logo, ficando a receber uma pensão.

Houve funcionarios desta categoria que se substituiram com um, dois, três anos de serviço, e parece que alguns com dez ou vinte dias!!

Ha assim notarios, conservadores do registo civil e predial, oficiais de justiça, que são verdadeiros pensionistas do Estado, por efeito da munificencia dos padrinhos politicos.

Noutros tempos, eram os reis que concediam essas mercês e contra elas largamente se protestou. Leis antigas acabaram com elas, mas o engenho do que ilude a lei foi mais rico, inventou novos subterfugios. E sabem v. ex.as qual a consequencia, além da imoralidade de a Nação estar a pagar a quem não trabalhava nem sofria qualquer risco?

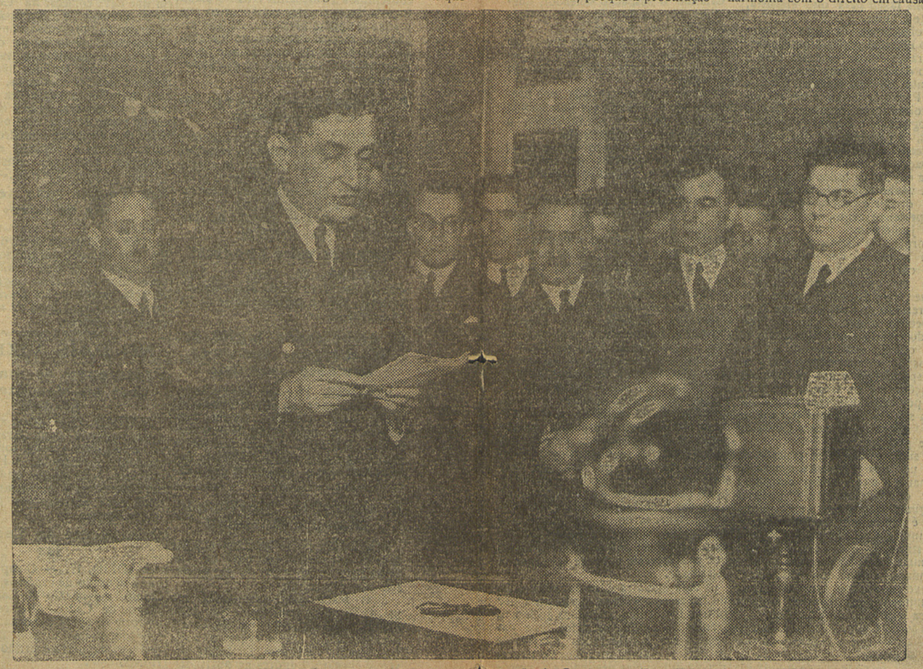
O aumento das custas judiciais, porque o substituto começava a chorar, a dizer que não chegavam os emolumentos para viver, e o seu lamento, junto a outros, conseguia, de quando em quando, fazer aumentar a tabela.

A propria forma de remuneração e o modo como esta era distribuida era escandaloso. Basta dizer-lhes que o presidente do Supremo Tribunal de Justiça ganhava em 1926 39 contos, e o secretario do mesmo tribunal 60 contos; o juiz da 1.ª Vara Comercial 73 contos, o contador da mesma vara 44 contos, mais 5 do que o presidente do Supremo, e um oficial de diligencias metade do vencimento deste. Havia conservadores de Registo Predial que recebiam 120 contos anuais e alguns que não recebiam 3 contos; notarios que recebiam 300 contos e outros que auferiam 4 e 5.

9 — Se dos serviços judiciais passarmos aos extra judiciais, notaremos a mesma desordem.

Quando em 1926 se reorganizaram os serviços de inspecção do registo civil e se criaram os do registo predial, em todos eles se encontraram graves irregularidades.

No registo civil, em grande numero



O sr. dr. Oliveira Salazar lendo a proclamação do Governo ao País

A organização da Justiça na Ditadura

de repartições e postos não faziam se registos ou não se faziam com as formalidades essenciais, donde a nulidade de um grande numero deles. Organizada a inspecção nos actuais moldes, por toda a parte se tentou pôr tudo em ordem. Em algumas terras estiveram os conservadores, mulheres, filhos e amigos a escrever registos durante um, dois e três meses.

Em... encontrou-se por lavrar a grande maioria dos actos dos ultimos 3 ancs. Em X o ajudante não fez registos de 1911 a 1923. Em uma repartição os assentos de nascimento em numero de 765 estavam por assinar e os assentos de casamento em numero de 116.

No registo predial não era melhor a situação. Em uma conservatoria do registo predial: o conservador tinha os livros fora da Repartição e fazia os registos ha muitos anos nos livros de papel de fumar que deitava fora á medida que as mortalhas acabavam; outro não pagou durante cêrca de 15 anos os selos e a contribuição industrial. Havia tambem quem fizesse os registos em cadernos particulares deixando os livros oficiais em branco. Outro ainda tinha as descrições em atraso de 5 anos e as inscrições de 17 anos.

E quantas escrituras nulas ou mal feitas, quantos testamentos mal redigidos, umas e outros verdadeiros viveiros de questões de duvidas e de litigios!

10—Era este o programa juridico á volta do 28 de Maio.

Levemente esboçado, a traços largos, para não fatigar.

Tão grande desorganização podia dizer-se equivalente á falta de justiça, e podia falar-se mesmo na mentira da Justiça.

Acusaram-me de proceder violentamente, de desorganizar os serviços, de desprestigiar a magistratur ae os funcionarios e de lançar a todos na miseria.

Chegou-se mesmo a afirmar que se estava perante um cataclismo judiciario. O tempo demonstrou que tudo era falso e que havia mais alguma coisa no mundo do que na filosofia dos criticos.

E, pelo que expus, avaliem v. ex.as agora se a gravidade do mal não exigia um remedio pronto e rapido, se a Nação não tinha direito de exigir que a justiça que ela pagava fosse justiça.

Corajosamente, porque lutava pelo bem do publico, e através inumeros obstaculos, inumeras intrigas e a dose de calunias com que de quando em quando aqueles que vivem do privilegio e do trabalho dos outros atiram aos que procuram servir a Nação, a obra iniciou-se... e prosseguirá e há-de levar-se a cabo.

Tudo se modificou — a organização judiciaria e o mecanismo processual, em uma reforma profunda.

Que principios a dominam?

Que intuitos a inspiram?

Quais os resultados?

E' o que vai dizer-se...

A reforma

11—c) *A nova situação dos funcionarios e as novas instituições judiciarias.*

Comecemos pelos principios estabelecidos para a selecção do pessoal judiciario, quer no ingresso, quer durante o exercicio das funções e ainda nas transferencias e promoções.

Como se fez a selecção no inicio?

Em relação aos juizes exigiu-se um exame de entrada. Ninguem pode ser juiz sem primeiro fazer um exame de habilitação.

Há muitas pessoas que se lembram da enorme oposição levantada contra esta medida; mas sem razão alguma. Este exame existe em grande numero de países e tem entre nós uma maior justificação, porque sendo os juizes quasi exclusivamente recrutados entre os delegados, e desenvolvendo-se as funções destes magistrados em um sector insignificante da vida judiciaria, não constituia o seu exercicio, ainda que mais ou menos perfeito, indice seguro de que os delegados estavam aptos a exercer a judicatura.

Uma tal medida era, de resto, propugnada pelos nossos escritores de organização judiciaria, estava em varios projectos, desde o de Veiga Beirão até o de Catanho de Menezes. Iniciaram-se os exames de delegados e o seu resultado foi a sua melhor justificação.

Entre tantas coisas que o juri deca em comarcas de pequeno rendimento.

Nessa colocação deixava-se inteira liberdade ao ministro, e daqui resultava que o juiz que nos seus julgamentos não se subordinasse aos interesses do partido ou simplesmente aos de certa politica local, o influente politico logo o denunciava ao Governo para que o não colocasse nas comarcas que ele mais desejaria. Nem sempre os Governos sancionaram a atitude dos influentes politicos e nem sempre estes terão exigido uma docilidade completa; a verdade porem é que muitas vezes o fizeram. E para pôr termo a um tal estado de coisas a Ditadura entregou a colocação dos juizes nas comarcas ao Conselho Superior Judiciario, que a deve fazer atendendo aos interesses do serviço e á competencia do juiz a transferir.

Desde este momento toda a dependencia do Governo desapareceu para o juiz que cumpre a lei e não faz do seu poder um instrumento mais ou menos disfarçado de rebelião.

15 — Não basta recrutar bem o pessoal, fiscalizar o modo como exerce as suas funções, e em que condições pode ser promovido. E' necessario igualmente assegurar-lhe uma digna situação material e assegurá-la dentro dos principios de Justiça. Como se fez? A dificuldade, em primeiro lugar, residia em um excesso de funcionalismo judiciario. A politica criava comarcas com a maior facilidade e nestas aumentava os lugares. Não importava que fossem desnecessarios aquelas e estes.

Como não era possivel encarecer os serviços, só havia um processo — o de suprimir tudo o que fosse inutil, desnecessario ou imoral. Efectivamente, foram suprimidos 30 lugares de juizes e delegados, 30 de contadores e cêrca de 70 lugares de escrivães. Por outro lado, procurou pôr-se termo a situações vergonhosas e desprestigiantes. Um juiz da Relação que ganhava em 1926 32 contos por ano passou a ganhar 60 contos; e um juiz do Supremo que ganhava 37 contos passou a receber 60 contos.

Aos juizes dos Tribunais de 1.ª Instancia não pôde fazer-se igual aumento; mas procurou-se resolver o problema, então para eles o mais angustioso, que era o da falta de casa, ou de casa com renda excessiva, sobretudo nas comarcas de pequeno rendimento.

E, dentro deste objectivo, conseguiu dar-se-lhes casa, construida e mobilada pelas Camaras Municipais, mediante uma renda modica e comportavel. Aos delegados nada mais se pôde fazer, ainda, do que dar-lhes igualmente casa mobilada, tambem com rendas modicas e aceitaveis. E aos outros funcionarios? Por duas formas se procurou assegurar a todos eles uma situação livre de preocupações angustiosas, quer pela criação dos minimos, quer pela elevação dos que já existiam, como sucedeu com os oficiais de Justiça, e ainda pela aposentação, aspiração de tantos anos e que só a Ditadura realizou.

Da primeira, apenas estão excluidos os conservadores do Registo Civil, devendo porém a sua situação ser melhorada em breve; e os notarios, quanto á segunda, o que em breve tambem vai desaparecer.

Tinha-se dito no Congresso dos Oficiais de Justiça, celebrado em Santarem no ano de 1927, que as reformas lançavam na miseria os funcionarios. Eis aqui os numeros:

Assim, em uma comarca X, o contador que em 1925 ganhava mensalmente 2.342$ passou em 1931 a ganhar 4.059$. E um escrivão que em 1925 recebeu 2.430$ por mês, já em 1931 passou a ter 2.955$, não pelo aumento das custas, mas pela velocidade imprimida aos processos, e pelo maior numero destes, resultante do aumento sempre crescente da litigiosidade e da supressão de lugares.

16—A organização burocrática dos tribunais foi igualmente modificada. Os funcionarios foram agrupados em secretaria, estabelecendo-se entre eles uma subordinação hierárquica. Mas transigiu-se com o passado, com os seus vicios e a sua desorganização, na forma de designação do chefe, na forma de distribuição dos emolumentos, na falta de arquivo, na liberdade que se manteve aos funcionarios dos quadros de continuarem, para os auxiliarem, a quem quisessem.

Estas transigencias agravadas comnossa honra, de uma religião em que a má instalação dos tribunais, e com o prestigio das velhas e rotineiras ideias sustentadas por alguns juizes e aplaudidas por muitos funcionarios, frustraram em parte os altos intuitos da nova organização.

Mas naquelas comarcas em que havia juizes dominados pelo alto espirito da função e que ajudados pelas condições materiais organizaram as secretarias, os serviços judiciais atingiram logo uma melhor perfeição e um maior rendimento.

Há por isso que, imediatamente e de um modo definitivo, realizar os objectivos enunciados.

17—Havia na organização judiciaria portuguesa uma instituição que a opinião publica apontava como ré de muitos crimes—era o juri. Esta instituição insinuou-se nos principios do seculo passado em um grande numero de organizações e dominando toda a especie de litigios civis, comerciais e criminais.

Dizia-se então que julgar era uma manifestação de soberania, que esta pertencia ao povo e que por este devia ser exercida. O povo devia julgar as questões e por isso dentro dele se devia escolher um certo numero de pessoas que por ele fizessem o julgamento.

O juri porem em breve se desacreditou e os primeiros factos chamaram a atenção para a razão da sua existencia que logo pareceu artificiosa. O que a soberania do povo exige é que se faça justiça e para que assim possa ser, o que é necessario é criar orgãos perfeitos, competentes e acima de todas as paixões e de todas as dependencias. Por essas razões—porque ao juri faltavam estas qualidades—foi sendo suprimido ou caiu em desuso em materia civel e comercial, resistindo apenas em materia criminal.

Entre nós foi extinto e tão justamente que nem merece que dele se conte alguma das muitas historias escandalosas com que ele enriqueceu a cronica da vida judiciaria portuguesa.

18—A apresentação das questões em juizo exige conhecimentos especiais de direito, a fim de com clareza as partes poderem expôr o fundamento dos seus litigios.

Esta função é exercida em Portugal, em graus diversos, por advogados e solicitadores. Esta dualidade de repartição do mandato judicial não existe em varios paises nem parece absolutamente necessaria; mas existe entre nós e é uma razão para que subsista, certamente a unica.

Os profissionais de uma e outra classe não estavam porém organizados, e daí graves inconvenientes para o progresso das respectivas instituições, sob o ponto de vista cultural, moral e material. Para pôr termo a um tal, estado de coisas foram criadas a *Ordem dos Advogados* e a *Camara dos Solicitadores*, a primeira das quais vinha em projecto desde os meados do seculo passado.

19—Na cupula de todos os serviços a que me venho referindo, existe hoje, para os dirigir e propor as reformas do seu aperfeiçoamento, o Conselho Superior Judiciario.

Este orgão, já depois de 1926, viu ampliada a esfera das suas funções; tem um corpo central de 5 juizes que intervêm no que se refere a juizes e no que se refere ás outras classes, mas então acrescido de mais dois membros da respectiva classe. E para conhecimento do modo como funcionam os serviços que lhe estão afectos, o Conselho dispõe de inspectores que visitam e inspeccionam todos os tribunais e repartições; e é em face do que lhe é exposto por esses inspectores e do que chega ao seu conhecimento por outras vias de informação, que o Conselho resolve e procede.

Tem sido o Conselho acusado de injusto no que respeita á sua acção disciplinar e á forma como considera o valor dos funcionarios. E' possivel que alguma vez o tenha sido, mas a verdade é que na generalidade dos casos é indiscutivel que julga e aprecia com justiça. E é de estranhar que quem mais o tem atacado são os proprios juizes, alguns dos quais entendiam deverem as suas funções passar para o ministro, por não lhes merecer confiança o criterio do Conselho!

Que havemos nós de pensar, escrevi eu um dia, nós que não somos da justiça, mas que sob a sua protecção temos a nossa fazenda, a nossa vida e a nossa honra, de uma religião em que os proprios sacerdotes não acreditam?

O que vale, porém, não é o clamor interessado dos atingidos. O que vale é o testemunho insuspeito dos magistrados, que estão ao abrigo de qualquer acção disciplinar, e dentre estes testemunhos permito-me citar a seguinte passagem dum livro recentemente publicado por um douto juiz do Supremo Tribunal de Justiça:

«Durante dezassete anos consecutivos assistimos ao funcionamento do Conselho, antes de nele forçadamente participarmos como vogal; e a profissionais da justiça ouvimos, constantemente, considerar inutil ou frouxo o Conselho quando era brando, e indignadamente acusá-lo de violento e facioso se, por uma infelicidade, era compelido a ser severo! Da imparcialidade que, assim, era quasi sistematicamente negada ao Conselho, pretendia ter o exclusivo a opinião publica, influenciada pelo irritado clamor das vaidades ou interesses feridos. A opinião publica—que não conhecia os factos, que muitas vezes nem conhecia as pessoas e inteiramente ignorava, quasi sempre, o que na consciencia dos julgadores podia ter influido para condenar ou absolver!»

A nova mecanica processual e os seus resultados

21—Não bastava modificar os orgãos que administravam a Justiça, era necessario tambem modificar profundamente a mecanica processual.

Os principios que dominaram essas reformas foram os seguintes:

—*Simplificação* — No decreto n.º 12.353, foram suprimidas todas as formalidades desnecessarias ao apuramento da verdade. Com efeito, vindo de tempos remotos, em que tiveram algum significado e utilidade, existiam no direito processual formalidades absolutamente inuteis bem como outras que posteriormente lhe foram introduzidas.

Essa simplificação fez-se por varias formas:

Criando um processo muito simples para certas causas—o sumarissimo;

Ampliando o processo sumario a questões de maior importancia;

Destruindo o efeito das nulidades insupriveis que por vezes ou quasi sempre inutilizavam todo o processo, não obstante terem-se já feito despesas enormes;

Criando o despacho saneador, quere dizer, obrigando o juiz, no principio do processo, a dizer se este se encontrava em condições, em relação ao litigante e ao tribunal, ou se o processo devia servir para resolver a questão proposta;

Estabelecendo a oralidade nos processos, isto é, fazendo em uma mesma audiencia parte da sua instrução, a discussão e o seu julgamento.

Todas estas reformas foram feitas por meio de decretos de conteudo fragmentario e, propositadamente, assim se procedeu.

Resultou daqui o inconveniente de ficarem existindo inumeras leis que, juntas ás que já havia, tornavam dificil a tarefa de se conhecer o direito em vigor. Para o eliminar, elaborou-se:

O *Estatuto Judiciario*, que contem toda a organização judicial; o *Codigo do Processo Penal* aspiração de tantas dezenas de anos; e os *Codigos do Notariado, Registo Civil, Registo Predial* e, finalmente, a compilação de toda a legislação do *Processo Civil*.

Celeridade Processual. — Esta resulta do encurtamento de prazos, da criação do processo sumarissimo e da ampliação do processo sumario e ainda do principio da oralidade, pois a demora nos processos provinha principalmente do depoimento escrito das testemunhas. A regulamentação rigorosa do incidente de falsidade, por meio do qual se podia suspender, quasi impunemente e por largo tempo qualquer processo; e ainda a determinação rigorosa do efeito suspensivo dos agravos sobre as decisões interlocutorias, foram outros tantos factores que concorreram para se alcançar a celeridade.

E para que a rapidez da elaboração do processo não fosse perturbada por outros incidentes, atribui-se ao luiz a faculdade de evitar os actos que devessem ser considerados meramente dilatorios, e ainda o direito de proceder ás diligencias destinadas a desco-

A organização da Justiça na Ditadura

brir a verdade, de maneira a conseguir que ele não fosse um comparsa de assistencia obrigatoria a tudo o que parecia mais proprio a iludir ou esmagar o adversario, do que a descobrir a verdade.

Os numeros que se vão lêr demonstram a eficiencia das reformas:

Processos que estavam pendentes á data das reformas da Ditadura	Processos instaurados depois da Ditadura	Processos já julgados que foram instaurados depois da Ditadura
1925-30.335	1925-31.975	1925-16.705
1926-30.702	1926-32.701	1926-16.434
1927-21.609	1927-32.055	1927-16.055
1928-19.549	1928-33.055	1928-16.909
1929-16.839	1929-37.250	1929-20.112
1930-17.300	1930-36.583	1930-18.970
1931-18.705	1931-43.388	1931-23.233

Movimento orfanologico, comercial e civel na comarca de Santarem durante o segundo semestre de 1932

Processos				Duração media dos processos julgados (a)	Percentagens das custas		
Total	Pendentes	Julgados	Tiveram baixa	Não prosseguiram		Maximos	Minimo	Media
321	171	146	3	1	9 meses	21 %	1,5 %	24 % a 28 %

(a) A duração media dos processos sumarios anda á volta de um a dois meses

Poderes do juiz—Dissemos já que cada uma das partes procurava envolver a contraria no maior numero de teias, de enredos, de maneira a que o adversario ficasse privado do seu direito, se acaso o tinha. E o juiz que, em epocas passadas, assistia á luta dos litigantes para constatar quem vencia, passou a assistir, de braços cruzados, á luta de astucia que entre ambos se travava, para admirar quem melhor conseguia vendar a justiça.

Nada, ou quasi nada podia fazer o juiz, quaisquer que fossem os actos praticados pelo litigante. Um dos interessados no processo não queria que este fosse julgado? Levantava as mais inverosimeis chicanas, e o juiz, á maior parte delas assistia impotente. Juntava-se ao processo um jornal, um qualquer papel, e requeria-se depois o exame.

Suspendia-se logo o processo... Davam-se testemunhas em numero fantastico—em um processo existente em Lisboa em 1926 foram dadas 300, outras vezes davam-se testemunhas que se diziam residentes no Rio de Janeiro, em Buenos Aires, em Pequim, na Groenlandia!

Nas inquirições de testemunhas, faziam-se requerimentos para provocar despachos, dos quais em seguida se agravava e que tinham por consequencia a suspensão da causa no periodo da instrução enquanto não eram julgados os agravos, ou requerimentos, como este outro em que se transcreveu todo o Codigo do Processo Civil!...

Juravam-se quesitos em numero incrivel. A' data de 28 de Maio, um advogado estava ha três meses a ditar quesitos em um processo. E o juiz assistia impassivel a toda esta comedia que envergonhava sobre a justiça um descredito completo, e no espirito dos que a ela recorriam, o protesto, a revolta e talvez o desencantamento!... Mais uma mentira convencional!...

Para pôr termo a todos êstes inconvenientes, seguiu-se o sistema de conceder ao juiz os poderes necessarios para forçar a actividade processual e colocar-se ao serviço da justiça—querendo-lhe poderes para impedir a chicana, quer para oficiosamente ordenar a obtenção de certas provas

Barateamento da justiça—Tambem o barateamento da justiça foi iniciado corajosamente, embora com prudencia, porque até há pouco não havia dados estatisticos seguros que permitissem uma redução sem qualquer dificuldade.

As reformas introduzidas realizam esse barateamento pela supressão de muitas formalidades processuais, que todas eram pagas, mesmo as inuteis. —Pela aplicação das formas sumarias de processo a questões de maior valia—pela resolução das questões previas do despacho saneador—pelo estabelecimento do limite de custas no processo sumario, que não pode exceder 20 %, percentagem aplicavel igualmente á falencia e á insolvencia.—Pela fixação de uma taxa unica no processo sumarissimo, e pelo estabelecimento do regime da oralidade que de vez resolveu a questão, havendo apenas que introduzir pequenas modificações em inventarios e algumas causas.

Em materia crime, substituiram-se as custas pelo imposto de justiça, que entra em cofre especial, e moralizou-se o pagamento das custas e dos preparos, que passaram a ser entregues na Caixa Geral de Depositos.

Caminho a seguir

De tudo o que se acaba de dizer vê-se que todos os serviços judiciais foram profundamente modificados substituidos alguns elementos, aperfeiçoados outros e que foi igualmente transformado na sua estrutura todo o mecanismo judiciario; e que estas transformações foram coroadas do maior sucesso tecnico.

Mas terá sido a perfeição tecnica acompanhada de uma maior perfeição juridica? Pode afirmar-se, positivamente, que existe hoje um evidente progresso na administração da justiça e nos serviços que lhe estão anexos. Muitos funcionarios perderam os seus defeitos, outros afinaram as suas qualidades.

Quem tiver estudado a vida actual dos tribunais, têm de dizer—se quiser respeitar a verdade—que neles existe, sobretudo nos juizes mais novos, e em muitos dos outros funcionarios, uma maior competencia, uma maior assiduidade, um mais alto sentido da função que exercem. Pode mesmo dizer-se que, dentro em pouco, a vida judiciaria portuguesa suportará qualquer confronto com a vida judiciaria dos outros paises. Quere dizer que já não existem vicios a extirpar, êrros a corrigir, omissões a suprir, que tudo enfim está feito, que a maquina judiciaria satisfaz ás necessidades da Nação?

O aperfeiçoamento dos serviços publicos é uma batalha sem fim. De resto nem dos principios estabelecidos se deduziram todas as conclusões logicas nem mesmo o sistema foi sempre rigorosamente respeitado.

Ha ilogismos, ha suspensões, que foi necessario manter ou admitir, não por transigencia moral, mas pela necessidade de aguardar a consolidação de aquisições feitas, a experiencia dos processos ensaiados, e de evitar certas perturbações que resultariam do choque violento entre os interesses criados, as tendencias fixadas e os novos principios; é por isso necessario retomar, quasi dia a dia a linha de evolução e leva-la até ás ultimas consequencias.

*

Olhando hoje a vida judiciaria na sua eficiencia podemos situa-la, entre as mais altas realizações da Ditadura.

Dos escombros da Nação não surgiram apenas estradas, portos, telefones, o saneamento financeiro, o credito nas suas diversas formas, o progresso economico, a Marinha de Guerra, o rearmamento do Exercito, os melhoramentos rurais e tantas outras velhas aspirações que pareciam eternas esperanças—e mesmo a espectativa ansiosa e quasi alcançada de uma Patria alegre e confiada, em que seja agradavel viver, surgiu tambem uma justiça, que é a expressão da consciencia colectiva que quere viver a vida moral.

Ultimas palavras: uma exortação á mocidade

E' uma batalha sem fim o serviço da Nação e os homens que fizeram ou dirigiram o 28 de Maio começam a ter cabelos brancos, a ter só cabelos brancos: as horas que viveram muitas foram vespera das horas em que a morte era provavel, horas longas, intermmmm

NO DISTRITO DE VISEU

A propaganda do Estado Novo

O sr. governador civil percorre todos os concelhos do distrito, devendo o acto eleitoral resultar uma brilhante parada de forças da Ditadura

VISEU, 14.—A's 14,30 s. ex.ª o governador civil compareceu no salão nobre da Junta Geral do Distrito, acompanhado pelo major Monteiro Leite, presidente da Camara Municipal de Viseu, tenente Cavaleiro, comandante da Policia, sr. Amandio Silva, prestigioso lavrador beirão, sr. João Cabral Mascarenhas, vereador da Camara Municipal e muitas outras individualidades de destaque que a falta de espaço nos não permite citar.

O vasto salão regorgitava de publico ansioso de assistir á sessão de propaganda, encontrando-se presentes todos os presidentes das comissões paroquiais da U. Nacional, todos os presidentes das Juntas de Freguesia e todos os regedores do concelho de Viseu.

O sr. dr. Francisco Pereira, saudado com entusiasticos vivas, presidiu á sessão, convidando para o secretariar, os srs. Amandio Silva, major Monteiro Leite e tenente Cabral Cavaleiro.

No meio de vivas entusiasticos á Ditadura Nacional, á Patria, a s. ex.ª o Presidente da Republica, ao sr. dr. Oliveira Salazar, foi pelo sr. governador civil do distrito dada a palavra ao sr. major Monteiro Leite.

Fala o sr. major Monteiro Leite

Fez-se silencio profundo na assistencia e o orador iniciou o seu discurso, saudando os presentes e agradecendo a sua comparencia á sessão que decorria, frisando a circunstancia de que ninguem deixára de comparecer á chamada, feita aliás á ultima hora, o que denota o patriotismo e o espirito civico dos filhos de Viseu.

Endereçou ao sr. governador civil saudações e salientou o seu grande prestigio no distrito, prestigio que se tem traduzido em manifestações entusiasticas a s. ex.ª nas romagens feitas até agora nos concelhos do distrito em propaganda da nova Constituição.

Seguidamente, o orador focou em termos energicos e precisos o estado do País antes do movimento de 28 de Maio, o seu descalabro financeiro, economico, politico e social, obra dos maus portugueses que atraiçoando todos os principios e toda a ideologia que diziam servir, mais não fizeram que satisfazer os seus interesses, prégando o odio, prégando a desordem que quasi subvertia a propria nacionalidade.

Fez com elevação e justeza o elogio da obra realizada em quasi 7 anos de Ditadura, obra que não teme confrontos com a obra tão réclamada de Mussolini na Italia fascista.

A proposito exortou os presentes a proclamarem bem alto e sempre que para tal houvesse ensejo, a sua qualidade de portugueses, a sua qualidade de acerrimos defensores da Ditadura Nacional.

Teceu um hino ao Nacionalismo que deve ser a constante preocupação de todos quantos se prezam de ter nascido em Portugal pondo em destaque a ideologia que anima os obreiros do Estado Novo, destacando em frases quentes e elevadas a prestigiosa figura do actual presidente do Ministerio, sr. dr. Oliveira Salazar a quem ergueu um viva correspondido com entusiasmo por todos os assistentes.

Por fim fez uma analise rapida e clara á Constituição que vai ser sujeita ao plebiscito, focando a sua traça e cunho nacionalista, tão conforme ás nossas tradições e ás nossas legitimas aspirações.

Aconselhou os presentes a fazerem a propaganda da nova Constituição e terminou afirmando que era um dever imperioso e indeclinavel concorrer ás urnas no dia 19.

No fim foram levantados vivas á Ditadura, ao Presidente da Republica, á Patria, ao Exercito, com calor e entusiasmo.

A seguir usou da palavra, a figura insinuante de velho português, o sr. Amandio Silva que se encontrava em Viseu e fez aos presentes a sua autoapresentação:—beirão do Norte, amando entranhadamente Portugal que tem procurado servir pela palavra, pela Imprensa, como agricultor e como comerciante.

Fez o elogio do ilustre governador civil cuja figura focou com justeza e elevação e dizendo que as qualidades superiores de chefe que caracterisam o dr. Francisco Pereira eram tais que ele se sentira na obrigação de vir do Porto a Viseu, oferecer os seus prestimos e acompanhar s. ex.ª nas romagens que encetou através os concelhos do distrito. Para que os presentes avaliassem da sua admiração e respeito pelo dr. Francisco Pereira, disse que era a primeira vez que seguia um Homem como soldado humilde, ele que jámais tinha servido homens, mas sim ideais. Descreveu aos presentes os vexames que sofreu no estranjeiro, na Europa e America por onde passou no periodo em que a Democracia campeou em Portugal, cruenta e demagogica.

Pôs em contraste o prestigio que goza Portugal presentemente além fronteiras, prestigio que se traduz numa admiração que quasi atinge culminancias assombrosas.

Referiu-se á obra colossal da Ditadura, tecendo á competencia, prestigio e isenção do sr. dr. Oliveira Salazar encomios que a assistencia aplaudiu e apoiou com calor.

Referindo-se ao discurso do sr. major Monteiro Leite, frisou que ele *peaira* aos presentes para não faltarem á urna, mas que, respeitando as responsabilidades politicas do orador, ele que as não tinha afirmava que os presentes não tinham que satisfazer um pedido, antes se lhes impunha por patriotismo, por decoro proprio, por instinto de salvação propria, cumprir um dever que postergado conduziria Portugal a um cataclismo semelhante ao que sucedeu em Espanha.

Focou o Comunismo, focou a desordem espanhola, focou a desorganização que afecta a Inglaterra, a França, a America e terminou exclamando «eu e os beirões que aqui estamos, srs. governador civil, saberemos, como sempre, cumprir com os nossos deveres civicos e patrioticos».

Serenados os aplausos falou o sr. dr. Francisco Pereira, com eloquencia e fluencia, com frases simples e correntes que por vezes entusiasmaram a assistencia. Pôs em destaque dois beirões, dr. Oliveira Salazar e coronel Lopes Mateus, tendo a assistencia vitoriado de pé os dois prestigiosos homens publicos que Viseu conhece e admira.

Em rapidas palavras descreveu a desordem que campeia na Russia, foqueira que ameaça subverter a nossa civilização cristã se não lhe opusermos a barreira dos nossos peitos e supremacia da nossa ideologia Nacionalista.

Elogiou o Exercito e a Mocidade de Portugal e exclamou com entusiasmo: «O sacrificio do Exercito e a Fé da Mocidade portuguesa criaram o ambiente para o Estado Novo; saibamos ser dignos de ambos e congreguemos os nossos esforços para que se não perca a obra da Ditadura, antes ela se torne cada vez maior e mais bela».

Ergueu «vivas» ao Exercito, ao Chefe do Estado, ao sr. presidente do Ministerio e ao snr. coronel Lopes Mateus.

Encerrada a sessão no meio de um grande entusiasmo, foi s. ex.ª muito cumprimentado.

Em Oliveira de Frades

Ponto final da nossa romagem de hoje.

O sr. governador civil, tendo parado em Vousela, onde pelo presidente da Camara e administrador do concelho lhe foram dados os cumprimentos de boas vindas, e depois de um primoroso «copo de agua» oferecido em casa do sr. dr. Gil Ribeiro de Almeida Cabral, chegou a esta vila, a ultima a visitar neste dia.

Na sala das sessões da Camara foram-lhe dados os cumprimentos pelo sr. dr. Americo Maia que começa por dizer que a manifestação que o povo de Oliveira de Frades faz ao ilustre chefe do distrito, é sobretudo devida ás suas excelentes qualidades de caracter que o impõem a todo o respeito e estima, terminando por saudar o ilustre visitante e sua comitiva, e na pessoa do sr. governador civil o Governo da Ditadura.

Em seguida é dada a palavra ao sr. governador civil substituto, sr. capitão Coelho da Mota que, como é seu costume, em forma brilhante, profere um magistral discurso, sobre toda a obra da Ditadura. O sr. capitão Coelho da Mota foi muito aplaudido no final do seu discurso, que, sinceramente, nos entusiasmou.

Por ultimo, antes de encerrar a sessão o sr. governador civil tambem proferiu algumas palavras:

Fala o sr. governador civil

Começa por descrever a beleza de toda aquela região, onde o Vouga suavemente corre, entre encantadoras colinas, regando e fertilizando aquela doce e aprazivel região, de gente ordeira e trabalhadora.

Faz alusão aos seus antigos condiscipulos, seus verdadeiros amigos, ali presentes, dr. Ferreira Diogo e coronel F. das Neves, e frisa «que terá sempre o maximo prazer em satisfazer as necessidades de Oliveira de Frades».

E depois de historiar a acção da Ditadura, em todos os campos, referindo-se aos antigos governantes: «que sobrepunham aos interesses da Patria os seus proprios interesses», diz: «Era uma sociedade de socorros mutuos e nada mais». (Apoiados).

E mais adiante: «Se os politicos voltassem não chegaria o dinheiro do Tesouro para pagar o que eles dizem que se lhes deve». (apoiados e palmas)

Faz em seguida realce da grande obra do dr. Oliveira Salazar e termina por agradecer a presença de todos, áquele acto de propaganda da nova Constituição.

S. Ex.ª foi muito cumprimentado por todos os assistentes.

Recorda-nos ter visto os seguintes srs.: Agostinho F. Carvalho, administrador do Concelho, dr. Antonio Pereira Gomes, dr. Antonio R. Oliveira, dr. Manuel Ferreira Diogo, dr. Manuel Morgado, P.e Antonio Meneses, representantes das comissões da União Nacional e todos os regedores do concelho.

De S. Pedro do Sul acompanharam o sr. governador civil até esta localidade os srs. dr. Abranches Martins, presidente da Camara de S. Pedro do Sul, dr. Aloisio Correia de Paiva Americo Correia de Paiva, Marquês de Reriz, dr. Francisco Moniz, Manuel dos Santos Sobrinho, João Baptista de Sousa Meneses e filho, Alfredo Nunes de Sousa, Emilio Torres e Antonio Tavares. Durante a sessão na Camara Municipal de S. Pedro do Sul, devidamente uniformizado, e com o seu estandarte estava um destacamento dos Bombeiros Voluntarios e Municipais o que emprestava ao acto maior solenidade.

Antes do sr. governador civil e comitiva se retirarem, foi-lhes oferecido um jantar em casa do sr. Vigario de Cambra, tendo usado da palavra os srs: dr. Ferreira Diogo, em seu nome e no do sr. presidente da Camara que por motivos de falta de saude estava imbido de pronunciar, como desejava, algumas palavras de agradecimento por aquela visita do ilustre chefe do distrito a Oliveira de Frades; capitão Coelho da Mota, João de Almeida e Silva, Abane de Cambra, e por fim o sr. governador civil. Ergueram-se calorosos vivas, á Ditadura, ao dr. Oliveira Salazar e ao sr. Presidente da Republica.

Era já noite quando se iniciou o regresso a Viseu.

Em Sernancelhe

SERNANCELHE, 15—Em propaganda da nova Constituição, esteve nesta vila o sr. governador civil de Viseu que se fazia acompanhar, entre outras pessoas, dos srs. major Monteiro Leite, capitão Mota, tenente Ruas, comandante da Policia, inspector-chefe da Região e Amandio Silva.

Aguardavam o sr. governador civil, no limite do concelho, os representantes da Camara, administrador do concelho, Sindicato Agricola e dr. Martins. A' chegada a Sernancelhe a filarmonica local executou a «Maria da Fonte», sendo em seguida erguidos «vivas» á Patria e á Ditadura. Em seguida dirigiram-se para os Paços do Concelho, onde se deu inicio á sessão de propaganda, falou primeiramente o presidente da Camara que dirigiu cumprimentos de boas-vindas ao sr. governador civil e agradeceu a comparencia dos presentes. Focou o momento social, pondo em evidencia o nacionalismo e o que era o comunismo. Prestou homenagem ao sr. governador civil pelas suas qualidades morais e referiu-se ainda ao sr. Monteiro Leite como sendo o primeiro governador civil que se lembra de vir a Sernancelhe em cumprimento dum desejo destes povos.

Fala em seguida o sr. major Monteiro Leite que, com a inteligencia que lhe é peculiar e com aquele sentimento proprio de quem tem fé, faz afirmações importantes que foram, por vezes, interrompidas por fortes aplausos da assistencia. Referindo-se á obra dos partidos lembra-nos como eles nos iam lançar no abismo, ocontribuindo para a decadencia da nacionalidade. Fala das glorias do Passado, de como os portugueses marcaram na civilização do Mundo, durante um periodo em que a raça se mostrou de energia e heroismo. Salienta a desordem dos ultimos tempos, e como o sentir da Nação despertou o Exercito para triunfar no 28 de Maio e dizer aos politicos: Basta de desordem, basta de sangria e regabofe.

Refere-se em termos elogiosos a esse português de antanho—a figura notavel do dr. Oliveira Salazar—e pinta o quadro de miseria a que chegou o nosso Parlamento, mas com pinceladas fortes e elegantes, num estilo fluente, ritmico e sugestivo.

No final foi muito aplaudido.

Deram-se «vivas» á Ditadura, ao sr. Presidente da Republica, governador civil e major Monteiro Leite.

Falou a seguir o sr. Amandio Silva, de Paredes, que começa por dizer que depois da oração, impulsionante, grandiosa e comovente, dum dos maiores paladinos da Ditadura, pouco mais pode acrescentar. No entanto, fala para vincar as atitudes do sr. governador civil a quem presta homenagem pela sua figura moral e pelo seu caracter. Mostra como o regime é uma situação de progresso, sossego e ordem. Diz que todos nós temos o dever de votar a Constituição, auxiliar a Ditadura porque está claro o seu programa.

Acaba dirigindo ao sr. governador civil as palavras de justiça que merece.

Por ultimo falou o sr. governador civil que começa por dizer que gostosamente incluiu Sernancelhe no numero dos concelhos a visitar, não só porque ele lhe merecia muita consideração, mas ainda pelas relações de amizade com o sr. dr. José Lapa.

Dirigi frases incisivas sobre os homens de ontem e os homens de hoje. Compara os processos politicos de então com os processos de agora.

Confia na boa vontade e na lealdade de todos e dirige palavras de agradecimento aos oradores antecedentes.

O sr. governador civil que é beirão por nascimento e temperamento, vem com clareza mostrar-nos como seriamos reduzidos á situação de escravos, neste momento de cataclismo social, se não fôra a situação desafogada em que nos encontramos.

Conta s. ex.ª que os franceses na passagem para o Buçaco pouparam uma obra de arte que existia em Mangualde—um chafariz e tanque admiraveis. Pois bem, foi preciso virem os politicos de 1910 para, cometendo o maior dos crimes, o destruirem. Mostra-nos o que nos era imposto ainda ha pouco pela Sociedade das Nações que insinuava a administração do País a um estranjeiro. Era este o quadro em que os politicos colocaram Portugal. Pois hoje é real e positiva a admiração do Mundo pela nossa Patria.

E depois de dizer que acabou a politica de compadrio e que todos os bons portugueses deviam votar a Constituição, vai mostrar as maldades do comunismo, dessa seita de malfeitores que todo o seu ser é sanguinario lembrando-nos a necessidade de o combatermos e aniquilarmos.

Sua ex.ª que foi muito aplaudido, acabou o seu discurso dirigindo «vivas» ao Governo e á Patria.

Foi em seguida encerrada a sessão a que assistiram a Comissão Municipal da União Nacional, as comissões das Juntas de Freguesia, da União Nacional, regedores, clero, professores, funcionarios publicos e muitas outras pessoas de representação do concelho.

Em seguida e depois duma pequena demora, dirigiu-se a comitiva para Moimenta onde se reafirmaram ideias expendidas e onde o major sr. Monteiro Leite fez uma brilhante alocução ás criancinhas sobre a Historia de Portugal.—C.

Com a visita aos concelhos de Penalva do Castelo, Sernancelhe e Moimenta da Beira, o ilustre chefe do distrito termina a sua romagem de propaganda eleitoral no distrito de Viseu

VISEU, 15.—Sem desdouro para as outras localidades, ou menos relevo ás manifestações feitas em todas elas, a visita de hoje aos concelhos de Penalva do Castelo, Sernancelhe e Moimenta da Beira atingiu o maximo que era licito esperar do fervoroso patriotismo dos seus habitantes que levados tambem pelo prestigio pessoal de s. ex.ª o dr. Francisco Pereira, ilustre governador civil, lhe patentearam com brilho e fidalguia toda a dedicação e amor ao Governo da Ditadura.

Deve s. ex.ª sentir-se satisfeito.

Satisfeito por ter verificado o quanto é estimado por todos; satisfeito pela clara demonstração, em toda a parte, de apoio e concordancia á actual situação, na qual enfileiram velhos e novos, grandes e humildes.

A falta absoluta de tempo impossibilita-nos de pormenorizar e até fazer ligeiras referencias a estas ultimas recepções.

Tudo foi brilhante, tudo foi imponente. Eis o que posso dizer.

Na fidalga casa da Insua ao sr. governador e comitiva foi servido um primoroso almoço onde usaram da palavra os srs. dr. Falcão, capitão Coelho da Mota, Amandio Silva e por fim o sr. governador civil.

Antes de regressarem a Viseu, foi-lhes oferecido na Quinta da Bela-Vista, de que é proprietario o sr. dr. Lapa, um magnifico banquete que decorreu animadamente.—C.

Tubos «Sá» nunca são CANUDOS

REFRIGERANTES
Máquinas para fabrico de Guaraná, vinho espumoso, pirolitos, gazoses, etc. Formulas tecnicas. Preços em conta. Importação directa. Pedidos ao representante.
M. C. Esteves — Rocio, 93 1.º, Dt — LISBOA

CADERNOS CORPORATIVOS
Encontra-se já á venda o n.º 4
Redacção e Administração
R. da Horta Seca, 7-1.º
LISBOA

ELEGANCIAS

OBRAS DE CARIDADE

NO CINEMA PALACIO

Organizada por uma comissão de senhoras da nossa primeira sociedade, de que fazem parte D. Carolina Monteiro de Mendonça, condessa da Torre, D. Eugénia Canas da Silva, D. Margarida Borges de Sousa Ferreira, D. Maria Benedita Almeida Lima, D. Maria Caldas, D. Maria do Carmo Freire de Andrade, D. Maria Luiza de Carvalho Monteiro, D. Maria Wemans Lisboa Lima, D. Raquel Benard Guedes Aguiar, senhora do dr. Azevedo Gomes e D. Stela Belmarço da Costa Santos, realiza-se esta tarde, no Cinema Palácio, ao Arco do Cego, gentilmente cedido pelo seu proprietário, uma interessante «matinée» cinematográfica de caridade, cujo produto se destina a favor do Patronato da Freguesia de Benfica.

O programa, fornecido gratuitamente pela casa Castelo Lopes, Limitada, é composto pelos maiores êxitos da actual temporada.

Os restantes bilhetes para esta elegante festa de caridade, que decerto ficará gravada a letras de ouro nos anais desse salão, estão á venda no camaroteiro do salão.

NO S. LUIZ CINE

Formam a comissão organizadora da interessante «matinée» de caridade, que na tarde do dia 27 do corrente se realiza no S. Luiz Cine, gentilmente cedido pela empresa A. Ramos Limitada, que é presidida pela sr.ª duquesa de Palmela, as sr.ªs D. Beatriz Viveiros Pereira, D. Berta Mauperrin dos Santos Castelbranco, D. Catarina de Vilhena de Sousa Rêgo, condessa de Arge, condessa de Proença-a-Velha, D. Isabel Ortigão Ramos Jorge, D. Maria Adelaide Castro Pereira Balsemão, D. Maria Carlota de Saldanha Pinto Basto, D. Maria Isabel de Sousa Rêgo de Campos Henriques, D. Maria de Lancastre Van-Zeller, D. Maria de Lourdes Soares Pinto de Morais Palmeiro, D. Maria Luiza de Magalhães Coutinho da Camara e D. Teresa de Orey Pinto Basto, cujo produto se destina a um fim verdadeiramente altruista.

O programa que está sendo elaborado vai, decerto, marcar não só pelo seu critério artístico, como pelas pessoas que nele tomarão parte.

Dentro em breve começaremos, pouco e pouco, a levantar o mistério que o envolve.

Os pedidos de bilhetes para esta linda «matinée» de caridade requisitam-se pelos telefones Norte 4843 e 2 2552

NA COSTA DO SOL

NO CASINO ESTORIL

A «Mi-careme» no Casino Estoril festejar-se-á na noite de quinta-feira, 23 do corrente, com um grandioso baile, durante o qual serão distribuidos pelas senhoras, grande numero de variadas e artísticas marcas.

O salão do restaurante nessa noite ostentará uma vistosa ornamentação.

No escritório do Casino Estoril marcam-se, desde já, mesas para essa grandiosa noite, ou pelo telefone Estoril 251.

NASCIMENTOS

Teve o seu bom sucesso, a sr.ª D. Constança de Sousa Figueiredo, esposa do sr. Jorge de Figueiredo, empregado da Agencia «Havas».

Mãe e filha estão de perfeita saude.

DE VIAGEM

Com sua esposa, a sr.ª D. Teresa de Melo Breyner Pinto da Cunha, regressou de Coimbra, onde esteve passando o Carnaval, com seus filhos, o nosso querido amigo sr. dr. Eduardo de Mascarenhas Valdez Pinto da Cunha.

—— Vindo do Brasil regressou á sua casa do Luso, com sua esposa, o distinto clinico sr. dr. José Troncho de Melo.

—— Partiu do Pôrto para Santa Maria de Penaguião, o sr. Alexandre Borges Manta.

—— De Tondela regressou ao Pôrto o sr. Jacinto da Silva Marinho.

DOENTES

Encontra-se em tratamento em uma casa de saude, a sr.ª D. Maria de Oliveira Santos Pessegueiro, tendo como médico assistente, o ilustre professor da Faculdade de Medicina de Lisboa, sr. dr. Egas Moniz.

—— Na sua casa em Setubal está doente a sr.ª D. Maria Helena de Cabedo Garcia, filha da sr.ª D. Maria Francisca de Cabedo Garcia e do falecido clínico sr. dr. Fernando Garcia.

—— Com muito êxito foi operada, em uma casa de saude, pelo ilustre especialista e professor da Faculdade de Medicina de Lisboa, sr. dr. Carlos de Melo, a menina Emília Inês Pereira, sendo o estado da enferma, felizmente, muito satisfatório.

—— No Hospital da Venerável Ordem Terceira de S. Francisco da Cidade foram operadas, com excelente êxito, as sr.ªs D. Maria Glória de Carvalho e D. Estefania Correia, encontrando-se ambas em via de restabelecimento. Foram operadores, respectivamente, os distintos cirurgiões srs. dr. Amandio Pinto e Ary dos Santos.

—— Da mesma casa de saude retirou, em franca convalescença, a sr.ª D. Laurinda Ramos.

ANIVERSARIOS

Fazem amanhã anos as sr.ªs:

Condessa de Portugal de Faria, D. Ana de Sousa Coutinho Osório, D. Sofia Pereira de Sousa (Bolhão), D. Josefina Pacheco Burnay, D. Maria José Pereira Bastos da Mota, D. Maria Leopoldina Calvete Taveira Pinto, D. Alda Henriqueta Garcia Reis e D. Elvira de Jesus Costa de Castro.

E os srs.:

Aires de Gouveia Alcoforado, Jorge José Guedes Cabral de Campos, José Maria Duarte da Cruz Caleia, José Leite de Faria, José Gualdino de Oliveira, Carlos Ferreira Tenório de Oliveira, José Dias Mexia, Guilherme Vale Flor de Brito Chaves, Julio Cesar Henriques de Aguiar e Cesar Julio Henriques de Aguiar.

Hospitalização de doentes

Diarias de 20$00 e 35$00 em enfermarias e quartos particulares no ponto mais central de Lisboa.

V.el Ordem 3.ª de S. Francisco da Cidade

R. SERPA PINTO, 33, ao Chiado
Telef. 25235

OURO USADO

Pratas, relogios e cautelas de penhores compram-se aos melhores preços nas ourivesarias

B. A. D'ALMEIDA, LTD.ª

1 a 5 — Rua dos Fanqueiros — 51 e 53

PIPERINOL
DA COR E BRILHO EM MOVEIS, SOALHOS, ETC. 20 CORES

CONDES

MILADY

Continuação de OS TRÊS MOSQUETEIROS

SUCESSO MONSTRO

RELIGIÃO

CRONICA DO DIA — Reza-se de S. Cirilo Jerosolimitano, Bispo, Confessor e Doutor. Quando Juliano, o Apóstata, pretendeu, por tédio e rancor ao cristianismo, restabelecer o templo de Jerusalem, era Cirilo o Prelado. Contrariado, por esse motivo, afirmára: «Dele não ficará pedra sobre pedra». E assim aconteceu: Do Céu caíram raios, sem cessar, e os terramotos destruíram a obra que o Apóstata havia mandado edificar. A caridade do Santo era tão manifesta que os Arianos, para o afastarem do Episcopado, atribuíram-lhe a venda dos paramentos e alfaias da Igreja e a entrega do respectivo dinheiro aos pobres. Morreu em 386.

Missa própria, com «Glória», 2.ª oração e ultimo Evangelho de Sábado. «Credo» e Prefário da Quaresma. Rito duplex, paramentos brancos. Ou missa «ad libitum» do Sábado, sem «Glória», nem «Credo», 2.ª oração da festa, etc. Paramentos roxos.

LAUSPERENNE — Está na igreja das Chagas, por intenção particular.

ACTOS DE CULTO — Sé, ás 12, missa.

Chagas, ás 9,30, missa e comunhão geral; ás 11, festa á Senhora das Dores, a orgão e vozes; ás 19,30, Vinte e Quatro Adorações.

S. Nicolau, ás 10, missa e devoção á Senhora de Lourdes, por musica e exposição do Santissimo para adoração diurna; ás 17,30, ladainha e reposição.

Oliveirinha (Rua de S. Julião), ás 10, missa e exposição da imagem do Orago, até ás 13 horas.

Carmo, ás 9, missa, comunhão e devoção da Graça Sabatina, com benção.

S. Jorge (Arroios), ás 9, missa, comunhão e explicação do Evangelho.

TERÇO DO ROSARIO — Com benção Eucaristica: S. Francisco de Paula, ás 9,30; Anjos e S. Domingos, ás 17,30; Saude (á Guia) e Encarnação, ás 18; Corpo Santo, ás 19, Coração de Jesus (Rua Renato Baptista), e S. Vicente, ás 20.

MÊS DE S. JOSÉ — A's 9, S. José (freguesia), S. Jorge (Arroios), Chagas, Encarnação, Santos-o-Velho e S. Francisco (a Jesus); ás 9,30, Socorro, S. Nicolau e Mercês; ás 18, Conceição (Nova); ás 19,15, Corpo Santo; ás 20,15, S. Vicente.

VIA SACRA — Encarnação, ás 9.

CONFERENCIA QUARESMAL — S. Domingos, ás 21, pelo dominicano rev. Vicente Moreira.

S. CARLOS

Hoje - ás 21 e 30

Se ainda não viu vá vêr a comedia mais engraçada dos teatros de Lisboa

Os Hospedes da D. Epifania

SOL E LUZ
TELEFONE 24 NICHELEIRA-2117

o film eda UFA ansiosamente esperado em todo o mundo

I. F. 1 NÃO RESPONDE

com Charles Boyer, Danièle Parola, Jean Murat e Pierre Brasseur

TIVOLI

A genial actriz
MARI DRESSLER
na super-produção
OS MEUS MENINOS

Um filme onde o riso e as lagrimas se confundem!

PELO TEATRO

PANO DE FERRO

Um singular actor

Cristovão Aires nas palavras sobrias, serenas e expressivas que dirigiu a Samwell Deniz na noite da sua festa classificou-o de *singular actor*.

A expressão sobre ser rigorosamente exacta é singularmente significativa.

De facto Samwell, mercê de circunstancias varias de ordem fisica e de ordem espiritual é no nosso meio teatral um actor *sui-generis*.

Se entre nós houvesse um *Teatro Nacional* teria nele um lugar que ninguem, sem contestação seria, poderia disputar-lhe.

Desempenhando com extremada correcção diversos generos teatrais, dos galãs aos caracteristicos, é unico nos papeis que requerem uma rara elegancia de espirito e de maneiras, de atitudes e de intenções, no corte impecavel de uma casaca, ou no recorte ironico de uma frase.

Quando surgiu ha 15 anos para o teatro já quasi se delira da memoria o teatro brilhante de Dumas, com o seu imprescindivel, conceituoso *raisonneur* tipo Olivier de Jalin.

Passara tambem a epoca maliciosamente frivola de certos herois de Capus e Lavedan, a deslumbrante elegancia dominadora do *Prince d'Aurec* e do *Marquês de Priola*.

Wilde reaparecia nos seus autoretratos, de perfidia amorosa e de paradoxos mordentes, á *Lord Illing*.

D'Annunzio exibia os seus desdenhosos, magnificos, sumptuosos superhomens, á maneira de *André Sperelli*.

Outros actores que não possuiam o somatorio de requisitos que o papel exigia, e que ele tinha como nenhum do seu tempo, encarnavam-nos portanto precariamente.

E no entanto Samwell ia marcando, com segurança, com dignidade, com talento o seu lugar.

Passava em revista o velho e o novo repertorio desde a rancida *Cora*, de Barbier, ás ultimas novidades futeis do *boulevard*.

E' já lugar comum citar tipos erguidos com modelar relevo alguns a dois escassos anos da sua estreia.

O seu maior triunfo, porém, triunfo definitivo e luminoso foi a interpretação do *Homem da casaca* de «Um sonho mas talvez não» de Pirandello.

Foi a propria comissão organizadora do 3.º Congresso da Critica quem por unanimidade escolheu o seu nome, como o daquele actor nosso que melhor podia encarnar esse complexo, e estranho papel.

Da maneira como se houve, disse-o ainda, uma vez mais, ha dois dias, no seu excelente discurso, Cristovão Aires, repetindo o que ouvira da boca do insigne dramaturgo: nenhum actor em Italia o interpretaria melhor.

E' a esse singular actor que aproveito uma vez mais o ensejo de tributar a minha sincera, refletida e afectuosa admiração.

J. DE F.

Beatriz Costa

Deu nos ontem o prazer da sua visita a popular «vedeta» de revista Beatriz Costa, que após a sua brilhante actuação no Porto, reaparece brevemente, como primeira figura feminina da companhia Amarante, no *Variedades*.

S. CARLOS

E' hoje a 20.ª representação da comedia «Os hospedes da D. Epifania», cujo exito é cada vez maior.

O sucesso desta peça deve-se, sem duvida, á sua graça, ao seu espirituoso entrecho, realçado com o desempenho da sua companhia onde se encontram as mais distintas figuras do teatro. A comedia em cena em S. Carlos é daquelas que provocam uma gargalhada em cada minuto.

CARTAZ

S. CARLOS — A's 21,30 — A comedia «Os hospedes da D. Epifânia».
NACIONAL — A's 21,30 — A comedia «O Homem das Calças Pardas» e a zarzuela «El Baile de Luiz Alonso».
TRINDADE — A's 20,30 e 22,30 — A revista «Las Mimosas, pela Companhia Espanhola «Eslava de Madrid».
POLITEAMA — A's 20,45 e 22,45 — A opereta «A viela dos Gatos».
JARDIM ZOOLOGICO — Exposição de animais.

S. LUIZ — A's 15,30 e 21 — «I. F. 1 não responde».
TIVOLI — A's 21 — «Os meus meninos»
GINASIO — A's 21,30 — «Os 6 misteriosos».
CENTRAL — A's 21,30 — «Não quero saber quem és...»
CONDES — A's 21,15 — «Milady».
OLIMPIA — Das 14,30 ás 24 — «Melodia Cubana», «Romance» e «Espada Errante».
CHIADO TERRASSE — A's 21 — «A Cortezã».
ROYAL — A's 21,30 — «Os Cinco do Jazz» e «O passaporte maldito».
CAPITOLIO — A's 21 — Cinema e variedades.
ODEON — A's 21 — «O Pecado de Madelon Claudet».
LYS — A's 21,30 — «A menina do Harmonio» «Ouro e Polvora»
PALACIO — A's 21,30 — «O pecado de Madelon Claudet».
JARDIM-CINEMA — A's 21 — «Pecadora uma vez».
PARIS-CINEMA — A's 21,15 — «A Leste da Ilha de Borneu».
CAMPOLIDE-CINEMA — A's 21 — «Amigo Kiki».
EUROPA-CINEMA — A's 21 — «Mata-Hari».
PALATINO — A's 21,30 — «Laurel e Hardy em Marrocos».
VOZ DO OPERARIO — (cine) — Aos domingos «matinée» e «soirée» e ás quintas e sabados «soirée».
PROMOTORA — A's 21.30 — «Alvorada do Amor».
SALÃO IDEAL — Rua do Loreto.
EDEN CINEMA — A's 20 e 22 — «Congorila» A's segundas, quintas, sabado e domingos ás 21,30.
CAMPOLIDE-CINEMA — A's 20,30 e 22,30 — «Frankenstein». A's segundas, quintas, sabados e domingos.

BERNARDINO NUNES
RUA DA PALMA, 40, 1.º
DOENÇAS DA BOCA E DENTES
Dentes artificiais

Companhia Colonial de Navegação

Vapor LOBITO

sairá entre 25|28 do corrente, recebendo carga em Lisboa e Porto para:

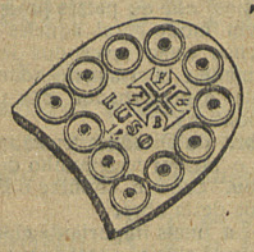
Hamburgo, Rotterdam e Anvers e para qualquer outro porto estrangeiro, sujeito a baldeação em Hamburgo ou Rotterdam, com conhecimento directo.

AVISO IMPORTANTE: — A carga para embarque destinada aos portos de Africa deve estar no nosso Caes ou á borda, até ás 20 horas da ante-vespera do dia da saida do vapor, salvo quando a ante-vespera fôr domingo ou feriado, recebendo-se neste caso até ao meio dia da vespera.

Trata-se nos escritorios da COMPANHIA 33111

LISBOA: — Rua do Instituto Vergilio Machado, 14 (Telefone 2.?051).

PORTO: — Rua do Infante D. Henrique, n.º 9 (Telefone 2.242)



Tacões de borracha «LUSO»

Não escorregam! São resistentes!
Comodos! Duraveis! Economicos!
Preferam artigos nacionais!

PAR Esc. 5$00
Rua da Prata, 275-277
LISBOA

A' venda em TODA A PARTE e nos seus depositos:
Rua das Flores, 136-138
PORTO

Fabrica de Borracha Luso-Belga
Rua do Açucar-Beato — LISBOA

NO DISTRITO DE LEIRIA

PROPAGANDA DO ACTO ELEITORAL

Alcobaça, numa sessão, a que assistem mais de 2.000 pessoas, mostra-se identificada com a politica do Governo O dr. Oliveira Salazar entusiasticamente aclamado—Um brilhante discurso do sr. governador civil do distrito

LEIRIA, 15. — A propaganda do acto eleitoral no distrito decorreu com o maior entusiasmo. Depois de o sr. governador civil ter percorrido o norte do distrito, começou as suas visitas ao sul, as quais findaram na passada terça feira. De todas elas a que revestiu maior importancia foi a do concelho de Alcoboça, porque coincidiu com a posse da comissão municipal da União Nacional, recentemente nomeada. Ela demonstrou a escolha acertada e feliz feita deste organismo, pois, neste concelho ninguem mais podia ser escolhido que satisfizesse não só os desejos do povo, como ainda o proprio prestigio da Ditadura. Claramente se verificou perante mais de 2.000 pessoas, que os povos que pertencem ao concelho de Alcobaça, concordam plenamente com a direcção que lhe vai ser dada pela comissão da União Nacional e a ela renderam as suas homenagens e os seus aplausos.

Bem haja a comissão distrital por ter sabido interpretar os desejos de um concelho, outrora centro e foco de um revivalhismo irrequieto e hoje um dos grandes baluartes da Ditadura.

E como se conseguiu a transformação?

Unicamente com a boa administração dos dinheiros municipais, por parte de uma comissão administrativa que tem espalhado melhoramentos e beneficios pelos povos que apenas estavam habituados a promessas e não a realizações.

Ficou demonstrado, por forma insofismavel, que á frente do concelho de Alcobaça se encontram aquelas pessoas que maior numero de simpatias contam. Não falamos já das simpatias pessoais, mas ainda das politicas. E a prova é que o acto eleitoral neste concelho vai demonstrar a concordancia com a Ditadura, com a sua acção e sobretudo com a sua orientação, pois podemos assegurar a concorrencia, pela grande maioria, ás urnas.

Associamo-nos pois, ás manifestações prestadas á Comissão Municipal da União Nacional, felicitando-a pela forma como os seus membros foram acolhidos nos concelhos de Alcobaça.

*

O sr. governador civil acompanhado pelo seu substituto capitão José Pereira Pascoal, capitão Silva Mendes, comandante da Policia tenente Frois de Almeida, André Carvalho, da Comissão Municipal da União Nacional de Leiria, Tomé Ramos, amanuense do Governo Civil, servindo de secretario geral, chegou a Alcobaça cerca das 15 horas onde era aguardado pela Comissão Administrativa da Camara. Após os cumprimentos entrou s. ex.ª no salão nobre da Camara onde aquela multidão—mais de 2.000 pessoas—o aclamou ouvindo-se vivas consecutivos ao dr. Oliveira Salazar, á Ditadura e á Republica.

Feito o silencio foi lido o auto de posse da nova Comissão Municipal da União Nacional, que ficou assim constituida: dr. Joaquim Nascimento e Sousa, advogado; Aquiles Calixto Moreira, contador judicial; José Estevão Abreu e Oliveira, escrivão de direito; Elias Cravo, professor oficial e Alberto Santos Carvalho, comerciante.

Fala o sr. dr. Nascimento e Sousa

Usou da palavra, em primeiro lugar o dr. Nascimento e Sousa, que apresentou ao sr. governador civil os novos membros desta comissão, afirmando que todos eles se encontram resolvidos e animados no sentido de pugnarem pela expansão da doutrina do Estado Novo, tal qual se encontra definido pelo Chefe—pelo dr. Oliveira Salazar (aplausos).

—Não admito que haja portugueses de caracter bem formado, que não reconheçam os beneficios que á Nação tem sido prestados pela Ditadura Nacional, por essa grande figura que se encontra á frente do Governo (a assistencia rompe numa extraordinaria ovação ao dr. Oliveira Salazar).

E continuando:

—Brevemente vai dar-se um facto notavel na vida portuguesa. E' necessario que todos cumpram com o seu dever, votando—com a sua presença—o Estatuto fundamental da Nação.

—E' preciso efectivarmos as nossas opiniões. Pois bem, estou certo que o concelho de Alcobaça, á chamada que lhe é feita, saberá dizer *Presente!*

E, depois de se referir á acção brilhantissima exercida pelo sr. governador civil, a quem o povo de Alcobaça muito deve e a quem se confessa agradecido, o orador, que por vezes foi interrompido com salvas de palmas terminou o seu brilhante discurso com um viva ao dr. Oliveira Salazar, correspondido com o maior entusiasmo por toda a assistencia.

Seguiu-se no uso da palavra o presidente da comissão administrativa da Camara, Manuel da Silva Carolino, que pronunciou o seguinte discurso:

Homens do meu concelho:

Porque a nossa alma se deve sentir cheia de gratidão por tantos beneficios recebidos, gritemos, primeiro do que tudo, com entusiasmo e com a maior sinceridade.

Viva o Governo da Ditadura Nacional.

Viva o ex.mo sr. governador civil.

Senhor governador civil. A comissão administrativa da Camara Municipal do concelho de Alcobaça, sauda com a maior sinceridade v. ex.ª, e na pessoa tambem de v. ex.ª sauda o Governo da Ditadura Nacional a que preside o ilustre estadista, o salvador da Patria portuguesa, dr. Oliveira Salazar.

O meu concelho quereria vir aqui hoje na sua quasi totalidade agradecer a v. ex.ª o muito que por ele tem feito, mas na impossibilidade de o fazer, mandou aqui hoje as pessoas mais representativas das freguesias que o compõem, para afirmarem a v. ex.ª o quanto se sentem gratas pela feliz orientação que tem sido dada aos assuntos que ao mesmo concelho interessam.

O concelho de Alcobaça, ex.mo sr. governador civil, sente se cheio de reconhecimento pela acção activa que v. ex.ª a favor dele tem dispensado, e por isso mesmo eu em nome do Municipio e interpretando sem sombra de duvida o sentir da enormissima maioria da população do concelho, bem publicamente posso afirmar a v. ex.ª que no coração de todos nós se encontra bem vincado o agradecimento por tudo que a favor da nossa linda terra tem feito.

Meus senhores: A jornada de hoje representa para a Nossa Terra mais um titulo de orgulho, pois com alegria constatamos que cada vez mais unidos e com mais entusiasmo se juntam aqui aqueles que sem sustos e sem receios, têm desde sempre acompanhado a Obra Colossal dos Salvadores da Nacionalidade Portuguesa.

Aqui, no nosso concelho, somos todos, absolutamente todos, soldados rasos da Ditadura, e por isso com disciplina só nos cumpre acatar as Ordens que venham dos nossos legitimos Chefes.

Só 3 os amigos da Ditadura do meu concelho reconhecem como tal.

O Chefe do Estado, Chefe da Nação, a quem todos os portugueses devem obediencia sejam quais forem as suas ideias politicas ou religiosas.

O Chefe do Governo, o ilustre Português a quem nós devemos chamar sempre o Salvador de Portugal, o Orientador Maximo do Estado Novo, o Homem que arruinando dia a dia a sua saude, entrega a sua Vida com o desinteresse maximo á sua Patria, e a quem todos nós aqui seguimos com a maior dedicação e sem discutir as suas ordens, tão certos estamos de que tão Honrado Português nos encaminha sempre para a Verdade, para o Bem e para a Justiça.

E o chefe do distrito, orientador dos serviços locais politicos e administrativos, e a quem temos servido sempre com dedicação, tanto mais sincera quando temos a felicidade de possuir Um como actualmente temos, que é uma lucida inteligencia, um perfeito caracter, dispendendo uma util actividade em proveito do progresso do seu distrito.

Fora destes, é bom acentuar mais uma vez, somos todos, absolutamente *todos, soldados* da Causa da Redenção Nacional.

Daqui a poucos dias vamos ser chamados a dar mais uma vez o apoio bem publico á obra que desde 1926 se está realizando no nosso País.

E' absolutamente necessario que o nosso concelho mais uma vez demonstre bem que sabe cumprir o seu dever quando a isso é chamado.

Nada de comodismos que serão um verdadeiro crime.

Nada de sustos piegas que nenhuma razão justifica haver neste momento decisivo para a nacionalidade.

Nada de indiferentismos que só podem aproveitar aos nossos inimigos de sempre.

Do lado de lá apregôa-se aos quatro ventos: *Abstenção.* Do lado de cá responde-se com firmeza: *Concorramos ás Urnas.*

E no dia 19, terminado que seja o plebiscito, nós amigos da Ditadura, da Ordem e do Progresso da nossa querida Patria, ao vermos que a Nação sancionou de uma forma assombrosa a obra formidavel da Ditadura Nacional, sentimos que não teremos a força necessaria para evitar que a nossa alma num arranco cheio de entusiasmo e alegria grite de forma a bem ser ouvida em todos os lugares do concelho:

Viva o Chefe dr. Oliveira Salazar.
Viva a Ditadura Nacional.
Viva a Republica nova.

Em nome das Juntas de Freguesia, comissões paroquiais da União Nacional e regedores, falou o sr. José Domingues Trindade.

O que disse o sr. capitão Silva Mendes

Seguidamente o sr. governador civil colocou as insignias no peito do homenageado, tendo usado da palavra o sr. capitão Silva Mendes, que produziu um interessante discurso.

Começou por se confessar surpreendido pela justissima homenagem de gratidão que acabava de ser prestada, á qual se associava porque acompanha a acção do presidente da Camara desde o principio da Ditadura, a qual se têm colocado a par das melhores que tem administrado os dinheiros dos Municipios.

E depois de cumprimentar a nova Comissão, dirigindo-se á assistencia, pregunta:

—Depois de tudo o que se tem passado devemos consentir que Portugal volte áquilo que era antes do 28 de Maio?

—Não, responde a assistencia.

—O que era Portugal? O que esperavamos nós?

—Depois do 28 de Maio onde havia desanimo passou a haver Fé, onde existia má administração, passou a haver administração honesta e sã.

—Portugal voltou a ter fé nos seus destinos, começou a trabalhar para um futuro risonho e brilhante.

E depois:

—A administração do País é feita com escrupulosa honestidade, por um Homem que é admirado pelas Nações estranjeiras, uma maravilha no meio do descalabro universal.

—Devemos dar-lhe o nosso apoio de soldados disciplinados, obedecendo ás ordens do Chefe, que nada mais quere que o bem estar de nós todos e da nossa Patria.

Refere-se á obra desenvolvida pelo Governo, ás reorganizações que vem fazendo, principalmente a da nossa Marinha de Guerra, afirmando:

—A Nação que os conserve, que os acompanhe e que os mantenha. Como?

—Votando nesses homens, cumprindo assim o seu dever.

O sr. André Duarte Carvalhão, da Comissão Municipal da União Nacional de Leiria, pôs em destaque o obra realizada pela Ditadura, obra que representa o levantamento e ressurgimento de Portugal que se ia afundando.

Afirmou que o Exercito em boa hora correu ao chamamento da Nação para salvar a Patria e a nossa nacionalidade, sendo necessario que os civis saibam ser sempre gratos.

E, depois de se referir ao dr. Oliveira Salazar, como financeiro e politico, como chefe e orientador, o orador terminou por afirmar que «só temos uma forma de mostrarmos o nosso regozijo e a nossa admiração: é votarmos no proximo dia 19, como portugueses e patriotas.

—Não basta dizer que somos amigos e defensores da Ditadura. E' necessario prová-lo.

O que disse o sr. dr. Ribeiro Ferreira

Por fim levanta-se para falar o ex-governador civil, recebido com uma ovação extraordinaria, que proferiu o seguinte discurso:

Cabe-me a honra de usar da palavra nesta sessão solene para agradecer as saudações que me foram dirigidas e para felicitar os novos corpos directivos da União Nacional neste concelho.

Agradeço ao sr. presidente da Camara, ao sr. presidente da Comissão Municipal da União Nacional e a todos os oradores os cumprimentos que me fizeram.

Agradeço-os não por mim, que sou um simples soldado da Ditadura, mas pelo Governo, a quem de direito pertencem todos os elogios e cabem todos os louvores.

Ao Governo da Ditadura, a que preside a figura do eminente estadista dr. Oliveira Salazar, deve o concelho de Alcobaça os seus melhoramentos, a realização das suas aspirações. Ao Governo da Ditadura, pois, e tão somente, cabem os agradecimentos desta terra.

Saudo em seguida e por minha vez o prospero e laborioso concelho de Alcobaça, sempre dedicado e amigo da situação actual, fazendo-o na pessoa do sr. presidente da Comissão Administrativa. Saudo ainda todos os amigos de Ditadura deste concelho, na pessoa do sr. presidente da União Nacional, especializando nestas saudações os proprios membros da Comissão que acaba de ser empossada. Saudo finalmente todos aqueles que constituiam anteriormente a Comissão Municipal da União Nacional, agradecendo-lhes neste momento e publicamente o concurso valioso que sempre deram á Ditadura e a colaboração que tambem sempre me dispensaram.

Feitos estes cumprimentos é meu dever declarar a satisfação que tenho em vir dar posse a uma comissão formada, como esta, por elementos todos eles marcantes no meio concelhio de Alcobaça, que nele têm as suas merecidas simpatias e que, desde o inicio, vêm prestando á Ditadura o melhor do seu esforço e da sua inteligencia. Entre todos ha que destacar, sem melindre para os restantes, a figura prestigiosa do actual presidente, que tem sido e continua sendo um inteligente e valioso colaborador do Estado Novo, em cujos principios está, conscientemente, integrado.

Uma comissão assim constituida está bem á altura das responsabilidades e pesados encargos que, nesta ocasião, lhe incumbem. Essas responsabilidades e êsses encargos são de todos bem conhecidos e eu estou certo que a comissão saberá assumir as primeiras, dando boa conta dos segundos.

A organização da União Nacional vem recebendo nos ultimos tempos um forte impulso, designadamente a partir da instalação da Com. Central e desde que, á sua frente, se encontra a vontade forte, a inteligencia lucida e a autoridade superior do dr. Oliveira Salazar. A Comissão de Alcobaça ha-de saber, disso estou certo, integrar-se no ritmo que actualmente impulsiona a organização, imprimindo actividade aos seus trabalhos e estabelecendo uma propaganda eficiente e util dos nossos principios, da nossa ideologia e do Estado Novo.

O Governo espera que a Comissão de Alcobaça cumpra rigorosamente a sua missão, e, no desempenho dela, consiga ainda para o campo da Ditadura o maior numero possivel de elementos, levando através do concelho o conhecimento das verdades politicas e doutrinarias, que são finalmente a essencia dos nossos principios.

Ao zêlo e dedicação dos elementos que compõem a Comissão Municipal da União Nacional se confia a realização destes fins, com o auxilio das autoridades e corporações administrativas.

E', contudo, nesta ocasião, ainda mais ampla a incumbencia atribuida á União Nacional. Cumpre-lhe fazer a propaganda da nova Constituição Politica da Republica Portuguesa levando ao conhecimento dos povos a superioridade dos seus principios e promovendo assim, como consequencia, a sua aprovação pelo maior numero daqueles que, no proximo acto eleitoral, são chamados a pronunciar-se.

Confia-se tambem em que a Comissão de Alcobaça saiba levar a cabo, com entusiasmo e merecimento, esta missão que, em parte, lhe está entregue.

A propaganda da nova Constituição deve, de resto, ser encargo bem grato a todos os portugueses e, especialmente, aos servidores da Ditadura. De facto e em verdade, neste importante diploma encontra, pela primeira vez, o nacionalismo português, em forma e texto de lei, realizadas as suas aspirações essenciais.

Assim o projecto constitucional começa por estabelecer a familia como sendo o fundamento de toda a ordem politica, impondo esse direito ao individuo por si só considerado, como acontecia anteriormente. A' familia, como fundamento de toda a ordem politica, é atribuida a eleição das Juntas de Freguesia e a estas, bem como ás Corporações, a eleição dos Municipios, cuja autonomia se respeita e a quem será conferida a descentralização pedida.

Aos Municipios e ás corporações se concede o direito de elegerem os Concelhos Provinciais e, a uns e outros, se vão finalmente escolher os componentes da Camara Corporativa.

O projecto constitucional enferma, pois, do principio corporativista, abandonando as teorias individualistas contrarias ás tradições da Nação portuguesa, que a elas jamais se adaptou.

O individuo deixa de ser considerado como fundamento de toda a ordem politica e social, aceitando-se, como base da organização politica e economica da Nação, a familia, as corporações e o Municipio.

O projecto constitucional estabelece ainda a independencia do poder executivo perante o legislativo, atribuindo aqueles poderes e faculdades que, anteriormente á Ditadura, lhe foram sempre recusados. O Governo passa a ser escolhido, nomeado e demitido livremente pelo Chefe do Estado, eleito pela Nação, carecendo exclusivamente da confiança do Presidente da Republica para se conservar no Poder. A nomeação do Governo deixa, por conseguinte, de ser feita mediante e por força das indicações parlamentares; nem sequer dependendo a sua existencia da sorte que as propostas de lei por ele apresentadas, obtiverem na Assembleia Nacional.

Este principio, estruturalmente anti-parlamentar, da independencia do poder executivo, da sua força e das suas maiores atribuições, tem a impo-lo a defesa que dele se faz no campo da doutrina e as experiencias de resultados fecundos já realizados no campo da pratica.

O passado recente em Portugal e os exemplos vindos de fora dizem-nos e ensinam-nos que os países prosperos são, de um modo geral, aqueles onde os Governos estão revestidos de toda a autoridade, libertos do dominio absorvente e perturbador dos parlamentos politicos.

Na obra da Ditadura temos, precisamente, o melhor testemunho do que se afirmou. Sabe e conhece o País a magnitude desta obra.

Desde a mais importante cidade á mais pequena aldeia, a acção renovadora e construtiva da Ditadura Nacional tem-se feito sentir por uma forma notavel. O distrito de Leiria conhece bem essa acção e dela tem recebido os salutares efeitos. O concelho de Alcobaça conhece-a da mesma forma, verificando nesta altura, e decorridos sete anos de boa administração, que estão satisfeitas as suas antigas aspirações,

(Segue na 15.ª página).

No distrito de Leiria

(Continuação da 14.ª página)

realisados importantes melhoramentos, transformada por assim dizer a vida local em todos os seus aspectos e modalidades.

Esta lição que os factos nos trazem aproveitou-se inteligentemente no projecto constitucional, define e estabelece a verdadeira independencia dos orgãos da soberania nacional, integrando cada um deles na sua função propria.

Não é, por certo, uma das menos importantes conquistas, que nos trouxe a nova Constituição. O documento notavel, que vai ser submetido á aprovação do País, estabelece outros preceitos de igual valor.

Assim aparece nele a Assembleia Nacional como sendo um dos orgãos da Soberania, funcionando a seu lado a Camara Corporativa, com atribuições de natureza meramente tecnica.

A Camara Corporativa, formada por representantes das autarquias e dos interesses sociais deverá constituir um somatorio de valores, oferecendo-nos segura garantia de um estudo consciencioso em todos os assuntos que á sua apreciação forem submetidos.

A Assembleia Nacional, ficando simplesmente com atribuições de natureza legislativa, integra-se na sua verdadeira função, deixando de surgir na vida nacional como elemento de perturbação á existencia e acção dos Governos.

Desta forma o projecto constitucional estabelece preceitos novos, que são profundamente diferentes dos contidos na anterior Constituição.

São contudo aqueles que os ensinamentos do passado aconselham, que as modernas correntes da doutrina apresentam e que estão mesmo nas tradições da Nação Portuguesa.

E porque esta é a realidade, importa que todos aprovem a Constituição, constituindo mesmo este acto um dever para os amigos da Ditadura, para os nacionalistas, para aqueles que desejam «Tudo pela Nação, nada contra a Nação».

Meus senhores, é tempo de regressar ao começo destas considerações, encerrando-se esta sessão solene, que constitui mais um triunfo, inegavelmente, para a Ditadura.

Para finalizar, eu confio em que a Comissão Municipal da União Nacional de Alcobaça saiba realizar com diligencia e proveitosamente a finalidade que especialmente lhe compete, bem merecendo assim da confiança nela depositada. Confio ainda que a nossa Comissão saiba efectuar, neste momento historico da nacionalidade, a missão de propaganda a que me referi, chamando a atenção do concelho para o importante acto eleitoral que, brevemente, vai ter lugar.

Eu espero finalmente que a Comissão da União Nacional de Alcobaça tenha sempre bem presente em todos os seus actos o pensamento, que a todos deve animar de, acima e através de tudo, contribuir, quanto em suas forças caiba, para o engrandecimento da Patria e o maior prestigio da Ditadura Nacional.

A multidão não se cansa de aclamar o dr. Oliveira Salazar, a Ditadura, o sr. sr governador civil, a União Nacional, etc.

Começa, em seguida, a debandada. Lá fora meia duzia de reviralhistas que assistem ao desfile, comentam despeitados aquela extraordinaria manifestação de apoio á Ditadura.

Ela foi a maior de que ha memoria na historia da politica irrequieta de Alcobaça.

E' que o povo compreendeu, tardiamente, é certo, que andou enganado longos anos.—C.

Azeite SAFIL

de brilhante e perfeita limpidez e sabôr agradavel tipico de finissimo azeite português

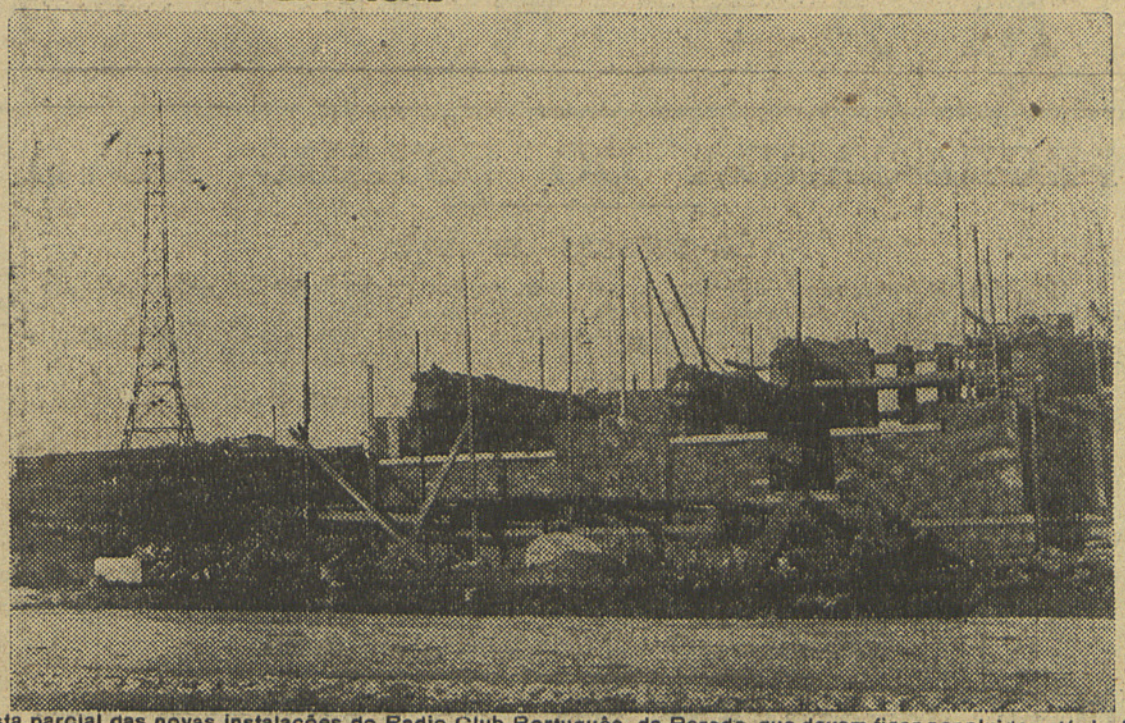
Azeite SAFIL

O «Snapdragon»

pode ser visitado

O navio de guerra britânico «Snapdragon», que se encontra no Tejo, estará patente ao publico hoje, amanhã e quarta-feira, das 15 ás 18.

ACTUALIDADES GRAFICAS



Vista parcial das novas instalações do Radio Club Português, da Parede, que devem ficar concluidas até Junho

Esta iniciativa particular brilhantissima dum numeroso grupo de radiofilos, merece o auxilio de todos quantos se interessam pelo desenvolvimento das ciencias radio-electricas.

No novo edificio ficarão instaladas, alem das novas emissoras de onda media e onda curta muito mais potentes que a actual, um laboratorio de investigação cientifica, biblioteca, estudios para transmissão, oficinas, escritorios, casa de acumuladores e motores, etc.

Visitas ministeriais

Está resolvido em principio que seja em 26 deste mês a visita dos srs. ministros da Justiça e das Obras Publicas, á cidade da Covilhã.

Secção Radio

DIA 19

As emissões praticamente audiveis em Portugal, pela maioria dos receptores, por ordem do numero de metros de onda e «Kilociclos», são as seguintes:

Londres nacional—261 m.—1.148 kc. —65 kw. Turim — 273 m.—1096 kc.— 20 kw. Estrasburgo — 345 m.—869 kc. 8,5 kw. Bordeus — 304 m. — 986 kc. — 17 kw. Barcelona — 348 m. — 860 kc. — 8 kw.

Londres regional — 356 m. — 842 kc. — 76 kw. Argel — 363 m. — 825 kc. — 15 kw. Tolosa — 385 m. — 778 kc. — 8 kw. — Suiça Italiana — 403 m. — 743 kc. — 25 kw. Roma — 441 m. — 680 kc. — 50 kw. Langenberg — 472 m. — 635 kc. — 75 kw.

AUDIÇÕES EM DESTAQUE

LISBOA, ás 12,30 h., C. T. 1 D H.
A's 15 h., C. T. 1 G L.
A's 18 h., C. T. 1 D S.
A's 21,30 h., C. T. 1 G L.
A's 22,20 h., C. T. 1 B O.

ESTAÇÕES DE EXTRA-CURTAS

* Império	31,50 m. — 49,60 m.
Rio de Janeiro, PREB	31,58 m.
Schenectady, W2XAF	31,48 m.
* Zeesen, DJA	31,38 m.
* C. T. 1 A A	31,25 m.
Pontoise-Rádio Colonial,	25,60 m.
Pittsburg East, W9XAA	25,25 m.
* Roma, 2RO	25,4 m.
Schenect. ty, W2XAD	19,56 m.

(O asterisco indica as que se ouvem melhor).

TELHAS E TEJOLOS
das fabricas da
Comp.ª das Fabricas Ceramica Lusitania
Séde—Rua do Arco do Cego, 88
LISBOA
Fabricas em Lisboa, Arraiolos, Albarraque e Coimbra
DEPOSITO NO PORTO:
Rua do Almada, 249 a 253

No Monte-Pio Geral

Foi ontem aprovado o parecer da direcção sobre a construção de casas para os socios

Terminaram, finalmente, ontem á noite os trabalhos da assembleia geral do Monte-Pio Geral, que desta vez reuniu na respectiva séde e já com menor concorrencia.

Presidiu o sr. dr. Antonio de Bourbon, tendo sido apreciadas e votadas propostas dos srs. Virgilio de Lemos, comandante Vilarinho, Candido Rocha, Raul Boaventura Real, Julio de Campos e Homero de Sousa.

Foi, por fim, aprovado o parecer da direcção sobre a construção de moradias para os socios.

«Semana Portuguesa de Vigo»

VIGO, 17—Ampliando as informações que ontem demos, pelo telefone, podemos acrescentar que alguns navios da Armada espanhola virão ao porto desta cidade.

No decorrer das festas será feita uma largada de 10.000 pombos correios.

Os jornais *Pueblo Gallego* e *Faro de Vigo* dedicam ás festas largas referencias, elogiando as autoridades e entidades dos dois paises que pela realização se têm interessado.—*Especial.*

Já foram seleccionadas as equipas representativas de Portugal e Espanha

Depois de um treino realizado no Estadio do Lima o comité de selecção, composto pelos srs. Salvador do Carmo, Armando Sampaio e Valente Perfeito, reuniu-se e escolheu definitivamente para efectivos da selecção portuguesa os seguintes jogadores: Roquete; Carlos Alves e João Belo; Alvaro Pereira, Augusto Silva e Cesar; Waldemar, Xavier, Vitor, Pinga e Valadas, isto é, 7 jogadores de Lisboa e 4 do Porto. No entanto, se Avelino se restabelecer até á data do encontro, ainda deve ocupar o seu lugar de defesa esquerdo.

Só depois do treino da proxima quarta-feira é que os seleccionadores indicarão os suplentes da equipa nacional.

Os internacionais portugueses devem partir para o estagio, que é na cidade espanhola de La Guardia, no proximo dia 27. Têm, portanto, uma semana de estagio, para repouso e para criar espirito de equipa, devendo fazer algumas sessões de treino e ginastica no campo relvado de Troncoso.

O seleccionador espanhol José Maria Mateos já formou tambem o grupo de Espanha, que é assim constituido: Zamora (Madrid); Ciriaco (Madrid) e Quincoces (Madrid); Cilaurreu (Bilbau), Lolé (Espanhol) e Marculeta (Donostia); Prat (Espanhol), Regueiro (Madrid), Elicegui (Union de Irun), Larrinaga (Santander) e Bosh (Espanhol).

O Consul de Portugal em Vigo deve chegar ao Pôrto amanhã, seguindo, depois, para a cidade de Lisboa, onde vai tratar de assuntos que se prendem com a realização da «Semana Portuguesa».

Caminho de Ferro de Benguela

Tratando de assuntos do Caminho de Ferro de Benguela, acham-se entre nós Sir Robert Williams e o sr. conde de Lavradio, respectivamente administrador e presidente em Londres do Comité da mesma Companhia.

Os nossos cumprimentos.

O «Diário da Manhã» vende-se em Arcos de Val-de-Vez na casa Fernandes. Largo da Lapa

EM VIANA DO CASTELO

Propaganda politica

VIANA DO CASTELO, 17. (Pelo telefone). — O sr. governador civil do distrito visitou, ontem, Arcos de Val-de-Vez, onde foi entusiasticamente recebido.

Realizou-se uma sessão na Camara Municipal tendo discursado o engenheiro sr. Silva Dias, da Comissão Distrital da União Nacional.

Falou, também, o sr. José Guimarães, da Camara Municipal de Arcos de Val-de-Vez. Os oradores foram muito aplaudidos, sendo levantados «vivas» ao sr. Presidente do Ministério, Ditadura Nacional, etc.

Em Ponte da Barca

Esta localidade foi visitada pelo sr. governador civil, tendo sido recebido festivamente.

A' entrada da vila aglomerava-se muito povo que vitoriou o chefe do distrito.

Na Camara Municipal, falaram os srs. engenheiro Silva Dias e dr. Antonio Lacerda, presidente da Camara Municipal de Ponte da Barca, sobre a nova Constituição da Republica Portuguesa.

No final foram muito vitoriados tendo sido levantados entusiasticos «vivas» ao sr. dr. Oliveira Salazar, Ditadura, Pátria Portuguesa, etc.

Sessão de propaganda no Governo Civil

Em Viana do Castelo realizou-se uma sessão de propaganda da Nova Constituição, no edificio do Governo Civil, onde estiveram membros da Comissão Municipal, da União Nacional, representantes das Juntas de Freguesia, autoridades e muito povo.

Foi vitoriado o Governo da Ditadura tendo-se feito afirmações nacionalistas de apoio á Situação.

Falaram os srs. drs. José de Matos e João da Rocha Paris, da Comissão Distrital da União Nacional, tendo, no final, sido aclamadissimo o sr. dr. Oliveira Salazar.

Após a visita aos concelhos do distrito, pelo sr. governador civil, ficamos convencidos que no acto eleitoral será esmagadora a maioria de votos a favor da Nova Constituição. — C.

Associação Comercial do Porto

A Associação Comercial do Porto dirigiu uma representação ao sr. ministro do Comercio, Industria e Agricultura, pedindo para ser considerada camara do comercio.

A organização da Justiça na Ditadura

(Continuação da 11.ª página)

porque o mais alto destino de um homem é o de servir o seu País e sobretudo o de o servir com sacrificio. (Prolongada salva de palmas).

Os nossos adversários, os nossos inimigos, disseram um dia que nós tinhamos a retirada cortada. Não nos interessa, porém, a retaguarda. Os homens do «28 de Maio», como o heroi da legenda, só conhecem — para a frente. (Entusiasticos apiausos). E todos unidos, seguindo o chefe, continuemos corajosamente esta ronda de realizadores, para engrandecimento da Nação, para que ela seja cada vez mais rica, mais forte, mais feliz. (Vibrante salva de palmas).

«Antes de terminar quero agradecer mais uma vez as atenções com que me receberam. Um homem publico também tem coração. E, porque assim é, não posso deixar de saudar o meu melhor professor e velho amigo; não posso esquecer os que bem me trataram: o sr. cónego Felix, que me deu a honra de vir áqui.» (Vibrante salva de palmas e prolongadas aclamações á Ditadura, ao sr. Presidente da Republica, dr. Oliveira Salazar, ministro da Justiça e muitos outros).

*

O sr. dr. Manuel Rodrigues Junior, que foi muito cumprimentado e abraçado, retirou-se em seguida para Lisboa, tendo sido acompanhado até á porta por todos os presentes.

PROPAGANDA DO ESTADO NOVO

(Continuação da 5.ª página)

Em seguida á conferencia foi oferecido, no Hotel Vinte e Um, um banquete ao sr. dr. Ulisses Cortez e aos ilustres secretarios do sr. ministro da Justiça, que o acompanhavam.

No banquete, que foi primorosamente servido, trocaram-se entusiasticos brindes num ambiente muito intimo, que a todos deixou as melhores recordações.

Ali fizeram uso da palavra os srs. dr. Alçada Guimarães, dr. Honorio de Freitas, dr. Arruda Pereira, engenheiro Costa Freire, dr. Henrique Cabrita, dr. Joaquim Valentim, dr. Fernandes de Carvalho, capitão Vaz Monteiro e por ultimo o homenageado que num eloquente improviso agradeceu as homenagens que lhe havia prestado a cidade de Portalegre, dizendo que as considerava como dirigidas ao sr. ministro da Justiça, a quem enalteceu em palavras vibrantes e entusiasticas.

Os assistentes, de pé, fizeram ao sr. dr. Manuel Rodrigues uma calorosa manifestação.—C

Interesses de Alvaiazere

O sr. governador civil de Leiria, conferenciou ontem com o sr. ministro da Justiça sobre assuntos de interesse para o seu distrito e com o chefe do gabinete do sr. ministro das Finanças, a quem entregou uma representação das associações comerciais e industriais de Alvaiazere e Cabaços ácêrca do montante da contribuição industrial no concelho de Alvaiazere.

O sr. dr. Ribeiro Ferreira esteve ainda no Comissariado do Desemprego onde solicitou a concessão de um subsidio para diferentes obras no seu distrito, na Administração Geral dos Serviços Hidraulicos a tratar da aprovação dos projectos de abastecimento de agua ás vilas de Ancião e Pedrogão Grande e no Ministerio das Obras Publicas a solicitar alguns subsidios para a conclusão de escolas e realização de melhoramentos rurais.

«Diário da Manhã»

Condições de Assinatura

PORTUGAL E ESPANHA

Ano	108$00
Semestre	54$00
Trimestre	27$00

ESTRANGEIRO

Ano	198$00
Semestre	99$00

ULTIMAS NOTICIAS

NA GUARDA

Propaganda politica

GUARDA, 17.—(*Pelo telefone*).—Em propaganda do Estado Novo, o ilustre governador civil do distrito sr. dr. Antonio Borges Pires, visitou nos ultimos dias os concelhos de Almeida, Mêda, Trancoso e Aguiar da Beira, sendo recebido em todos eles festivamente.

Foram muito aclamados o Chefe do Estado, dr. Oliveira Salazar e Governo da Ditadura Nacional.

Hoje o sr. governador civil visitou os concelhos do Sabugal e Manteigas onde discursou sobre a Nova Constituição Politica da Republica Portuguesa, sendo no final muito felicitado.—C.

Carta da Figueira da Foz

Homenagem a um bombeiro Municipal

FIGUEIRA, 16.—Por ter atingido 47 anos de serviço, missão bastante simpatica em pról da humanidade, teve lugar no teatro Parque Cine uma sessão solene de homenagem ao chefe mais antigo da corporação, Antônio de Freitas, após a qual, foi exibido o filme emocionante *Vida por Vida*, que traduz o arrojo e dedicação do bombeiro americano no ataque aos incendios e salvamento de vidas, etc.

Na sessão, que foi presidida pelo vereador de incendios, sr. capitão Nunes de Oliveira, que falou, prestando homenagem áquele que durante tantos anos soube cumprir o seu dever, e a quem comunicou ter a Camara resovido reforma-lo com o mesmo vencimento que recebia em serviço activo, falou tambem o inspector de incendios sr. tenente Miranda de Andrade e por ultimo o vice presidente da Liga do Bombeiro, comandante da corporação de Montijo, que veio assistir propositadamente, assim como o comandante dos bombeiros do Estoril.

A esta festa assistiram além da corporação a que pertencia o homenageado, os Bombeiros Voluntarios desta cidade e de Buarcos.

Movimento da população no ano de 1932

Foi o seguinte o movimento da população desta cidade e concelho, durante o ano findo:

Nascimentos, 1171; Casamentos, 353 e obitos 810, menos do que em 1931, respectivamente, 11, 9 e 37.

«Diário da Manhã»

Tem sido muito apreciado nesta cidade o «Diario da Manhã» não só pela explendida e completa informação de todo o País, como tambem pelo relato dos assuntos que se vão passando na Figueira.

PROPAGANDA DO ESTADO NOVO

As sessões de hoje

Hoje, pelas 21 horas, na sede da União Nacional, o sr. governador civil de Setubal realiza uma conferencia sobre a obra da Ditadura Nacional nos diversos departamentos do Estado.

Esta conferencia será radiodifundida nas condições das anteriores, assistindo a ela as Comissões de Freguesia da União Nacional, as Juntas de Freguesia de Lisboa e os filiados na União Nacional.

Para finalizar a serie das sesssões de propaganda do plebiscito de amanhã, organizadas pelas Comissões de Freguesias de Lisboa, realizam-se hoje as seguintes sessões:

Ás 21 horas, na escola oficial da rua da Rosa, promovida pela Comissão da Freguesia da Encarnação, sendo conferentes os srs. dr. Arnaut Pombeiro e major Pedroso; da Comissão da Freguesia de Marquês de Pombal, na Liga Nacional 28 de Maio, á rua das Gaivotas, n.º 6, pelas 21 horas, usando da palavra os srs. drs. José Rodrigues de Matos e Caetano de Oliveira; da freguesia de Belem, ás 21,30, no Centro Republicano de Belem, com os oradores srs. Joaquim Lança e dr. Henrique Cabrita.

UNIÃO NACIONAL

O sr. governador civil de Santarem deu ontem posse ás comissões da União Nacional da Golegã e Azinhaga

SANTAREM, 17.—(Do nosso enviado especial)— O ilustre governador civil deste distrito dr. José Garcez Pereira Caldas foi hoje á Golegã, para dar posse ás Comissões Politicas da União Nacional daquela localidade e da Azinhaga.

Pelas 18 horas chegou á Golegã o sr. governador civil, acompanhado do comandante da Policia de Santarem, vice-presidente da comissão distrital da União Nacional, chefe da secretaria da Camara Municipal de Santarem e capitão Adriano Pereira Caldas, sendo esperado pelo presidente e vogais da Camara Municipal, elementos da União Nacional, medicos, lavradores, advogados e muito povo.

A guarda de honra era feita pelos Bombeiros Voluntarios da Quinta da Cardiga.

A' sessão solene presidiu o chefe do distrito.

Depois de lido o auto de posse, discursaram os srs. Eduardo de Carvalho, da União Nacional da Golegã, dr. Artur Duarte, vice-presidente da União Nacional de Santarem e capitão David Neto, tendo os oradores salientado a obra do Governo da Ditadura Nacional.

Por ultimo falou o sr. governador civil que expôs o que era a nova Constituição terminando por elogiar o sr. dr. Oliveira Salazar.

Na Camara Municipal, procedeu-se á inauguração de um retrato do governador civil, tendo discursado o presidente da Camara Municipal.

O sr. governador civil agradeceu em breves palavras a homenagem que lhe havia sido prestada.

Em seguida realizou-se um banquete de 100 talheres, tendo falado o presidente da Camara da Golegã, governador civil substituto, chefe da secretaria da Camara Municipal de Santarem, capitão Neto, J. Barradas, comandante da Policia, dr. Francisco Mendes Brito, vice-presidente das comissões Distrital e Concelhia da U. N. os quais fizeram o elogio do governador civil.

Por ultimo falou o chefe do distrito, sendo no final, muito aclamado.

A assistencia vitoriou o sr. Presidente do Ministerio sendo levantados muitos vivas á Ditadura Nacional, Patria, Republica, etc.

Devido á hora adiantada a que o banquete terminou, não nos é possivel dar maior desenvolvimento ao acto da posse das Comissões Politicas da Golegã e Azinhaga.

A Conferencia Economica Mundial só deve reunir depois de Junho

BASILEIA, 17.—Foi fixada para 9 de Maio proximo a reunião da assembleia geral do Banco Internacional de Pagamentos.

Nos circulos bancarios diz-se que a Conferencia Economica Mundial não se poderá realizar antes de Junho proximo, em virtude da situação politica internacional não estar esclarecida. Por outro lado, o Governo dos Estados Unidos anunciou que não pode ocupar-se dos assuntos relativos a essa projectada conferencia enquanto não tiver resolvido a sua propria situação financeira.—*United Press.*

A expansão do «Diário da Manhã»

Ainda a proposito do nosso numero especial de domingo, cujo exito excedeu toda a nossa espectativa, fomos visitados ontem pelo sr. José Van-Zeller Pereira Palha, vice-presidente da Camara Municipal e presidente da comissão concelhia da União Nacional de Vila Franca de Xira. Este nosso querido amigo veio agradecer-nos a homenagem prestada ao referido concelho e felicitar-nos pelo sucesso do numero, cumprimentos que nos desvanecem e agradecemos por nossa vez.

Os nossos vinhos em França

e a actividade da Casa de Portugal

PARIS, 17.—O «Comité de Defeuse des Vins de Porto et Madère» instaurou auto de corpo de delito, por intermedio do oficial de justiça, em virtude da campanha de difamação feita por intermedio de cartazes contra os vinhos do Porto, no proprio dia em que foram afixados.

Já está nomeado advogado e foram cumpridas todas as formalidades, devendo o processo contra os signatarios dos cartazes ser distribuido brevemente nos tribunais franceses.—*Casa de Portugal.*

Almirante Magalhães Correia

A inscrição para o banquete de homenagem ao sr. contra-almirante Luiz Antonio de Magalhães Correia encerra-se no domingo pelas 19 horas na Pastelaria Garrett.

Benção especial do Arcebispo de Paris

CIDADE DO VATICANO, 17.—S. S. por ocasião do Consistorio Publico dirigiu uma benção especial ao Cardial Verdier, Arcebispo de Paris.—*Havas.*

As tentativas de descarrilamento de Monte Novo

O seu autor foi enviado ao Tribunal Militar

A Policia Internacional Portuguesa, tendo descoberto e preso o autor dos atentados perpetrados na estação de Monte Novo Palma, na linha do Sado, na noite de 5 de Fevereiro ultimo, aos comboios 801 (passageiros) e 2421 (mercadorias) carregador dos Caminhos de Ferro José Cerqueira de Sousa «O Quintas» e havendo concluido o processo que lhe instaurou, acaba de o enviar a Juizo, sendo entregue ao fóro militar, em cujos tribunais vai ser julgado.

O agente investigador, que já em tempos foi louvado pela direcção da C. P. por ter descoberto e preso os autores de um outro crime na linha da Beira Baixa foi, pela sua acção rapida e energica muito felicitado.

Em Sobreira Formosa

Uma manifestação de apoio á Ditadura

SOBREIRA FORMOSA, 17.—Tendo-se tido conhecimento da concessão de um subsidio para melhoramentos nesta freguesia, organizou-se uma grande manifestação de apoio á Ditadura.

Uma banda de musica percorreu as ruas desta localidade, acompanhada de muito povo, erguendo «vivas» ao Governo e ao sr. dr. Oliveira Salazar.—C.

Saudações ao sr. dr. Oliveira Salazar

Na Presidencia do Ministerio foram recebidos os seguintes telegramas:

União Nacional Gondomar cumprimenta V. Ex.ª pela adjudicação da doca de Leixões solicitando como complemento daquelas obras a conclusão da estrada marginal do rio Douro.—*Gonçalves Sá.*

Saudo respeitosa reconhecidamente V. Ex.ª pela assinatura do contrato da doca de Leixões como elemento integrante no plano dos melhoramentos inadiaveis para garantia dos progressos da Nação.—*Antunes Guimarães.*

Comissão Administrativa Municipal agradece a v. ex.ª a assinatura do contracto da doca numero um porto Leixões, legitima aspiração desta cidade, contribuindo assim mais um grande impulso engrandecimento economia nacional—O Presidente *Augusto de Sousa Rosa*, capitão medico.

ARCOS DE VAL-DE-VEZ — Com a assistencia do ilustre governador civil e Comissão Distrital da União Nacional realizou-se hoje a sessão de propaganda do Estado Novo com grande entusiasmo, sendo aclamado o nome de V. Ex.ª e a obra da Ditadura, com grande entusiasmo e notável concorrencia, estando assegurado grande êxito eleitoral plebiscito. — (a), Alberto Barreiros.

MATOZINHOS — Comissão de Turismo de Leixões, confiada na construção da doca, agradece e sauda V. Ex.ª.—Presidente, (a) Cardia Pires.

VIANA DO CASTELO — Tendo acabado de percorrer todos os concelhos distritais neles foi sempre entusiasticamente ovacionada a imperecivel obra da Ditadura e a acção patriótica do Governo e o glorioso nome de V. Ex.ª entre constantes aclamações do povo. — (a) Barros Lima, governador civil de Viana do Castelo.

LAGOS — Em nome da Liga de Defesa dos Interesses de Lagos cumprimento o grande patrióta e estadista notável, que se propõe saldar a divida de gratidão dos portugueses, á memória do glorioso Infante de Sagres. — (a) Joaquim Negrão.

RIO DE JANEIRO — Em vesperas da grande batalha consagrará o patriotismo do Exército e grandiosa obra financeira, envio a V. Ex.ª a minha solidariedade espiritual e politica. — (a), Martinho Nobre de Melo.

CASTELO BRANCO — Muito sensibilizado agradeço a V. Ex.ª as felicitações que me enviou pela homenagem que me foi prestada e na qual foi V. Ex.ª calorosamente ovacionado o que denota a grande simpatia e profunda confianca que todo o distrito tem em V. Ex.ª — Governador civil de Castelo Branco, (a) Afonso Salavisa.

Acidente grave

CANTANHEDE, 15.—O sr. Alexandre Duarte Reis, proprietario e capitalista, correspondente de varios Bancos e vice-provedor da Misericordia, ao passar de bicicleta numa das ruas desta vila, chocou com uma carroça puxada por um cavalo, guiado por Armindo Tavares da Silva, a qual inesperadamente surgiu de outra rua transversal.

O sr. Duarte Reis caiu da bicicleta e feriu-se gravemente na cabeça.

Seguiu em auto-maca para Coimbra por se suspeitar ter havido fractura do craneo.

O seu estado inspira serios cuidados.—C.

Continua a liquidação

de toda a existencia dos Armazens **Grandella**

Se qualquer dos nossos clientes verificar que poderia têr comprado noutra parte, MAIS BARATO, qualquer artigo que tenha adquirido nos nossos Armazens, pedimos com empenho a sua devolução,

Na certeza de que a sua importancia lhes será imediatamente entregue, se essa devolução fôr feita no prazo de 24 horas e se o artigo devolvido nos fôr apresentado no mêsmo estado em que tiver sido vendido, com a mêsma etiqueta e acompanhado do documento que entregâmos sempre no acto das compras.

Casa ELYSIO SANTOS

ESTOFADORES E DECORADORES

Cretones, Veludos, Damascos, Tapetes, Passadeiras, Oleados, Etamines, etc.

32, Arco do Bandeira, 32-LISBOA-(Entre a rua de S. Nicolau e a rua dos Retroseiros)